



CAPITALIZAÇÃO



MUDANÇAS NAS TAXAS

A redução das taxas foi discutida e aprovada pelo Conselho de Representantes

Páginas centrais

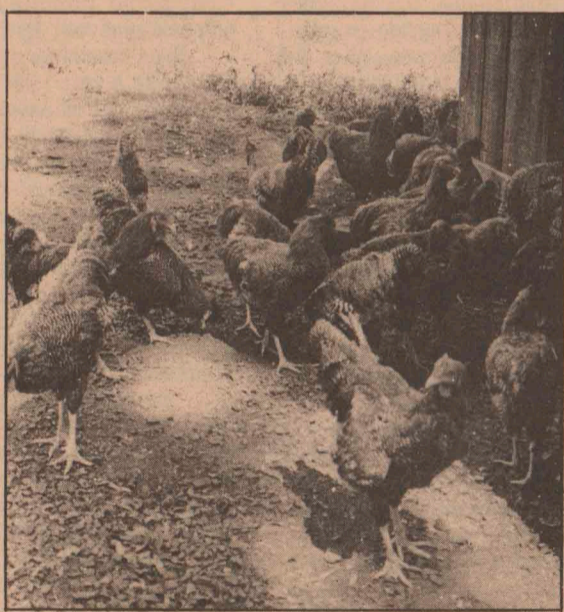


Um hectare de trigo vai custar Cz\$ 5.435,98

TRIGO

O custo de produção

Página 5



As raças rústicas serão as preferidas

AVICULTURA

Um novo cooperado

Página 11



O reajuste só vem em janeiro

LEITE

À espera de reajustes

Página 14

COOPERATIVA REGIONAL TRITICOLA SERRANA LTDA.



Rua das Chácaras, 1513 Cx. Postal 111
Ijuí, RS - Fone: PABX (055) 332-2400
Telex: 0552199

CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCR N° 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente:
Oswaldo Olmiro Meotti
Vice-presidente/Pioneira:
Celso Boiivar Sperotto
Superintendente/Pioneira:
Antoninho Boiarski Lopes
Vice-presidente/Dom Pedrito:
Tânio José Bandeira
Superintendente/Dom Pedrito:
Valter José Pötter

Vice/MS:
Nedy Rodrigues Borges
Superintendente/MS:
Lotário Beckert

Conselho de Administração (Efetivos):
Luiz Neri Beschoner, Oscar Otto Hoerle, Euclides Marino Gabbi, Antônio Bandeira, Ido Max Weiller, Paulino Ângelo Rosa, Irani dos Santos Amaral, João Santos da Luz, Luiz Parizotto, Remi Bruno Eidt, Krijn Wielemaker, Ivo Vicente Basso, Paulino Stragliotto, Vagner Monteiro Sá, Oscar Vicente Silva, Suleiman Guimarães Hias e Ademir Luiz Comin.

Suplentes:
José Ataídes Conceição, Pedro Giotto, Cláudio Luiz de Jesus, Emílio Uhde, Jorge Alberto Sperotto, Protasio Lottermann, Álvaro Rutili, Aquilino Bavaresco, Arnaldo Hermann, João Eberhardt, Mário Alberto Krüger, Cláudio Pradela, Noé da Silveira Peixoto, Omar Cunegatti, Florício Barreto, Leonildo Anor Potter e Cândido de Godói Dias.

Conselho Fiscal (Efetivos):
Antenor José Vione, Antonio Cândido da Silva Netto e Valdeci Oli Martinelli.

Suplentes:
Valter Luís Driemeyer, Luiz Anildo Brum da Costa e Flori José de Pelegrin.

Diretores contratados:
Rui Polidoro Pinto, Orlando Romeu Etgeton, Ari Zimpel, Clóvis Roratto de Jesus, Vilmar Hendges, Paulo Roberto da Silva e Walter Frantz.

Capacidade em Armazenagem:

LOCAL	INSTALADA
Ijuí	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto - Sede	77.000 t
Sto. Augusto - Esq. Umbu	50.000 t
Ten. Portela	60.800 t
Jóia	67.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	91.000 t
Maracaju - Sede	65.000 t
Maracaju - Vista Alegre	17.000 t
Sidrolândia	52.000 t
Rio Brilhante	29.000 t
Dourados - Sede	82.000 t
Itaum (Dourados)	25.000 t
Indápolis (Dourados)	17.000 t
Douradina	17.000 t
Caarapó	17.000 t
Ponta Porã - Posto Guafba	42.500 t
Ponta Porã	29.000 t
Itaporã - Montese	17.000 t
Campo Grande - Anhanduí	17.000 t
Aral Moreira - Tagi	17.000 t
Bonito	17.000 t

COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigida ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior.

Nossa tiragem: 15.000 exemplares

Associado da ABERJE



Associado da



REDAÇÃO

Dária C. Lemos de Brum Lucchese
Carmen Rejane Pereira

CORRESPONDENTES

Mato Grosso: Carlos José Rupp Bindé
Dom Pedrito: João Roberto Vasconcelos
Porto Alegre: Raul Quevedo
Composto no Jornal da Manhã de Ijuí e impresso no Jornal do Comércio, em Porto Alegre.

AO LEITOR

Os associados da Cotrijuí vão entrar 1987 com mudanças nas taxas de capitalização. As discussões sobre o assunto reascenderam a partir da apresentação, por parte da direção da Cotrijuí, de uma proposta sugerindo a unificação, por produto, e uma redução das taxas de capitalização sobre a produção entregue. Isto significa que tantos os associados da Cotrijuí da Regional Pioneira, como os de Dom Pedrito ou de Mato Grosso do Sul, passarão a descontar, a partir de janeiro, uma taxa única de dois por cento sobre qualquer produto, seja a soja, o milho, o trigo, a carne, a lã, o leite, os hortigranjeiros. A taxa de três por cento que incidia sobre alguns produtos como o trigo, por exemplo, fica extinta de vez. A capitalização, um assunto que faz o associado torcer o nariz, principalmente nessa época em que os lucros da lavoura andam minguados, é um instrumento necessário à sobrevivência de qualquer empresa. É a capitalização quem garante o crédito de uma cooperativa. A matéria da reunião dos representantes e um comentário do diretor presidente sobre a situação da Cotrijuí após estas alterações estão nas páginas centrais.

Apesar das chuvas que assustaram um pouco os produtores, a safra de inverno foi muito bem e até superou as projeções de quantidade, chegando a 136 mil toneladas de trigo. Um outro bom número registrado foi quanto a produtividade do alho, superior a três toneladas por hectare. Esses resultados também atingiram grande parte dos outros produtos, pois mesmo com alguns transtornos causados pelo excesso de umidade, a maioria das culturas da safra responderam às estimativas. Matéria na página 4.

Um hectare de trigo, altamente tecnificado, vai custar ao produtor, na época de plantio, segundo uma projeção feita pelo Departamento Agrotécnico da Cotrijuí, alguma coisa por volta dos Cz\$ 5.435,98. Mas aquele produtor que não quiser usar fungicida na lavoura, vai ter um custo menor, de Cz\$ 4.458,43, por hectare. Os VBCs, necessários, para os dois casos, deverão ficar em Cz\$ 3.297,84 e Cz\$ 2.396,08, respectivamente. A projeção traz ainda custos referentes as culturas de aveia, colza e linho e também os preços mínimos necessários para cobrir as despesas de formação da lavoura. Essa projeção só vai continuar de pé se até a época do plantio da lavoura o governo Sarney não resolver fazer o descongelamento. Matéria na página 5.

Depois dos cooperados de suínos e de peixes, a Cotrijuí lança agora o de aves. O Programa Cooperado de Aves tem como pontos básicos organizar melhor o produtor; aproveitar melhor a mão-de-obra familiar numa atividade simples: fazer com que o produtor venda a produção de ovos excedente e ainda proporcionar à Cooperativa o recebimento do ovo para o abastecimento dos seus mercados. Os produtores interessados no programa vão receber os pintos, os insumos e a assistência técnica da Cooperativa, ficando esta, por sua vez, no compromisso de receber toda a produção e as aves de descartes. Do lado do associado o comprometimento é o de entregar a produção. As informações sobre o Cooperado de aves e o consumo de carne de galinha na região estão nas páginas 10 e 11.

Cooperativismo, um freio ao capitalismo selvagem

Por Raul Quevedo

O cooperativismo é o único sistema econômico que, socializando a força de trabalho, mantém a privatização dos resultados. Estimulando o homem a liberar as suas energias em benefício grupal mas assegurando a individualidade dos frutos colhidos, é, ao mesmo tempo, agente ativo de transformações econômicas e elemento mantenedor das tradições mais convencionais. Não agride os princípios filosóficos de cada um, quer do ponto-de-vista ideológico, social ou religioso, nem prestigia disputas que levem seus seguidores a travar contendas de ordem física ou emocional.

Indiscutivelmente, é o mais rentável dos meios de produção, sem ser revolucionário no que toca a inovações estranhas aos hábitos pessoais e normas de conduta de cada indivíduo em particular. É tão tradicional em sua forma causal, que pode ser identificado facilmente como a personificação da própria natureza, em seu contexto gerador e distribuidor de bens.

O termo "cooperar", por si, já expressa todo um potencial de virtudes, a começar pelo princípio consagrado de que o trabalho em conjunto é o único que tem o poder de congregar riquezas e melhor distribuí-las em proveito de um número maior de pessoas. Um religioso diria, com plena convicção, que o impulso cooperativista é o foco luminoso que aponta para Deus.

Supomos que essa seja a grande mensagem que o cooperativismo vem conseguindo transmitir a seus mais fiéis seguidores ao longo do tempo, por isso que consegue ultrapassar os ásperos caminhos da incerteza e vencer as barreiras da dúvida. Apesar dos ataques sistemáticos e das provocações de seus inimigos gratuitos, prossegue no seu caminho gerando bens e impulsionando o progresso. A verdade é que nenhum sistema social

ou econômico nivela-se ao cooperativismo e à sua doutrina, e cuja expressão de maior significado se resume na frase tradicional: um por todos, todos por um.

Vejam, na prática, o que é mesmo uma cooperativa. A simples tradição oral diz que cooperativa é uma sociedade de pessoas congregadas no objetivo de fomentar a economia e estreitar o relacionamento humano em proveito de seus membros; sendo princípio consagrado que a pessoa é que vale. Ignora-se o capital.

Ao contrário das empresas mercantis, aonde o que vale, em primeiro plano, é o dinheiro, as associações cooperativas prestigiam o homem como elemento preferencial. Para elas, o associado como indivíduo e como produtor é que conta, não o seu poder econômico ou financeiro.

Sem concentrar a visão no lucro mas na dimensão de uma filosofia voltada para o trabalho gerador de bens, o cooperativismo quer simbolizar a seara do coletivismo, onde se produz os frutos e se distribui a um maior universo humano.

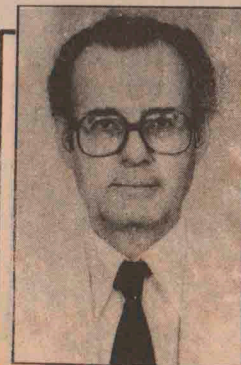
É pena que nem sempre os homens que têm aceitado a missão de administrar o sistema tem estado à altura da responsabilidade do comando. Alguns deles, ao longo dos anos, têm desvirtuado seus fins e objetivos, causando-lhe sangrias profundas e dolorosas. Mas há - de se admitir também, que além destes dirigentes - despreparados ou desonestos, e as vezes, ambas as coisas somadas - outras categorias sociais e profissionais tem causado idêntico mal ao cooperativismo, provocando-lhe lesões na estrutura, difíceis de cicatrizar.

São os casos de algumas lideranças do comércio tradicional e de políticos despreparados, que têm verberado, vez que outra, aleivosias ao sistema, como se o mesmo tivesse o dever consagrado de acertar em tudo de forma mágica e segura, refletindo um espelho de perfeição. Por insensatas e pueris, tais críticas nem

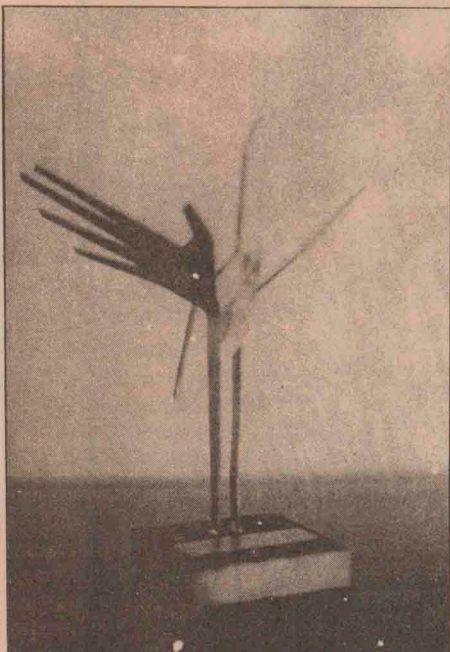
ao menos devem merecer a atenção de resposta. Até mesmo porque, nós, cooperativistas convictos, conscientes de nossa responsabilidade social, temos lutado para acertar. E mais do que lutar, temos o dever de acertar. Mas tanto quanto o dever de acertar, achamos que, da mesma forma que as demais categorias profissionais e econômicas, temos o direito de errar.

Mal sabem esses críticos contumazes o mal que acabam fazendo ao sistema econômico liberal, quando atacam o cooperativismo. Interessados apenas em defender seus lucros e solidificar suas empresas, eles provocam a inevitável lei do bumerangue, que acaba retornando a quem o arremessou.

Não há nação com economia consolidada e próspera e nem sociedade civil organizada, que não seja fruto da união do homem cooperativado. É erro pensar que no mundo moderno o capitalismo clássico e individualizado no lucro sobreviva como sistema econômico sem os freios da moderação. E o cooperativismo é moderador sem chegar a tolher as liberdades e a criatividade de cada um. Conforme dizíamos no início, o sistema socializa a força de trabalho mantendo privatizados os resultados obtidos por cada um. Só o cooperativismo é capaz dessa façanha.



Raul Quevedo é jornalista e atua como assessor de imprensa da Cotrijuí em Porto Alegre.



O troféu recebido pela Cotrijuí-MS

Garça para a Cotrijuí

A Cotrijuí em Mato Grosso recebeu o troféu Garça de Ouro por ter se classificado em terceiro lugar entre os contribuintes substitutos que mais geraram ICM (Imposto sobre Circulação de Mercadorias) no ano de 1985. A premiação é feita anualmente pelo Grupo Executivo, que edita a "Revista Executivo Plus", em Campo Grande. A Cooperativa sempre se destacou entre os maiores contribuintes do ICM em Mato Grosso do Sul tendo recebido, nos últimos anos, várias premiações de primeiro e segundo lugares. A classificação obtida no ano de 1985 pode ser atribuída a um reflexo da comercialização da safra agrícola daquele ano, quando grande parte da produção foi vendida para a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), que aparece pela primeira vez em quarto lugar entre os contribuintes substitutos. A Cotrijuí-MS esteve representada na solenidade de entrega do troféu Garça de Ouro pelo gerente financeiro Francisco Azambuja.

Cumprimentos a Raul Quevedo

O presidente da Associação Riograndense de Imprensa, jornalista Alberto André, enviou correspondência a nosso colega Raul Quevedo, elogiando o lançamento do livro "As Estâncias e as Charqueadas". Disse o presidente da ARI, em carta datada de 10 de novembro: "É de elogiar-se plenamente o trabalho, que retrata momentos marcantes da história econômica rio-grandense, relacionados com o cooperativismo e os 50 anos da pedritense/Cotrijuí". Referiu-se em seguida à civilização do couro, a origem das estâncias e das charqueadas, constantes da primeira parte do livro. E finaliza Alberto André: "Ao jornalista que o elaborou com pesquisa e cuidados e à Cotrijuí que o editou, os nossos votos de muito sucesso".



Oito famílias de agricultores participaram da Feira

Uma feira nos 25 anos do museu

Uma Feira de Produtos Coloniais, realizada em frente ao mercado da Cotrijuí, em Ijuí, no sábado dia 13 de dezembro, fez parte das comemorações referentes aos 25 anos do Museu Antropológico Diretor Pestana, da Unijuí. Oito famílias dos núcleos de Aracy Serves, Linha 8 Oeste e Linha 7 Leste trouxeram o excedente da produção caseira para vender na cidade, diretamente ao consumidor. Quem visitou a Feira, encontrou de tudo e um pouco, desde natas, queijos, carne de porco, banha, salames, rapaduras, docinhos secos, compotas, pastéis, bolos, galinhas, frutas, verduras, shimiers, até objetos de artesanato rural, feito pelas próprias famílias.

O objetivo da realização dessa Feira de Produtos Coloniais, organizado pela direção do Museu Diretor Pestana com a colaboração da Cotrijuí era aproveitar os 25 anos do Museu para melhor divulgá-lo entre as comunidades rurais do município. "Sabemos, disse a profa. Leonilda Preissler, diretora do Museu, que a comunidade de Ijuí já conhece o nosso trabalho, mas muito poucos agricultores tiveram a oportunidade de visitar o Museu. No Museu, segundo Leonilda Preissler, estão guardados objetos que os próprios agricultores poderiam estar guardando em suas casas, já que eles fazem parte da história da agricultura na região.

Professores no CTC

Um grupo de 30 professores vinculados aos Centros Rurais de Ensino Supletivo - os CRES -, de Caçapava do Sul, Campo Novo, Encruzilhada do Sul, Carazinho e Santa Rosa, passaram duas semanas de curso no Centro de Treinamento da Cotrijuí, em Augusto Pestana. O curso foi promovido pela Secretaria de Educação e Cultura do Estado, através do Departamento de Ensino Supletivo. O Centro de Treinamento da Cotrijuí, segundo Dilvenia Diesel, assessora técnica do Departamento de Ensino Supletivo, foi escolhido pelos próprios professores através de uma sugestão encaminhada pela Universidade de Ijuí. "Ao tomarem conhecimento do trabalho que a Cotrijuí vem realizando na área de diversificação de culturas, diz Dilvenia Diesel, os professores não tiveram dúvidas em escolher o CTC para passar duas semanas de treinamento". O curso, que aconteceu de 1º a 12 de dezembro, contou com a presença de Wilson Kaercher, coordenador do Departamento de Ensino

Supletivo da Secretaria de Educação do Estado em seu primeiro dia. O Walter Frantz, assessor de Desenvolvimento em Recursos Humanos da Cotrijuí falou na abertura sobre a História da Agricultura e o cooperativismo na região. Entre aulas teóricas e práticas, os professores ouviram falar de Aquicultura, de piscicultura, diversificação agropecuárias - culturas alternativas -, uso, manejo e conservação do solo, adubação orgânica, forrageiras, suinocultura, apicultura, avicultura, entre outros assuntos. O curso foi coordenado pelo gerente do CTC, o agrônomo Rivaldo Dhein. Existem apenas cinco Centros Rurais de Ensino Supletivo em todo o Estado. Eles trabalham apenas com filhos de pequenos agricultores. Os cursos supletivos de 1º grau têm uma duração de 27 meses e as turmas de alunos funcionam em sistema de rodízio. Eles passam três meses na Escola e três meses em casa, executando alguma tarefa ou projetos, sob a orientação dos professores.

ERVA-MATE

Proibida a "safrinha"

Todos os anos, mais ou menos por essa época, o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, levando em conta solicitações da classe ervateira do Estado, liberava, a partir de dezembro, um novo período de exploração da erva-mate, mais conhecida como "safrinha". Mas a partir deste ano, a "safrinha" está proibida em todo o Estado e quem for pego colando pés de erva-mate será multado. A proibição vem do delegado estadual do

IBDF, Leopoldo Pedro Feldens, que neste ano resolveu atender os pedidos de industriais, técnicos e produtores que não concordavam com a liberação do corte para a erva-mate durante o seu período de plena atividade fisiológica. A medida, segundo o comunicad de Leopoldo Feldens, visa preservar os ervais do Estado, proporcionando-lhes um desenvolvimento pleno, maior longevidade e garantia dos estoques de sementes.

A visita do secretário

A Universidade de Ijuí e as indústrias locais receberam, no dia 1º de dezembro, a visita do Secretário da Indústria e Comércio do Estado, Walter



Durante os vários encontros que manteve com autoridades municipais e empresários, fez questão de ressaltar que a recuperação financeira do Estado depende de uma ação integrada, envolvendo o poder público e a iniciativa privada. Na Unijuí ele assinou um convênio de cooperação técnica, na qual a Universidade fica na responsabilidade de desenvolver projetos específicos visando a criação de novas indústrias e o desenvolvimento da agroindústria na região. Na visita que fez a Cotrijuí, Walter Bianchini foi recebido pela direção que falou sobre o sistema organizacional da empresa. O Secretário se mostrou surpreso com o complexo Cotrijuí e se colocou à disposição da direção da Cooperativa.

FERROVIA DA PRODUÇÃO

Ministro recebe estudos

O ministro dos Transportes, José Reinaldo Tavares, recebeu no mês de novembro, em Curitiba, um estudo para a construção da Ferrovia da Produção, ligando Dourados, em Mato Grosso do Sul, a Paranaguá, no Paraná. O orçamento feito pela Companhia Vale do Rio Doce no final do ano passado estima um custo total da obra em 1,5 bilhão de dólares

O ministro prometeu levar o projeto ao presidente José Sarney e que será formada uma comissão para estudar o assunto. Acrescentou, no entanto, que o Ministério dos Transportes não prevê recursos para a construção da ferrovia no orçamento do próximo ano. Por isso, a comissão a ser formada terá de estudar a aplicação de capital particular em torno de 20 por cento do custo total da obra, no mínimo, para que ela possa ser iniciada já no ano que vem, além de estudar as propostas de captação de recursos no exterior.

A construção da Ferrovia da Produção conta com o apoio de lideranças políticas e empresariais de Mato Grosso do Sul e do Paraná, já que seria uma das melhores opções para o escoamento da produção agropecuária dos dois Estados, tanto para o mercado externo quanto para o interno, e também, em sentido inverso, para o transporte de insumos e outras mercadorias que Mato Grosso do Sul necessita para o desenvolvimento de sua economia.



O aumento da área plantada contribuiu para a superação de projeções

Além da expectativa

Trigo e alho: os destaques da safra de inverno, apesar da umidade

A safra de inverno na Cotrijuí, Região Pioneira, superou as perspectivas, principalmente com relação ao trigo. Os resultados da colheita, que devem muito ao aumento da área plantada, 131.300 hectares contra 81.700 do ano passado, superaram a média de qualidade do ano passado e também as projeções de quantidade, pois este ano o total da safra foi de 136.000 toneladas. A avaliação é do diretor de Operações e Comercialização da Regional Pioneira, Clóvis Rorato de Jesus, que destaca também o elevado índice de umidade do trigo recebido. "Nunca recebemos uma safra tão úmida", diz Clóvis, ao comparar com os 72 por cento de umidade da safra anterior.

Como o índice pluviométrico chegou aos 407 milímetros no final de outubro e início de novembro, 90 por cento do trigo recebido pela Cotrijuí, entrou úmido, ocasionando um pouco de transtorno na estrutura de recebimento. No entanto, quase todas as unidades, com exceção de Santo Augusto, não tiveram maiores problemas com a secagem.

SECAGEM

Embora a umidade tenha afetado apenas alguns municípios da Região Pioneira, a necessidade de aumentar o volume de lenha na secagem contribuiu para uma elevação no custo operacional da Cooperativa, assim como outros fatores externos. Um exemplo disso foi a exigência por parte das indústrias fabricantes de cerveja em receber o produto separado por variedade. Isso significa que a Cooperativa procurou armazená-lo por escala. Mesmo com essas mudanças, Clóvis Rorato de Jesus diz que a produção de cevada foi boa e superou a estimativa de qualidade. Outra cultura que teve um bom desempenho nesta safra foi a linhaça, para a qual a Cooperativa espera receber 2.603 toneladas.

Por outro lado, a aveia não teve

grandes rendimentos, principalmente pela redução da área plantada. Ao comentar as 430 toneladas recebidas pela Cooperativa, Clóvis Rorato de Jesus aponta como um determinante na baixa, as condições climáticas adversas, que originam as doenças fúngicas. Com isso, muito produto foi desclassificado, pois o pH da planta, que é o fator de medida da qualidade de produto, subiu de 39 para 41, este ano. A colza também não teve muita sorte, pois as 180 toneladas recebidas ficaram muito aquém das 650 toneladas previstas. O motivo, contudo, não foi o clima adverso ao desempenho e nem mesmo a redução da área de plantio. É que, neste ano, muitos produtores resolveram incorporar a colza como adubação verde, reduzindo a produção de grãos.

Já o alho, beneficiado pelo clima de poucas chuvas até o período de bulbificação, teve uma boa safra este ano, obtendo uma produtividade superior a três toneladas por hectare, nas lavouras bem conduzidas. Exigente no plantio e no controle de pragas e doenças, o alho retribuiu com sucesso aos produtores que não faltaram com os cuidados necessários, principalmente em relação a adubação química e orgânica. Para as próximas safras é preciso lembrar que a utilização do esterco de aves, como adubo, deu ótimos resultados e pode ser até melhor que a simples adubação química.

Ainda sem o recebimento total da safra de alho, a Cooperativa já recebeu boa parte do alho precoce ou comum, do qual os produtores estão recebendo Cz\$ 16,00 para a indústria, Cz\$ 20,00, o médio e Cz\$ 26,000, o graúdo, sendo estes os preços fixos do dia. Quanto ao alho nobre, do tipo Portela ou Quitêria, somente nesta época começa a ser recebido pela Cooperativa.

RETORNO

Com ou sem umidade a safra de inverno da Região Pioneira confirmou as expectativas do crescimento da lavoura de

trigo, mesmo que a mudança nas regras de comercialização, após o plantio, tenha frustrado alguns produtores. Com o pH 78, o produtor teve a saca de trigo comercializada em Cz\$ 200,40, sendo o volume total desse pagamento feito de acordo com a renda do produtor. Além disso, os produtores de trigo passaram um pequeno aperto no pagamento da colheita. Mas, entregue toda a safra, 70 por cento do total já foi repassada aos produtores.

Quanto às outras culturas, nem todas foram comercializadas, mas a colza que teve a saca vendida em Cz\$ 300,00 já apresenta uma perspectiva de aumento de área para o próximo ano. Com a linhaça não acontece o mesmo, pois até agora muito pouco da safra foi vendido. A razão disso, como afirma Clóvis Rorato de Jesus, é a expectativa de reação do mercado, isto é, os preços deverão subir um pouco mais, uma vez que a linhaça é um produto de mercado interno. Com menos ritmo aparecem a aveia e a cevada, as duas ainda sem comercialização. Os produto-

res, no entanto, podem ficar tranqüilos, porque a aveia pode ter um adiantamento até o final da safra. Já o pagamento da cevada está na dependência da liberação dos Empréstimos do Governo Federal, EGFs.

AVALIAÇÃO

A grande quantidade de produto úmido que foi recebido pela Cooperativa, assim como a exigência de seleção de variedades da cevada por parte das indústrias, deixam algumas preocupações para o próximo ano. Para resolver o problema de umidade é claro que se precisou usar maior quantidade de lenha, o que aumentou os custos operacionais da Cooperativa. Por isso, para a próxima safra, a Cotrijuí está empenhada em melhor aparelhar todas as unidades, através do reequipamento dos armazéns. Quanto a seleção de variedades da cevada, há uma preocupação em estudar a viabilidade de continuar ou não com essa cultura, pois hoje a seleção não é feita nem mesmo durante o plantio.



Chuva não atrapalhou o alho

Os custos de produção

Quem plantar trigo com fungicida no próximo inverno, vai ter um custo, por hectare, de Cz\$ 5.435,98. O VBC necessário, neste caso, será de Cz\$ 3.297,84



O VBC necessário para a lavoura de colza será de Cz\$ 1.822,01

Se o pacote econômico do presidente Sarney não sofrer novas alterações e o congelamento dos preços não rolar por água abaixo até os meses de maio e junho, época de plantio das principais culturas de inverno, o custo de um hectare de trigo, por exemplo, não deverá diferenciar em muito do que o produtor gastou na safra de 86. O levantamento dos custos de produção do trigo, da aveia, da colza e do linho foi feito pelo Luís Juliani, assistente agrotécnico da Cotrijuí na Regional Pioneira. Em caso de descongelamento, tudo leva a crer que os custos possam disparar novamente, elevando ainda mais as despesas do produtor no plantio de qualquer cultura. Mas enquanto vigorar o congelamento de alguns itens utilizados na formação de uma lavoura, os custos deverão permanecer mais ou menos estabilizados.

Um hectare de lavoura de trigo, bem caprichada, com fungicida e tudo o mais que requer uma lavoura altamente tecnificada, deverá custar ao produtor Cz\$ 5.435,98. Sem aplicação de fungicida, essa mesma lavoura deverá apresentar um custo final de Cz\$ 4.458,43.

O produtor que plantar trigo com fungicida vai ter um custo por cada saco produzido de Cz\$ 217,44, considerando, no caso, uma produtividade média de 1.500 quilos por hectare. Neste caso, o preço necessário para que o produtor cubra os seus custos e ainda obtenha alguma lucratividade com a planta, será de Cz\$ 249,65 por saco a ser comercializado em novembro de 87. O trigo sem fungicida deverá apresentar um custo mais elevado até porque a produtividade alcançada é sempre menor. Considerando, portanto, que a média de produtividade fique em 1.200 quilos por hectare, cada saco de trigo colhido vai apresentar um custo de Cz\$ 222,93. O produtor só vai cobrir as suas despesas e tirar a sua lucratividade se obtiver, com a venda do produto, um preço ao redor de Cz\$ 248,52

A AVEIA, A COLZA E O LINHO

Para formar um hectare de aveia, o produtor deverá necessitar, por ocasião da época de plantio, de Cz\$ 3.907,46. O custo de produção de um saco, considerando no caso da aveia uma produtividade média de 1.200 quilos por hectare, deverá ficar ao redor de Cz\$ 195,37. Para assegurar alguma margem de lucro, o produto deverá ser comercializado pelo preço de Cz\$ 216,81 o saco de 60 quilos.

Um hectare de lavoura de colza custará Cz\$ 4.157,32. O custo de um saco de colza será

de Cz\$ 207,88 levando em conta que a produtividade média da região tem ficado em 1.200 quilos por hectare. Dentro desta estimativa, o produtor de colza que comercializar o seu produto no final de 87, ao preço de Cz\$ 228,93 está tranquilamente cobrindo os seus custos de produção e ainda assegurando uma boa margem de lucratividade. Mas para plantar um hectare de lavoura de linho serão necessários Cz\$ 3.715,64. Como a média de produtividade é de 960 quilos por hectare, o custo de produção de um saco de linho é o mais elevado: Cz\$ 232,22. Esse alto custo vai exigir que o preço do produto também seja mais elevado. O produtor só conseguirá tirar as suas despesas e o seu lucro se vender a produção ao preço de Cz\$ 262,81 o saco de 60 quilos.

OS CUSTOS: VARIÁVEIS E FIXOS

Para chegar aos custos finais de cada cultura, o Luís Juliani considerou dois itens: o dos custos variáveis e o dos custos fixos. Os custos variáveis são aqueles que representam o desembolso direto do produtor para fazer uma lavoura e variam de acordo com a tecnologia utilizada. O Juliani considera como custos variáveis as despesas com as máquinas e equipamentos — conservação, reparos, combustíveis e lubrificantes — sementes, fertilizantes, agrotóxicos, transportes, Funrural, despesas financeiras e Proagro.

No caso da lavoura de trigo com fungicida, dos Cz\$ 5.435,98 necessários para o plantio de um hectare de lavoura, Cz\$ 3.474,24 correspondem aos custos variáveis. Eles representam 63,91 por cento do custo total. Dentro dos custos variáveis o item de maior peso está representado pelos agrotóxicos — inseticidas, fungicidas, herbicidas e formicidas — que corresponde a 15,53 por cento. As despesas com fertilizantes representam 14,47 por cento; a semente 13,36 por cento e as despesas financeiras 3,9 por cento.

Na lavoura de trigo sem fungicida os custos variáveis totalizam um valor de Cz\$ 2.509,31, representando 56,28 por cento do total dos custos. O item de maior peso é a semente, representando 14,80 por cento. Os fertilizantes representam 14,40 por cento e os agrotóxicos apenas 3,9 por cento. Nos custos de plantio de uma lavoura de colza eles representam 51,15 por cento do total das despesas.

Por custos fixos o Juliani entende todas as despesas com depreciação e seguros de máquinas e equipamentos; depreciação de construções; mão-de-obra;

Imposto Territorial Rural; remuneração da terra e conservação do solo — terraceamento e correção. A remuneração da terra tem sido feita de acordo com o custo médio de arrendamento pago pelos produtores que plantam na área de atuação da Cotrijuí, Regional Pioneira.

De todo o modo, os custos fixos correspondem a 36,9 por cento do custo total de uma lavoura de trigo com fungicida. Na lavoura sem fungicida os custos fixos correspondem a 43,72 por cento.

OS VBCs

De acordo com os custos de produção, o Luís Juliani calculou os Valores Básicos de Custo necessários para o plantio de um hectare de trigo, aveia, colza e linho para a safra 87. Esses valores foram calculados considerando uma produtividade média de 25 sacos por hectare para o trigo com fungicida e 20 sacos por hectare para o trigo sem fungicida. Para as culturas de aveia e colza foi considerada uma produtividade de 20 sacos por hectare e 16 sacos para o linho.

O VBC necessário para o plantio de uma lavoura de trigo com fungicida deverá ficar ao redor de Cz\$ 3.297,84 por hectare. No entanto, uma lavoura de trigo sem fungicida vai necessitar de Cz\$ 2.396,08. Para a aveia o VBC necessário será de Cz\$ 1.873,19; para a colza de Cz\$ 1.822,01 e para o linho de Cz\$ 1.972,94. Para qualquer uma das culturas foi considerado um custo de 100 por cento.

DEMONSTRATIVO DO CUSTO DE PRODUÇÃO DA CULTURA DO TRIGO COM FUNGICIDA — SAFRA 1987

Custos	Cz\$/saco		
	Cz\$/ha Novembro/86	%	Comissão
1. Variáveis			
1.1. Máquinas e implementos			
Conservação e reparos	380,68	7,00	15,23
Comb./lubrif./filtros	209,83	3,85	8,39
1.2. Construções			
Conservação e reparos	57,49	1,06	2,30
1.3. Insumos			
Semente	726,00	13,36	29,04
Fertilizantes	786,50	14,47	31,46
Agrotóxicos	844,09	15,53	33,76
1.4. Transporte	109,91	2,02	4,40
1.5. IAPAS	100,20	1,84	4,01
1.6. Financeiro	211,81	3,90	8,47
1.7. PROAGRO	47,73	0,88	1,91
SUB-TOTAL	3.474,24	63,91	138,97
2. Fixos			
2.1. Máquinas e implementos			
Depreciação	490,70	9,04	19,63
Seguro	17,51	0,32	0,70
2.2. Construções			
Depreciação	63,79	1,17	2,55
2.3. ITR	25,00	0,46	1,00
2.4. Mão-de-obra	350,74	6,45	14,03
2.5. Outros			
Remuneração da terra	501,60	9,23	20,06
Custo de oportunidade	33,27	0,61	1,33
2.6. Melhoramento	479,13	8,81	19,17
SUB-TOTAL	1.961,74	36,09	78,47
TOTAL	5.435,98	100	217,44
Custo de produção por saco de 60 kg — 217,44 (1.500 kg/ha)			

VOCÊ QUER TER MENOR DESGASTE DE MÁQUINAS NA HORA DO PLANTIO?

No plantio convencional, as máquinas realizam quatro a seis operações por plantio.

No Plantio Direto ICI, apenas duas a três operações.

Resultado: menor desgaste e maior economia.



ICI Brasil S.A.

Rua Verbo Divino, 1356 - CEP 04719
São Paulo - SP.

O milho pelo trigo

Governo pensa substituir a farinha de trigo pela de milho

No dia 7 de julho deste ano, o presidente José Sarney assinou a lei número 7.512, instituindo o Programa Nacional do Milho - Promilho -, cujos objetivos são: "aumentar a produção do milho em todo território nacional; estimular seu consumo, prioritariamente em substituição ao trigo; melhorar sua produtividade, mediante emprego intensivo de assistência técnica; e, por fim, criar condições para a implantação e ampliação de indústrias que utilizem milho em seus produtos, prioritariamente aquelas cujos produtos se destinem ao consumo humano".

Como a lei exige uma regulamentação, o Ministério da Agricultura apresentou uma proposta que foi amplamente discutida na I Reunião da Câmara Técnica da Política de Grãos, da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, realizada no dia 6 de novembro na sede da Sociedade Rural Brasileira, em São Paulo. Desta reunião participou, como representante da Organização das Cooperativas de Mato Grosso do Sul (Ocems), o gerente agrotécnico da Regional MS da Cotrijui, Márcio Portocarrero.

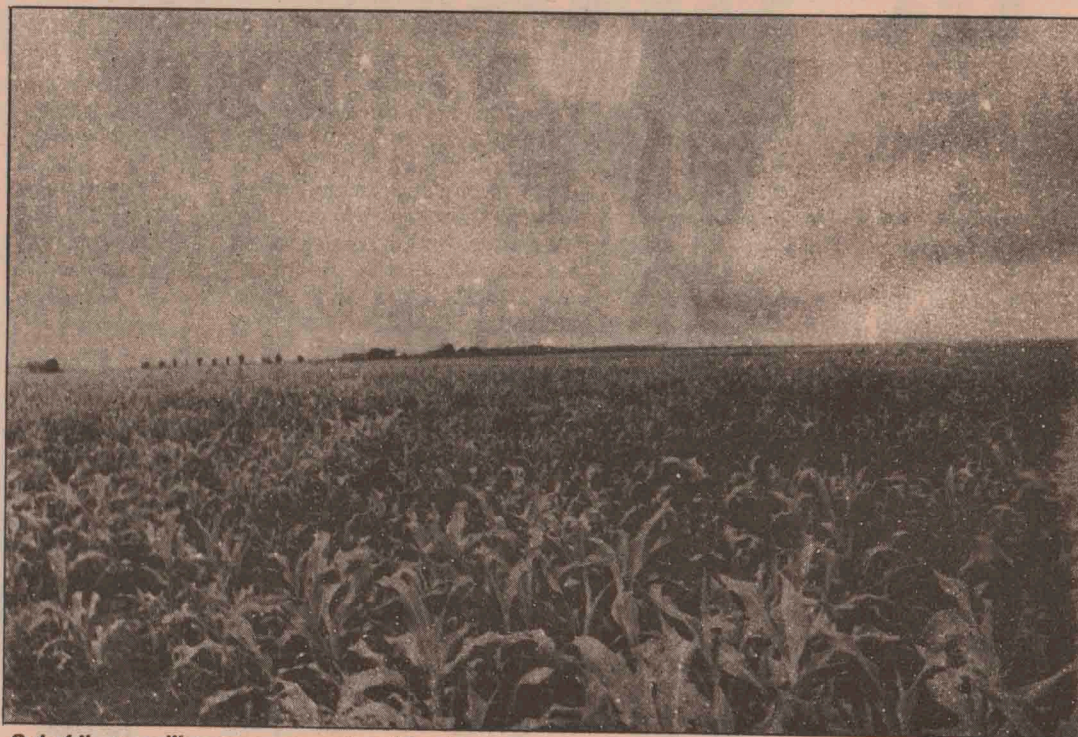
APOIO A CARTÉIS

A análise da proposta de regulamentação da lei número 7.512 levou os presentes a I Reunião da Câmara Técnica de Política de Grãos a concluir que o programa, antes de pretender aumentar o consumo de milho na alimentação humana, deveria servir de instrumento objetivo para resolver os maiores problemas da cultura, ou seja, armazenagem, melhoria da

capacidade de secagem, aumento na produtividade considerando o ponto de equilíbrio entre benefícios do aumento de produção e o custo para se chegar a tal índice, diminuir as perdas por falta de tecnologia adequada na colheita, plantio e tratamentos culturais.

Segundo Márcio Portocarrero, a comissão julgou que enquanto a política de preços mínimos não for resolvida para todos os produtos agrícolas, não será um programa como o Promilho que irá estabelecer uma política satisfatória para o milho, isoladamente. Concluiu-se também que a proposta de regulamentação apresentada beneficiaria apenas a indústria e os grandes grupos interessados em industrializar o milho, criando um cartel mais organizado que o existente em torno do trigo.

Pelo fato do milho já ter sido muito consumido na alimentação humana no passado e também por possuir maior poder nutritivo que o trigo, bastaria que se retirasse o subsídio do trigo para que o produto retornasse aos hábitos alimentares do brasileiro. A simples transferência do subsídio do trigo para o milho, conforme a proposta de regulamentação, estaria



Subsídio ao milho: uma proposta criticada

gerando mais um problema para ser resolvido no futuro, afirma Márcio Portocarrero.

OUTRAS CRÍTICAS

Os grandes gargalos do desenvolvimento do mercado do milho situam-se, segundo o dr. Ney Bittencourt de Araújo, presidente da Associação Brasileira de Mi-

lho e Sorgo (ABMS), também presente à reunião, no setor de armazenagem, realizada sob condições deficientes e resultando em perdas excessivas (cerca de 25 por cento da safra); no problema de preços, envolvendo a transformação do milho em carne de frango e porco; na desestruturação dos mercados interno e exportador, orientados por práticas comerciais ineficientes e obsoletas.

Para Ney de Araújo, a intervenção do Governo na viabilização do Promilho deve limitar-se a aspectos acessórios ao fortalecimento da estrutura comercial privada, minimizando seu envolvimento direto e eliminando o aparato burocrático. O programa dá, segundo ele, excessiva ênfase a substituição de trigo por milho, através de subsídios e envolvimento de empresas estatais, além de abranger uma parcela relativamente pequena da produção nacional de milho. A substituição deve acontecer por força de mecanismos de mercado e não de uma estrutura de administração de subsídios, semelhante a já existente para o trigo.

Outra crítica à proposta de regulamentação apresentada durante a reunião foi em relação a centralização do Programa em torno do consumo humano do milho, quando o produto desempenha importante papel na alimentação animal (bovinos, suínos e aves). Ao dar prioridade ao consumo humano, afirmaram os participantes da reunião, se limita o projeto a apenas parte da produção nacional, não se estimulando sua transformação em carne.

Face às críticas a proposta de regulamentação da lei 7.512, a Câmara Técnica de Política de Grãos da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira constituiu comissão encarregada de elaborar nova proposta, a ser submetida a apreciação do Ministério da Agricultura. A proposta corrige as distorções encontradas no texto original, eliminando principalmente o subsídio ao milho e dando ênfase também a outros pontos que causam o estrangulamento da produção de milho no País. (Por Carlos Bindé).

Investir antes de incentivar

Na I Reunião da Câmara Técnica de Política de Grãos da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira, o gerente agrotécnico da Cotrijui, que representava a Ocems, apresentou uma série de dados que comprovam a necessidade de se investir primeiro em infra-estrutura de armazenagem e também de comercialização antes de se incentivar ainda mais a cultura do milho em Mato Grosso do Sul.

Os dados apresentados por Márcio Portocarrero mostram que o MS deverá produzir, na safra agrícola 86/87, pouco mais de três milhões de toneladas de grãos, entre milho, soja, arroz, feijão e sorgo (ver tabela 1). Caso se confirmem estas estimativas, Mato Grosso do Sul produzirá duas vezes e meia mais grãos que sua capacidade de armazenagem.

No caso do milho, cuja estimativa de produção é de 520 mil toneladas na atual safra, haveria plenas condições de armazenagem, pois a estrutura apta a armazenar milho a granel é calculada em 899 mil toneladas (tabela 2). Se diz haveria, porque os armazéns a granel foram todos construídos para receber soja, o principal produto (ver tabela 1), sendo que o milho só é recebido quando há disponibilidade de espaço.

Para Márcio Portocarrero, o Governo deveria analisar a possibilidade

de destinar recursos para investimento maciço na área de armazenagem em Mato Grosso do Sul, em especial para o milho. Além disso, em função da baixa produtividade, os altos custos de frete e o ICM superior a outros Estados, o

milho produzido em MS sempre entrará em situação desfavorável nos mercados consumidores. Esta situação seria amenizada, caso o Governo equilibrasse o ICM entre os Estados produtores e consumidores de produtos agrícolas.

TABELA 1

ÁREA E PRODUÇÃO DAS PRINCIPAIS CULTURAS EM MS

CULTURAS	SAFRA 85/86		SAFRA 86/87 (*)	
	Área (ha)	Produção (t)	Área (ha)	Produção (t)
Milho	163.299	320.773	260.000	520.000
Soja	1.206.354	1.965.013	1.200.000	2.160.000
Arroz	220.197	276.013	340.000	442.000
Feijão	7.904	3.204	13.600	6.800
Sorgo	16.524	29.540	16.000	30.000
TOTAL	1.614.278	2.594.543	1.829.600	3.158.800

(*) Estimativa

TABELA 2

DISPONIBILIDADE DE ARMAZÉNS E ESTRUTURA APTA PARA MILHO

Proprietários	Disponibilidade (t)	Aptos p/milho (t)
Cooperativas	700.000	590.000
Cibrazém	200.000	98.000
Agrosul	150.000	9.000
Terceiros	202.000	202.000
TOTAL	1.252.000	899.000

O pagamento das dívidas

Produtores estão utilizando recursos do custeio para pagar suas dívidas prorrogadas no ano passado.

Como se não bastasse o atraso na liberação dos recursos para a formação das lavouras de verão, alguns produtores que no ano passado haviam prorrogado suas dívidas de custeio em até três anos, tiveram a surpresa de, neste final de ano, se verem às voltas com o pagamento de mais esse compromisso. Apertados e sem recursos, alguns destes produtores lançaram mãos do próprio custeio, como é o caso do seu Oldemar Lütz de Barcelos, agricultor em Sítio Mairosa, Coronel Bicaco, onde é proprietário de 30 hectares e arrendatário de mais 25.

"A situação na lavoura está ficando insuportável", se queixa o seu Oldemar, contando que já está pensando em parar de vez com a lavoura. Ele fez um contrato de custeio junto ao Banco do Brasil no valor de Cz\$ 72 mil para plantar 45 hectares de soja e ainda teve de fazer uma complementação de verba no valor de Cz\$ 52 mil. Com o dinheiro do custeio ele pagou a dívida que era de Cz\$ 65 mil, mais o juro e a correção correspondente aos meses de antes do Plano Cruzado e ficou com um saldo de Cz\$ 48 mil para fazer a lavoura.

O dinheiro que sobrou ele gastou Cz\$ 19.800,00 na compra do adubo, Cz\$ 19.000,00 na compra da semente e ainda mais Cz\$ 2.880,00 na compra do óleo diesel. "Não me sobrou quase nada, diz seu Oldemar que, para poder continuar na terra" até pelo menos a colheita da planta, começou a trabalhar de empregado pelas vizinhanças. "O pior de tudo, reclama ainda, é que me livre de uma dívida, mas arranjei outra que nem sei em quanto vai parar", diz se referindo a complementação de verba que foi obrigado a fazer.

HIPOTECAR AS MÁQUINAS

A permanência do seu Oldemar na agricultura está dependendo agora, segundo ele, do próprio gerente da agência do Banco do Brasil em Coronel Bicaco. Ele encaminhou uma proposta ao banco, pedindo que seja hipotecado o seu maquinário de uso na lavoura: um trator, uma semeadeira, uma grade, dois arados, um pulverizador e uma carreta. "Se o banco não hipotecar esse maquinário, tenho mesmo é que abandonar a agricultura, porque com o dinheiro que me sobrou, não vou ter condições de fazer o controle das ervas daninhas na lavoura e muito menos matar as lagartas da soja", diz.

Na esperança de que o Banco do Brasil aceite o seu pedido e hipoteque as suas máquinas, o seu Oldemar vem adiando uma proposta para arrendar suas terras. "Quero ver se o banco me dá um pouco mais de fôlego para continuar trabalhando na lavoura". No preço em que está a

soja, ele já calculou que vai precisar tirar 1.700 sacos do produto para poder cobrir o financiamento de custeio. No ano passado, que deu uma safra ruim, conseguiu tirar 1.000 sacos, mas já teve anos em que tirou 2.000. Para colher bem ele fez a planta no capricho. Com o trigo ele também não foi muito bem: encerrou a colheita com uma média de 27 sacos por hectare. Mas como gastou Cz\$ 28 mil com aplicação de fungicida na lavoura, teve um lucro de Cz\$ 2 mil. "Foi tudo o que me sobrou da colheita do trigo", diz seu Oldemar que também planta milho, arroz e feijão.

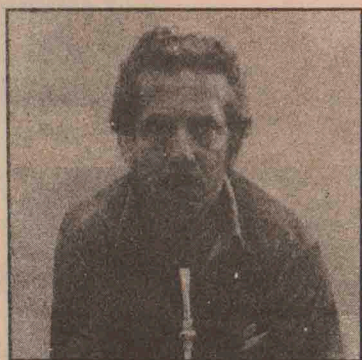
NA COMPOSIÇÃO, O JURO É MAIS CARO

Na verdade, segundo Orlando Tadeu Dalla Lana, gerente da agência do Banco do Brasil em Coronel Bicaco, a prorrogação da dívida de custeio a que muitos produtores tiveram direito no ano passado, foi feita por apenas um ano e a juro de 10 por cento. Aqueles produtores que não estão conseguindo pagar suas dívidas nesse ano, estão fazendo uma composição. Só que agora o juro não é mais de 10 por cento como no primeiro ano, mas de mercado. "Estamos estudando cada caso e, se realmente ficar comprovado que o produtor não tem condições de pagar agora a sua dívida, ela é mais uma vez prorrogada", diz Dalla Lana.

O gerente do Banco do Brasil diz que aqueles produtores que possuem sementes e adubo em casa estão realmente preferindo saldar agora o compromisso utilizando a verba do custeio. "Mas essa é uma decisão que fica por conta do próprio produtor. O banco apenas presta orientação no sentido de melhor esclarecê-lo", assegura.

APENAS UM ANO

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Coronel Bicaco, Irani Souza do Amaral já andou até por Porto Alegre, na superintendência do Banco do Brasil procurando esclarecer melhor essa situação. Ele disse que a prorrogação de início, era de até três anos, mas depois veio uma outra resolução, reduzindo o prazo da prorrogação para até dois anos. "No final das contas, as dívidas foram prorrogadas em apenas um ano. Se o



Irani Amaral

produtor não consegue saldar agora esse compromisso, ele prorroga por mais um ano, mas vai pagar juro de mercado.

Irani Amaral acha que essa medida, que pegou muito produtor de surpresa, somada ao atraso na liberação do custeio e a falta de recursos para quem não financiou a lavoura de soja na safra anterior, servem apenas para desestimular o agricultor. "Os produtores estão vivendo



Oldemar Barcelos: pensando em hipotecar as máquinas

uma situação dramática, porque ao tentarem cair fora do banco, deram de cara com uma frustração e nesse ano ficam sem direito a financiamento", lamenta.

Com um pouco de atraso

Depois de praticamente 30 dias sem chuvas regulares — apenas chuvas de manga foram registradas em algumas regiões —, voltou a chover em Mato Grosso do Sul, permitindo aos produtores plantar o restante de suas lavouras de verão. No período seco, as lavouras de arroz e milho, mais sensíveis à falta de umidade no solo, chegaram a apresentar problemas de desenvolvimento, cujas conseqüências só poderão ser medidas no final da safra.

Segundo levantamento efetuado pela área técnica da cooperativa, a lavoura de soja terá uma pequena redução este ano, mas continuará a ser a mais importante. A área estimada de plantio na presente safra é de 722 mil hectares na Região Cotrijuí-MS, contra os 748 mil do ano anterior, o que representa uma redução de 3,48 por cento (veja tabela).

Em compensação, o milho terá um aumento significativo de área, da ordem de

132,28 por cento, passando dos 90.800 hectares da safra passada para aproximadamente 211 mil hectares. Em segundo lugar no aumento de área vem as lavouras de arroz irrigado, que deverão alcançar este ano 19.450 hectares. O arroz de sequeiro deve ter sua área aumentada em 21,88 por cento, alcançando 142.500 hectares.

O atraso verificado no plantio em função da estiagem

do mês de novembro está sendo compensado em dezembro, ainda dentro das épocas recomendadas para o plantio das principais culturas, não devendo acarretar maiores problemas na produtividade.

O estado das lavouras varia de bom a regular, com predominância para o bom em todos os municípios da área de ação da cooperativa em Mato Grosso do Sul.

EVOLUÇÃO DAS ÁREAS DAS CULTURAS DE VERÃO NA REGIÃO COTRIJUI-MS

Cultura	Área 85/86 (ha)	Área 86/87 (ha)	%
Soja	748.000	722.000	3,48
Milho	90.800	211.000	132,38
Arroz	116.920	142.500	21,88
Arroz Irr.	13.820	19.450	40,74
Sorgo	9.300	12.000	29,03
Total	978.840	1.106.950	13,08

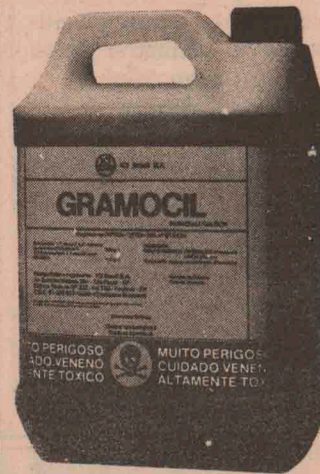
Fonte: Área técnica Cotrijuí-MS

VOCÊ QUER CONSERVAR 51 TONELADAS DE TERRA NO SEU PATRIMÔNIO ?

Controle da Erosão

Em área com terraços, no plantio convencional, há uma perda de até 57 toneladas de solo por ano, contra 6 toneladas no Plantio Direto ICI.

51 toneladas em favor do seu patrimônio.



ICI Brasil S.A.

Rua Verbo Divino, 1356 - CEP 04719 São Paulo - SP.

Mais verde, mais renda

Aumentar a área de matas nativas, hoje quase totalmente devastada é um compromisso com a saúde da agricultura e do homem. Mais do que isso, reflorestar é uma necessidade econômica urgente para o produtor que tem na lenha uma alternativa de rendimentos e uma fonte de energia para a secagem e industrialização de seus produtos

O encerramento do ano agrícola com as safras sofrendo problemas de seca e de chuva, respectivamente, trazem novamente a discussão da dependência do agricultor em relação às culturas anuais, e a necessidade de investimentos maiores na área de reflorestamento. Essa avaliação é feita pelo técnico Ilário Gasparin, um dos responsáveis pela execução do trabalho de reflorestamento mantido pela Cotrijuí.

Segundo Gasparin, os danos da seca e da chuva são ainda maiores porque grande parte da terra da região apresenta escassa cobertura vegetal, ou seja, muito pouco mato nativo. Os efeitos dessa ação devastadora nos últimos anos podem ser vistos no ressecamento do solo e a livre circulação dos ventos que não encontram barreiras no campo, assim como o assoreamento dos rios e a erosão. A instabilidade climática que atinge as culturas anuais nos últimos tempos também pode ser provocada pela carência de matas, mas isso ainda não é comprovado cientificamente. É certo, no entanto, "que os efeitos de instabilidade climática seriam menores caso houvesse uma maior cobertura vegetal", afirma Gasparin, apontando outros fatores que também contribuíram para a redução da mata.

Ainda que surgisse como alternativa energética, diante da elevação dos custos dos combustíveis derivados do petróleo, a lenha também contribuiu para a redução da mata nativa, pois sua utilização na secagem e industrialização de grãos só aumentou com o passar dos anos. Esse, aliás, é o fator determinante, segundo Gasparin, para uma ampliação da mata uma vez que, economicamente, a lenha continua sendo a alternativa como fonte de energia renovável.

IMPORTÂNCIA

Para o técnico da Cotrijuí, o uso da lenha como fonte de energia ocasionou uma pressão violenta sobre as poucas matas ainda existentes, fazendo com que diminuísse a oferta e, em consequência, os preços aumentassem, elevando os custos de beneficiamento dos produtos, repassados ao produtor através das

taxas de secagem. Por isso a importância do reflorestamento, diz Gasparin, numa região grande produtora de grãos como a da Cotrijuí, que possui apenas três por cento de matas em toda a área de abrangência.

A escassez do produto, na região, deixa como alternativa a busca de lenha em outras regiões, o que encarece ainda mais, devido aos custos do transporte. Hoje, o metro cúbico da lenha que entra na Cotrijuí custa Cz\$ 85,00 contra os Cz\$ 25,00, preço de fevereiro, o que significa um aumento de 150 por cento. Mais grave que a situação da lenha, é a da construção civil e da indústria moveleira, que buscam a matéria-prima em outros estados, causando uma evasão de recursos para outras regiões. Portanto, diz o técnico da Cotrijuí, o reflorestamento é fundamental tanto para a preservação do meio ambiente como para a subsistência da economia regional.

ALTERNATIVA

O uso da lenha como fonte energética se reforça também pela necessidade prática do mercado de combustíveis, afirma Ilário, "pois o retorno ao uso do óleo combustível traria novos gastos com a troca de equipamentos e também pela dificuldade de se conseguir o óleo, devido a grande demanda em outros setores da indústria". Além disso, a época em que a Cooperativa mais necessita de combustível, que é de outubro a junho, quando ocorre a secagem de trigo e soja, acontece o racionamento de energia elétrica e as indústrias passam a utilizar o óleo. A alternativa para a região é continuar com a lenha, com as cooperativas e os produtores investindo mais em reflorestamento. Segundo Gasparin, o produtor tem nesta atividade uma fonte alternativa de rendimentos, assegurando a secagem e industrialização do seu produto, além de contribuir para a conservação do solo e combate a erosão. Para is-



Plantio ainda é pequeno

so é preciso aumentar a área fixa de eucalipto. "Hoje é necessário 700 hectares para manter o consumo da Cooperativa, diz Gaspa-

rin lembrando que esse consumo deverá aumentar em função dos projetos de agroindústria da área animal e vegetal e também pela

tendência do aumento da produção de trigo ano a ano, o que só confirma a exigência de uma maior área verde na região.

LATÃO DE ALUMÍNIO.
DURALEITE
DEPOIS DA VACA,
A MELHOR MANEIRA DE
TRANSPORTAR A PUREZA
DO LEITE.

Duraleite é o latão de leite fabricado com o duralumínio da Alcan, pelo processo de estampagem, resultando em um latão com paredes uniformes, sem soldas internas. É um monobloco, produzido pela Biao, com todo apoio técnico da Alcan.

Duraleite é resistente, não enferruja e nem amassa. Por isso dura até cinco vezes mais que os latões comuns. Como não tem soldas nem pontos de ferrugem, Duraleite não acumula microorganismos.

é muito mais higiênico, minimizando as perdas de leite por contaminação. Duraleite pesa a metade dos outros latões, e no final de suas contas pesa muito menos em seu orçamento. Faça como as grandes Companhias de Laticínios do Brasil e do mundo: opte pelo Latão de Alumínio Duraleite, por sua resistência, economia, durabilidade e por ser o meio mais higiênico de se transportar o leite. Depois da vaca, é claro.

ABI
INDÚSTRIAS ANNUNCIATO DE BIASO IRMÃOS S.A.

Alcan Alumínio do Brasil S.A.

INFORMAÇÕES E VENDAS

São Paulo: Rua Robert Bosch, 116
01141 - SP - Fone: (011) 826-1188

Lambari: (035) 271-1222

Belém: (091) 225-4666

Belo Horizonte: (031) 442-7577

Campinas: (0192) 8-6113

Campo Grande: (067) 328-9238

Curitiba: (041) 278-8244

Florianópolis: (0482) 46-0311

Fortaleza: (085) 243-1144

Goânia: (062) 224-9498

Porto Alegre: (0512) 42-5455

Recife: (081) 339-3411

Ribeirão Preto: (016) 626-4036

Rio de Janeiro: (021) 280-5244

Salvador: (071) 246-8011

S. José Rio Preto: (0172) 32-3499

Uberlândia: (034) 236-7014

Vitória: (027) 227-9588

"Água de fonte, poço e caixa d'água não protegida é uma porta aberta para a entrada de doenças em nosso corpo".

Campanha: Comissão da Água da Cismi
 Apoio: Cotrijornal

Entusiasmo com o plantio

Quem gosta de árvore, gosta de bicho e respeita a natureza". A afirmação é de Romeu Michael, produtor do distrito de Colônia Santo Antônio, para quem o reflorestamento é uma das atividades mais importantes dentro da propriedade. Nos seus 126 hectares de terra, Romeu iniciou há três anos o plantio de um hectare de eucaliptos, sobre um pequeno banhado, que também já possui uma pequena fila de cinamomos gigantes. "Eu poderia aproveitar essa terra para plantar soja ou trigo, fazendo drenagem", diz Romeu, mas "enquanto se faz isso, para não perder um pedacinho de terra, se derruba árvores vivas para lenha".

Consciente dos benefícios que o reflorestamento pode trazer para a conservação do solo e para a economia da propriedade, Romeu Michael sabe também da importância que isso representa dentro de um processo de diversificação. "Tenho também uns 50 pés de figueira e onde tiver um pedacinho planto mais uma árvore", salienta o produtor, entusiasmado com o seu trabalho de reflorestamento. Embora um pouco preocupado com os ataques das formigas aos eucaliptos e à ineficiência dos venenos, ele pretende aumentar a área reflorestada, e para isso conta também com 150 pés de erva-mate e a uva-do-japão para complementar o plantio de eucaliptos.

VALORIZAÇÃO

Lotário Winter, proprietário de 25 hectares em Alto da União, também valoriza o reflorestamento para a conservação do meio ambiente, mas vai além disso. Para esse produtor, que cultiva atualmente 2.200 pés de

eucalipto, "a lenha é extremamente importante, pois está faltando hoje para 90 por cento dos produtos industrializados". Lotário destaca ainda a necessidade do pequeno produtor em procurar outras alternativas de renda. "Do jeito que está a agricultura é preciso assegurar outras fontes de renda, porque ninguém come palha de trigo".

Como outros produtores que estão assumindo o reflorestamento, Lotário também tem problemas com o ataque das formigas. Pior do que isso, porém, são os cupins, que atacam diretamente a raiz do eucalipto, acabando com as plantas novas e deixando o produtor sem alternativa de "salvar" a planta. Mesmo com vários pés de eucalipto destruídos pelo cupim, Lotário continua reflorestando e quer, para o próximo ano, aumentar o plantio de erva-mate e de uva-do-japão. Afinal, "nos últimos anos se arrancou tudo e hoje fizemos de tudo para plantar".



Lotário Winter



Romeu Michael



Uma boa fonte de renda

Vários incentivos

Muitos são os alertas para reflorestamento, porém, ainda são poucos os resultados se comparados às necessidades da região. Por isso é hora de aproveitar todos os incentivos, como é o convênio feito entre a Cotrijuí e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, através do qual, os associados terão à sua disposição 200 mil mudas florestais a serem distribuídas, a partir de julho do próximo ano, época do plantio. Para retirar as mudas o associado deve procurar o Departamento Técnico, pagar um preço simbólico, enquanto a Cooperativa fornecerá toda a assistência técnica no plantio e na condução das áreas reflorestadas.

Segundo o departamento técnico da Cotrijuí é importante reflorestar, principalmente as áreas impróprias para cultivos anuais, terras excessivamente inclinadas, áreas muito erodidas, sujeitas a inundação, pedregosas e beiras de estrada. Através dessa atividade, o produtor com uma pequena área reflorestada terá lenha e madeira para o consumo, podendo também comercializar o excedente. Para se ter uma idéia do bom rendimento, basta considerar o custo da plantação de um hectare de eucalipto, hoje Cz\$ 5.000,00, com a receita ob-

tida no primeiro corte aos sete anos, ou seja, Cz\$ 15.000,00, propiciando ao produtor um rendimento líquido de Cz\$ 1.400,00 ao ano. "O saldo é muito bom se comparado aos lucros obtidos com as lavouras anuais no momento atual", diz Ilário Gasparin, supervisor técnico de reflorestamento da Cotrijuí. As causas desse bom rendimento podem ser encontradas no eucalipto como uma atividade estável, isto é, uma cultura perene que não está na dependência de preços e instabilidade climáticas.

OUTROS INCENTIVOS

Além das mudas distribuídas através do convênio com o IBDF, o associado também poderá contar com outros dois incentivos, ainda em estudo pela Cooperativa. Um deles seriam linhas de crédito conseguidas com agentes financeiros oficiais, e outro, o programa cooperado de reflorestamento, do qual o produtor poderá contar com mudas para o futuro fornecimento de lenha e madeira. Através do cooperado de reflorestamento, a Cotrijuí fornecerá também, insumos, os quais serão pagos com a lenha. Dessa forma, o produtor pode garantir os custos da secagem e industrialização de seus

produtos a um preço mais baixo do que o atual.

VÁRIAS OPÇÕES

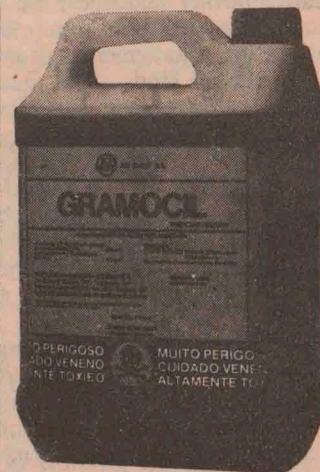
Mas não é somente o eucalipto que pode servir para o reflorestamento, pois outras árvores com crescimento rápido e bons rendimentos também são indicadas. É o caso do cinamomo gigante argentino, que tem boa madeira para móveis, porque tem um tronco mais ereto do que o brasileiro, não apresenta muitas ramificações e não forma ocos. Para os interessados, o Departamento Agrotécnico da Cotrijuí informa que existem mudas à disposição, podendo os produtores retirá-las na unidade de Ijuí.

Outra árvore também indicada para o reflorestamento é a uva-do-japão, utilizada para lenha e madeira e com pouca atração pelas formigas. Boa de rebrote, a uva-do-japão tem nas suas folhas e frutos um bom alimento para suínos e bovinos, principalmente. Já a acácia negra é excelente para a lenha, e por ser uma leguminosa é útil na recuperação do solo. Além dessas existem ainda as nativas louro, que possui boa madeira, a canafístula, que oferece madeira para lenha e para a construção civil, e a erva-mate.

PLANTIO DIRETO ICI É CARO ?

Economia Global
Hoje a diferença de custo de herbicidas, entre plantio convencional e Plantio Direto, é mínima.

Mas, com todas as vantagens oferecidas pelo Plantio Direto ICI, a economia final é indiscutível.



ICI Brasil S.A.

Rua Verbo Divino, 1356 - CEP 04719
São Paulo - SP.



COTRIEXPORT - CORRETORA DE SEGUROS LTDA.

■ Na realização de Seguro de Vida, Acidentes Pessoais, Incêndio, Automóveis e outros, procure orientação junto a nossa Corretora de Seguros.

■ Sem qualquer despesa adicional, prestaremos as informações para uma correta cobertura e taxa de seu seguro.

EM IJUÍ - Rua das Chácaras, 1513 - fone 332-2400 - ramal 364
EM PORTO ALEGRE - Av. Júlio de Castilhos 342 - 5º andar
Fone 33-50-32

Sempre na carona

Despreparada para substituir a carne bovina, a carne de frango também começa a desaparecer no mercado

A escassez da carne bovina, somada ao aumento do poder aquisitivo do consumidor brasileiro e a recusa dos açougueiros em pagar ágio, pegou os criadores de aves um tanto desprevenidos. Essa situação de escassez de carne de gado fez com que a galinha, ao lado do suíno, assumisse uma posição de privilégio na mesa do consumidor. Quem antes preferia comer carne de galinha somente aos domingos ou em dias de festa, passou, desde a crise do boi, a conviver mais assiduamente com a carne de galinha. Só que essa convivência começa a correr um grande risco: a carne de galinha também está desaparecendo do mercado, isso porque ela não estava preparada para substituir a carne bovina.

A galinha só passou a ocupar um espaço maior no mercado interno a partir da década de 70. Em 77, por exemplo, o consumo "per capita" da carne de galinha, se comparado com o da carne bovina, era bastante baixo. Cada brasileiro consumia, nessa época, 20,1 quilos de carne de gado e apenas seis quilos de carne de ave por ano. Em 80 o consumo de carne de galinha melhorou um pouco de posição, aumentando para 10,1 quilos por pessoa/ano contra os 17,2 quilos de carne bovina. Mas em 84 o consumo caiu um pouco, baixando para 9,6 quilos contra apenas 12,7 quilos de carne bovina.

Hoje o consumo "per capita" de carne de aves está por volta dos 11 quilos, uma marca nunca antes atingida pelo setor que espera, com essa crise da carne bovina e essa espécie de "boom" no consumo, aumentar ainda mais a oferta, aproveitando uma situação favorável, mas que não deixa nenhuma indicação do que poderá ocorrer com a atividade a partir do restabelecimento no abastecimento da carne bovina.

A produção nacional de frangos passou de um milhão e 550 mil toneladas, produzidas em 85, para um milhão e 600 mil toneladas em 86. Até agora, o crescimento da produção, a exemplo do que ocorre com a carne bovina, vinha sendo lento. De qualquer forma, a grande indagação agora está relacionada com os rumos que a atividade poderá tomar daqui para frente. É certo que os criadores de aves vão aproveitar essa situação anômala no consumo para investir na atividade em escala maior. Mas e se a atividade se expandir de forma desordenada, que riscos poderão correr?

NA CARONA

O Moacir Hetzel é quem responde a esta indagação. "Tudo indica, diz ele, que se a produção crescer sem controle e a carne bovina reaparecer no mercado, pode acontecer uma superoferta do produtor e um achatamento nos seus preços. O Moacir diz ainda que é preciso tomar muito cuidado com essa expansão, porque a carne de aves, tem andado até agora sempre na carona da carne de bovino e ele não acredita que essa situação possa mudar de uma hora para outra. "A carne de aves será sempre um substituto da carne bovina. O brasileiro, continua, vai seguir dando preferência para a carne bovina".

Ele concorda que existe uma defasagem muito grande entre a oferta e o consumo de carne de aves a nível de mercado interno, mas vai logo fazendo um alerta dizendo que essa situação não deve servir de parâmetro para que o agricultor se sinta realmente estimulado a se lançar na atividade. "O criador, ressalta, tem que contar com um fator limitado muito importante que é o fato da carne de aves ser apenas uma carne substituta. Ele precisa entender que ela está ocupando, conjun-

turalmente, um espaço que não é seu".

O Moacir admite que, a curto prazo, a avicultura de corte vai continuar sendo um bom negócio, ainda mais considerando as estimativas de produção de milho para 87 e o preço, que deverá ficar ao redor do mínimo estabelecido pelo governo. "Existe algum espaço para ser ocupado, mas com limitações, alerta, ressaltando, por outro lado, que a previsão é de que os problemas de abastecimento da carne bovina continuem no próximo ano".

TRIPLICOU

A procura pela carne de galinha no mercado da Cotrijuí, em Ijuí, triplicou nestes últimos meses. "Se tivéssemos carne de galinha à vontade, diz Élio Basso, gerente do mercado, venderíamos tudo, tal é a procura". Com suas cotas de recebimento do produto abaixo do normal em função da falta do produto, o mercado vem trabalhando com suas vendas reduzidas em mais de 30 por cento. Há mais de 20 dias o mercado não vem trabalhando com carne de frango, "a não ser com alguns quilos esporádicos. Os nossos distribuidores não estão tendo o produto para nos repassar".

Aquele pequeno criador, que produz galinhas em pequena escala, está preferindo vender o seu produto em casa mesmo, a um preço que pode chegar a Cz\$ 25,00 o quilo. "É mais vantagem para esse criador esperar que o consumidor vá buscar o produto na sua casa. Ele tem mais lucro. Se tiver que vender para um abatedouro, ele vai ter que ficar dentro do preço tabelado", diz o Élio.

A MESMA SITUAÇÃO

A situação enfrentada pelos distribuidores de carne de frango não é muito diferente. Hoje estamos trabalhando apenas dois dias por semana", diz Cláudio Grimm, gerente da Distribuidora Grimm e Filhos, de Ijuí. A Grimm e Filhos distribui carne de frango para os frigoríficos Mavepal e Pena Branca e para a Cooperativa Rodeio Bonito, de Erechim.

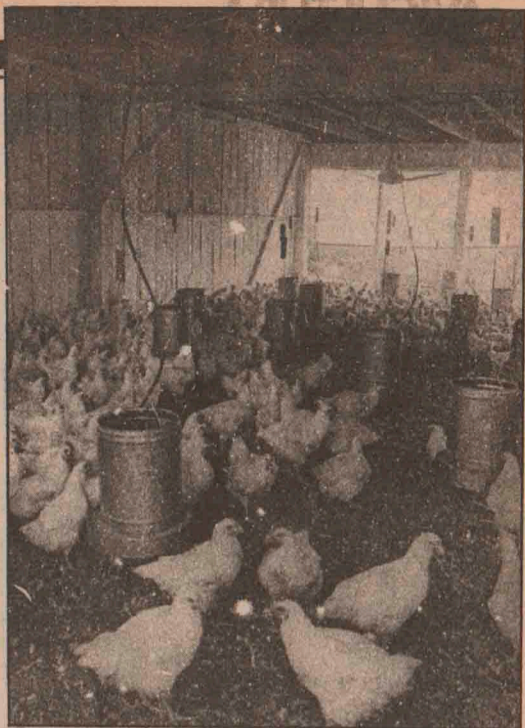
Toda a cota recebida antes da escassez da carne bovina era distribuída durante uma semana. "Mas hoje, diz o gerente, vendemos a nossa cota em dois dias. É claro que ela reduziu um pouco, mas mesmo assim, a procura é muito grande". Diz que a própria Cotrijuí é um exemplo. Até antes da crise da carne, ela pegava 10 caixas por sábado, "agora está pedindo 40, só que o produto não existe".



Cláudio Grimm



Renate Redlich



Começa a faltar pintos

Além do prejuízo dos caminhões e dos empregados parados, o Cláudio diz que, atualmente, só recebe a sua cota aquele distribuidor que pagar o produto à vista. Ele acha que a situação da carne de aves só vai normalizar com a liberação por parte do governo, do preço da carne de gado. "O frango, diz, vai deixar de ser atraído por preços melhores para o centro do país, onde se compra e se vende com ágio".

A Renate Ingrid Redlich tem tudo para falar sobre a falta de carne de frango. Além de criadora de frangos, ela é proprietária, com mais três irmãos e a mãe, de um abatedouro com capacidade para 72 mil aves. "Fomos obrigados a reduzir o abate de aves em mais de 50 por cento porque não estamos encontrando pintos para comprar. Sempre recebíamos pintos duas vezes por semana, agora estamos recebendo apenas uma vez e nunca nas quantidades solicitadas", diz Renate.

Até meados desse ano os Redlich vinham abatendo frangos e abastecendo os mercados da cidade diariamente. "Agora, explica Renate, estamos abatendo apenas três vezes por semana e a carne não chega para fregueses, porque a cada dia que passa, em virtude da falta de carne bovina, cresce ainda mais a necessidade de consumo". O aspecto do frango também não é o mesmo, pois hoje eles são obrigados a abater aves com 40 dias. "É um frango pequeno, sem aparência que nem serve para ser assado no forno".

Outro fator que vem prejudicando bastante os criadores de aves, segundo Renate é o custo de produção, cada vez mais alto. "A nossa margem de lucro está diminuindo. Em janeiro, conta, o preço do pinto era de Cz\$ 2,50 mas agora já está Cz\$ 3,00 e para janeiro já fomos avisados de que passará a custar Cz\$ 3,53. Isso sem falar nos preços dos medicamentos que nem chegaram a congelar".

Para Renate toda essa falta de frango no mercado tem a ver com o Plano Cruzado que pegou a época de descarte das galinhas. "Não deu para segurar o descarte e houve dificuldade para repor essas aves, a tal ponto que o governo foi obrigado a importar matrizes".

A procura é grande

A criação de aves da dona Dalva de Moura Reis começou ao acaso, sem qualquer pretensão. Há cerca de dois anos atrás, ela comprou 20 pintos de corte para o gasto da família. Mas como tinha carne sobrando em casa e as aves estavam prontas para o abate, ela decidiu vender na cidade. Levou as 20 aves, mortas e limpinhas, para serem vendidas no mercado da Cotrijuí. Gostou do negócio porque achou que o lucro foi bom e hoje ela entrega, toda a semana, 30 galinhas no mercado. O plantel anda por volta de 400 aves de corte "e se tivesse mais mil a gente vendia tudo", diz o Antônio, um dos filhos da dona Dalva se referindo a falta de carne de gado e o aumento no consumo de carne de galinhas.

A dona Dalva, o seu Tristão e os filhos, são proprietários de uma propriedade bem diversificada, de 118 hectares, localizada em Passo Grande, Coronel Bicaco, onde plantam de tudo e um pouco. Pararam com o suíno porque, segundo o Antônio, o único lucro que conseguiram tirar foi o esterco. "Só estamos criando para o gasto". A criação de aves de corte soma-se as demais atividades: o leite, o gado de corte, a ovelha, a abelha, a soja, o arroz, o milho e o feijão.

O aumento no consumo da carne de galinhas está gerando uma escassez de pintos no mercado. "Só tenho mais 60 galinhas prontas para serem entregues e não estou conseguindo comprar mais pintos para repor o plantel", diz ela. Se não fosse essa escassez a família Moura Reis já estaria investindo mais na atividade "pois é um negócio que, de momento, está dando certo", diz o Antônio que já anda planejando plantar uma área maior com cenoura para alimentar as galinhas. Ele também já está pensando em integrar o Cooperado de Aves da Cotrijuí.

As aves de corte ficam prontas em dois meses e meio, quando pesam entre três a três quilos e meio. A alimentação é a base de muito pasto verde - repolho, alface, aveia e avevem - ração e milho, quando tem.

O LUCRO JÁ FOI MAIOR

Criar aves de corte, principalmente nesta época de escassez de carne, dá um bom retorno, segundo a Dona Dalva. Mas garante que algum tempo atrás o seu lucro era bem maior, em torno de 40 por cento. Agora, com a falta de milho e a necessidade de comprar ração para alimentar as galinhas, o lucro fica reduzido em 15 por cento. De qualquer

forma ele considera o preço de Cz\$ 17,00 por quilo de galinha pronta e limpinha, até bom. "O trabalho maior é carrear as galinhas", diz ela.

A trabalhadeira do seu Francisco Bredi, proprietário de 75 hectares em Passo dos Júlio, em Redentora, é bem menor do que a da dona Dalva. Ele também cria aves de corte, em escala bem menor, mas comercializa viva. "Vendo para os vizinhos e algum conhecido que vem buscar aqui em casa", diz o seu Francisco que atualmente conta com um plantel de 100 aves tipo Guanabara e mais alguns pintos carijós comprados no CTC. O plantel já foi maior, mas a falta de milho o obrigou a dar uma parada.

O preço do quilo da galinha viva anda em torno de Cz\$ 14,00 o que segundo o seu Francisco é muito bom. "É pena que tenha pouca galinha para vender, pois a procura é grande demais. Diz ele que é uma atividade que pode render bons lucros, desde que seja bem cuidada e que pode muito bem ser associada a outros empreendimentos como o porco - ele integra o cooperado de Suínos da Cotrijuí - o leite, a piscicultura e a lavoura. "A nossa saída é produzir carne e deixar o trigo e a soja de lado, garante.

Mais um cooperado

O Programa Cooperado de Aves da Cotrijuí começa a ser implantado na Pioneira

Organizar melhor o produtor no sentido da diversificação da sua produção, aproveitar a mão-de-obra familiar na produção de ovos para consumo próprio e venda do excedente e ainda proporcionar à Cooperativa o recebimento de ovos para que possa abastecer seus mercados. Estes são os pontos básicos do Plano Cooperado de Aves que a Cotrijuí, através de seu Departamento Agrotécnico, começa a implantar tão logo tenha pintos suficientes para distribuir entre os associados interessados.

O programa, em suas linhas gerais, é semelhante ao de suínos e ao de peixes lançado no decorrer deste ano. Da mesma forma que os outros dois, o Cooperado de Aves tem a pretensão de incrementar a criação de aves na Regional Pioneira, procurando dar preferência para raças mais rústicas.

O COMPROMISSO DA COTRIJUI

A Cotrijuí fica encarregada de garantir toda a assistência técnica ao produtor, fornecendo os pintos e as rações até o início da postura das aves a um juro de um por cento, mais correção com base na LBC - Letra do Banco Central. Ainda fica no compromisso de receber toda a produção de ovos e as aves de descartes para abate. "Em troca, explica o João Klohn, agrônomo e coordenador do programa, o produtor fica na obrigação de entregar a sua produção de ovos na Cooperativa".

O produtor só vai iniciar o pagamento dos pintos e das rações a partir do quinto mês, quando as frangas iniciarem a postura. Esses pintos distribuídos aos associados inscritos no programa serão produzidos no Centro de Treinamento e, quando a produção não for suficiente para atender a demanda, a Cotrijuí fica na obrigação de adquirir pintos de linhagens comerciais para repasse aos associados.

RÚSTICAS

A idéia inicial, segundo o João Klohn, é utilizar raças puras, mais rústicas que as linhagens comerciais, mas quase tão produtivas quanto estas. A Plymouth Rock Barrada, mais conhecida como carijó, é uma das raças recomendadas, "embora, esclareça, tudo vá depender da capacidade de produção do CTC". As aves deverão ser criadas em sistema de semi-confinamento, a exemplo do que vem sendo feito no Centro de Treinamento. Mas se o produtor preferir, poderá criá-las confinadas, desde que o faça em piso e forneça pasto verde no comedouro. O uso de pastagens na alimentação das aves pode reduzir o custo de alimentação em até 30 por cento e, conseqüentemente, aumentar a rentabilidade do produtor.

O associado interessado em participar do Programa Cooperado de Aves da Cotrijuí, deverá fazer sua inscrição junto a unidade onde opera. Poderão participar do programa todos os associados que se

identificarem com a atividade e que se comprometerem a fazer o investimento necessário, que se resume na construção de um galpão simples e sem sofisticação para abrigar os pintos. Esse galpão deverá ter capacidade para abrigar 150 pintos de uma só vez. Caso o produtor opte por trabalhar com dois lotes de aves - cada um de 150 pintos - terá de construir dois galpões no mesmo porte.

Esse galpão poderá ser de material rústico, disponível na propriedade, "sem grandes investimentos", diz o agrônomo. Ele ainda vai necessitar de uma campânula - fonte de calor para aquecer os pintos -, comedouros e bebedouros. A construção do galpão e a aquisição dos equipamentos é de inteira responsabilidade do associado cooperado.

A NECESSIDADE DA REGIÃO

A comercialização de ovos, feita pelo setor de hortigranjeiros da Cotrijuí, atinge, atualmente, 30 mil dúzias por mês, mas a médio prazo, tem estrutura para comercializar até 60 mil dúzias por mês. Para se produzir 30 mil dúzias de ovos por mês, segundo o João Klohn, será necessário um plantel formado por 22.500 aves, estimando-se uma produção de 17 dúzias de ovos/ano por galinha alojada. "Estas 22.500 poedeiras, explica, podem muito bem ficar distribuídas entre 140 produtores associados da Cotrijuí na região".

PELA PRÓPRIA FAMÍLIA

A criação de aves, visando a produção de ovos, é uma atividade que pode



O programa dá preferência às raças rústicas

muito bem ser conduzida com facilidade pela própria família, sem necessidade de contratar mão-de-obra de fora. Sendo conduzida desta forma, ela pode oferecer uma rentabilidade semelhante ao lucro que o produtor pode obter em 5,5 hectares de soja, considerando, neste caso, que a sobra por hectare, seja de seis sacos de produto.

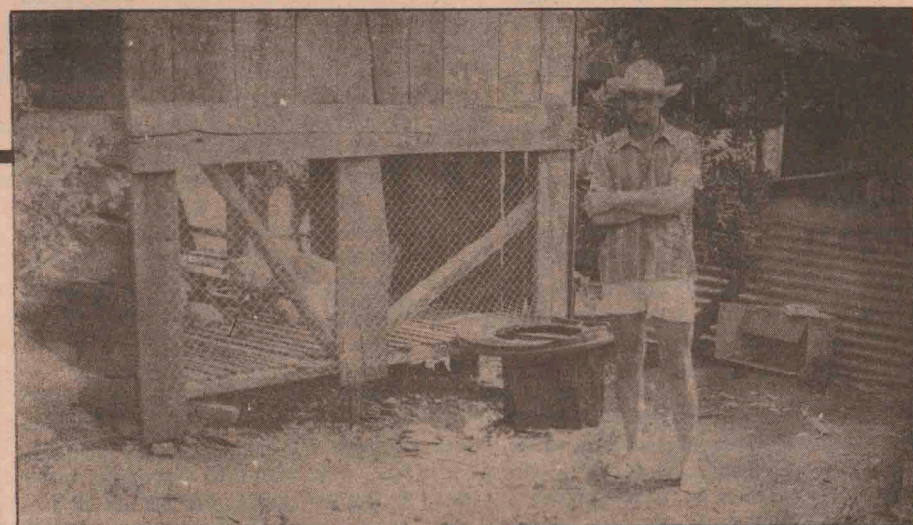
Numa comparação bastante simples, o João Klohn mostra como a atividade pode trazer mais rentabilidade que um hectare de soja. Como uma galinha produz, durante todo o seu ciclo produtivo 17 dúzias de ovos, 150 galinhas produzi-

rão 2.550 dúzias. Considerando um lucro de Cz\$ 1,00 por dúzia, o produtor vai obter com esse plantel, uma rentabilidade de Cz\$ 2.550,00. No final do ciclo essas aves de descartes vão apresentar 190 quilos de peso vivo. Se forem comercializadas ao preço de Cz\$ 10,00 o quilo, elas renderão Cz\$ 1.900,00. Isso significa que esse plantel, renderia ao produtor, no final de um ano, Cz\$ 4.450,00. Enquanto isso, os seis sacos que sobraram em um hectare de soja, vão render ao produtor Cz\$ 810,00. "Uma criação nesse porte equivaleria, diz, a mesma rentabilidade que proporcionaria 5,5 hectares de soja".

Depois dos suínos, as galinhas

O seu Altimir João Herrmann, proprietário de 12 hectares e meio de terra localizados em Rincão dos Góis, Ijuí, é um dos tantos associados interessados em participar do Programa Cooperado de Aves da Cotrijuí. Ele, que também integra o Programa Cooperado de Suínos, conta que tomou essa decisão de criar aves, embora nunca tenha lido na atividade em escala comercial, porque não acredita mais no trigo e nem na soja para o agricultor que tem pouca terra. "A saída é começar a produzir de tudo e um pouco", conta ele que só não está integrando o cooperado de peixes porque não tem açude perto de casa. "Tenho um pedaço de terra onde poderia construir uns dois açudes, mas ela fica longe de casa e, neste caso, não compensa. Não quero criar peixes para os outros".

Para a lida com as aves, os suínos,



Altimir Herrmann: já encomendou 300 pintos

e o leite, o seu Altimir conta com a ajuda de dois dos três filhos: um de oito e o outro de 12 anos. "Como não posso dar estudo para os guris, prefiro que eles fiquem trabalhando comigo na propriedade. Trabalhar na cidade por um salário mínimo não tem vantagem", diz ainda o seu Altimir que além de produzir ovos, quer também trabalhar com aves de corte. No início do mês comprou 100 pintos, "o que achei na cidade". Ele quer ver se em 60 dias apronta os frangos para entregar na Cotrijuí.

DOIS LOTES

Mas enquanto os pintos do programa cooperado não chegam, o seu Altimir vai pensando nas reformas e construções que terá de fazer na sua propriedade para abrigar os 300 pintos que já encomendou e que deverão chegar em março. "Vou começar com 300

pintos. Se der certo, pro ano pego uns 600".

Ele anda pensando em aumentar o pequeno galpão onde começou a criar pintos para corte e em reformar um antigo chiqueiro. A sua intenção é criar as galinhas em sistema de semi-confinamento, produzindo parte da alimentação em casa "que é para baratear os custos de produção. É claro que algumas exigências do programa vou ter que seguir, como a de fornecer rações de acordo com o crescimento do pinto". Mas depois que as galinhas chegarem ao período de postura, seu Altimir pretende fazer ração em casa. Só vou comprar o concentrado", diz. Plantou dois hectares de milho e está planejando plantar mais um com alfafa. "Quero gastar o mínimo possível para poder tirar alguma rentabilidade", diz ele.



**COTRIEXPORT -
CORRETORA DE
SEGUROS LTDA.**

**A SERVIÇO DA COTRIJUI
E DE SUAS SUBSIDIÁRIAS**

Senhores Associados e Funcionários,
Estamos aptos a prestar-lhe os seguintes serviços: - Seguro de Veículos; - Seguros de Maquinários Agrícolas; - Seguros Residenciais; - Seguro de Vida em Grupo e Acidentes Pessoais; - Bilhete Obrigatório.

Maiores informações: Em Ijuí: Rua das Chácaras, 1513 - Fone: 332-3765 ou 332-2400, ramal 364.

Em Porto Alegre: Av. Júlio de Castilhos, 342, 5º andar - Fone: 21.08.09.

Redução nas taxas

Muito se tem falado sobre a capitalização na Cotrijuf. O assunto já rendeu muitas discussões e tem sido quase que obrigatório em qualquer reunião de núcleo, de lideranças ou em conversas domingueiras, depois da missa ou durante uma partida de bocha. Mas se a capitalização tem gerado polêmica e até tem sido encarada como algo que não soa muito bem aos ouvidos dos associados, a verdade é que ela é um instrumento indispensável dentro de qualquer empresa. E no cooperativismo, ela funciona da mesma forma, gerando recursos necessários ao bom andamento de uma Cooperativa. Esses recursos captados através da capitalização são utilizados para cobrir as despesas de manutenção dos serviços que a Cooperativa presta aos seus associados, servindo, inclusive, para atender aos investimentos fixos tão necessários a qualquer associação de pessoas que estejam trabalhando conjuntamente.

Esse capital social, que o associado se compromete integralizar no ato de sua admissão e com a entrega da sua produção, ganha, nesse final de ano, maior atenção por parte da diretoria da Cotrijuf através da proposta de redução e unificação das taxas de capitalização em dois por cento. A proposta apresentada fez com que o assunto voltasse à tona e as discussões resultaram numa reunião geral do Conselho de Representantes da Cotrijuf. Nessa reunião que aconteceu em Ijuí, no dia 5 de dezembro e teve como coordenador Realdo Cervi, os representantes deram o seu apoio a proposta, com aprovação unânime.

A partir desta alteração nas taxas de capitalização, também aprovada pelo Conselho administrativo da Cooperativa em reunião realizada no dia 18, na cidade de Rio Grande, os produtores associados da Cotrijuf não descontarão mais taxas de capitalização diferenciadas sobre a produção entregue. Sobre qualquer produto, seja soja, trigo, milho, arroz, feijão, carne, lã, hortigranjeiros e inclusive o leite, entre outros, será descontado uma taxa única de dois por cento que começa a vigorar a partir de primeiro de janeiro de 1987. Essa taxa será válida tanto para os produtores associados da Pioneira como de Mato Grosso e Dom Pedrito. A taxa de três por cento que vinha sendo descontada sobre produtos como o arroz, o milho, o feijão, os hortigranjeiros, entre outros, fica, portanto, reduzida a dois por cento.

A PROPOSTA DE MS

Embora os representantes das regionais Pioneira e Dom Pedrito tenham se detido no estudo da redução e unificação das taxas de capitalização, os representantes de Mato Grosso trouxeram outras sugestões que implicavam em uma série de alterações, inclusive a nível de Estatuto



A redução das taxas de capitalização foi aprovada pelos representantes das três regionais

Social da Cooperativa.

Eles começaram sugerindo um aumento no valor da jóia cobrada aos novos associados e pedindo maior rigor na admissão de novos associados. Essa limitação, segundo a sugestão, poderia acontecer através de uma ficha cadastral — medida que já vem sendo adotada pelas regionais Pioneira e Dom Pedrito —, onde o produtor deixaria informações referentes a sua propriedade bem como referências bancárias. Todas essas informações serviriam de subsídios aos representantes na hora de fazer a análise da proposta do candidato ao quadro social da Cotrijuf.

A redução do tempo de integralização do capital, para um período de no máximo 10 anos, foi outra sugestão apresentada e discutida. Em síntese, os representantes de Mato Grosso estavam sugerindo que fossem adotadas medidas capazes de cumprir o que diz o Estatuto. As formas de devolução do capital ao associado que se afasta da Cooperativa foi outro assunto que gerou discussões. A sugestão foi aprovada quase na íntegra, ficando de fora apenas o item que falava na devolução imediata do capital aos 60 anos de idade e aos 25 anos de integralização. Neste caso, o associado continuaria ligado à Cooperativa e integralizando o capital. Esse assunto deverá entrar em discussão durante 1987.

REDUÇÃO

Como a redução de três para dois por cento e a uniformização das taxas de capitalização não dependem de reforma estatutária — no Estatuto Social diz que a taxa de capitalização pode ser de até três por cento — a medida já passa a ser adotada em janeiro de 87. O aumento da jóia, no entanto, não foi aprovada pelos de-

mais representantes, ficando o assunto pendente.

Os representantes de Mato Grosso justificaram a sua proposta de aumento da jóia, alegando que o valor que vem sendo cobrado pela Cooperativa não cobre os custos de admissão de um novo associado. Os representantes da Regional Pioneira rebateram dizendo que é preciso ver a situação do produtor que quer se associar. "Aqui, disse Oscar Hoerle, representante eleito por Augusto Pestana, quem procura a Cooperativa para se associar são filhos de pequenos produtores. Entendo que é isso que temos de levar em conta antes de tomar qualquer decisão no sentido de aumentar o valor da jóia". Cláudio Gonchoroski, representante eleito por Ijuí, ressaltou que a questão da jóia a ser cobrada é o menos importante. "O que nós temos de ver é o tipo de associado a ser admitido".

Darcy Maciel, de Dom Pedrito, sugeriu que todas as propostas que implicassem em mudanças no Estatuto fossem deixadas de lado para um estudo mais profundo durante o próximo ano. "A minha sugestão, disse ele, é que durante 87 se faça um estudo dessas propostas que implicam em mudanças, para que elas sejam feitas de uma só vez. O que não podemos é ficar mexendo no Estatuto a toda a hora".

Nenhuma das propostas aprovadas (ver matéria ao lado) implica em qualquer tipo de alteração no Estatuto Social da Cooperativa. A discussão sobre o item que sugeria a transformação do lucro operacional — referentes as taxas de secagem e armazenagem do produto — em capital para o associado, de acordo com a entrega de produção foi transferido para a próxima reunião de representantes e/ou assembleia.

A proposta de redução das taxas de capitalização foi sugerida pela direção e encaminhada à discussão pelos Representantes.

A proposta aprovada

A proposta apresentada pelos representantes de Mato Grosso, discutida e aprovada pelos representantes das regionais Pioneira e Dom Pedrito são, em síntese, estas:

• Capitalização

— Jóia — o aumento para Cz\$. . . 500,00 não foi aprovado. O assunto ficou pendente para estudo.

— Limitação associado: Essa limitação deverá ser feita através de uma ficha cadastral para posterior análise dos representantes. Nesta ficha deverá constar a tração agrícola do produtor; sua receita dos últimos três anos; estrutura de maquinário; área de terra própria; referências bancárias, entre outros. Depois de aprovada sua admissão, o novo associado deverá ser submetido a um curso de cooperativismo.

• Integralização

— Aplicar o Estatuto em termos de fazer cumprir o capital subscrito;

— Limitar ao máximo em 10 anos o tempo de integralização do capital;

• Tempo de capitalização

— Aplicar o Estatuto vitalício

• Devolução do capital

— Prazo — Vai depender do motivo do pedido de desligamento do associado. Em caso de transferência de residência para fora da área de atuação da Cotrijuf, devolução imediata de 30 por cento do capital integralizado. Os outros 70 por cento deverão ser devolvidos após um ano em apenas uma parcela. Até 20 LBCs — Letras do Banco Central —, a devolução deverá ser imediata.

— Devolução total e imediata do capital integralizado — Em caso de morte ou de invalidez permanente. Outros casos não previstos ficarão a critério de decisões do Conselho Administrativo.

• Taxas — Redução e unificação das taxas em dois por cento, inclusive para o leite.

COM FLEX NO CIRCUITO, A SOJA CHEGA NA FRENTE.

Para controlar as ervas* que atacam a soja, só mesmo um campeão como Flex. Este ganha qualquer parada.

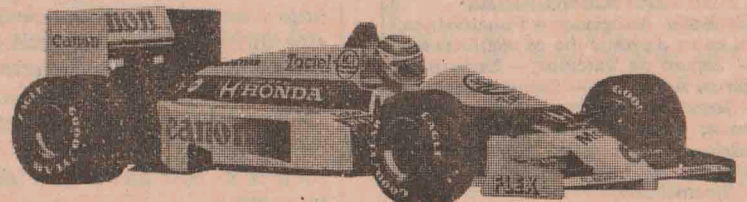
*Ervas:

Amendoim-bravo, Picão-preto, Caruru, Corda-de-violão, Carrapicho-rasteiro, Quinquilhão, Beldroega, Nabo, Picão-branco, Trapoeraba, Serralha, Joá-de-capote, Poaia-branca, Maria-pretinha, Joá, Carrapicho-de-carneiro.



ICI Brasil S.A.

Rua Verbo Divino, 1356 - CEP 04719
São Paulo - SP.



Mais um arrocho

O diretor presidente da Cotrijuí, Oswaldo Meotti, aproveitou o encontro dos representantes eleitos e fez um balanço da situação financeira da Cotrijuí, mostrando, também, o que deverá acontecer com a colocação em prática da proposta de unificação e redução das taxas de capitalização em dois por cento.

O endividamento geral da Cotrijuí atinge, hoje, Cz\$ 390.957.000,00. A maior dívida continua sendo com a CFP, totalizando Cz\$ 200.781.000,00. Foi feita uma composição com essa dívida, que deverá ser paga em cinco anos, com juro de três por cento ao ano e correção em OTN. Com o Banco Meridional a dívida chega a Cz\$ 44.665.000,00 e deverá ser saldada num prazo de três anos. A dívida com o Banrisul chega a Cz\$. 27.218.000,00. A Cotrijuí continua em negociação com o banco, propondo uma dilatação no prazo de pagamento. As demais dívidas envolvem os bancos Meridional e BRDE e compromissos referentes a um aval da subsidiária Cayman e também referentes a Resolução 761.

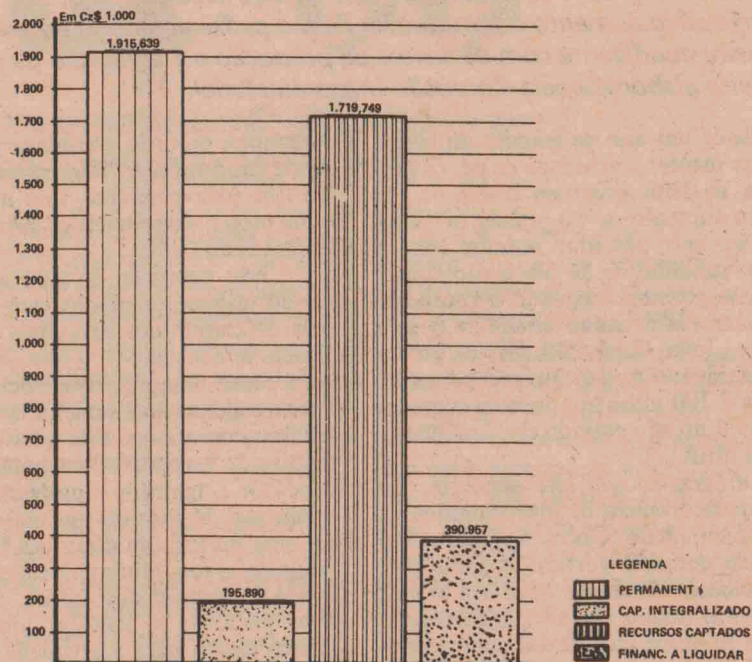
A situação da Cotrijuí após a redução e uniformização das taxas de capitalização em dois por cento — foi outro assunto levantado pelo diretor presidente. "Queremos mostrar, disse ele, como vai ficar o arrocho da Co-

trijuí nos próximos anos". Somente a partir de 1991, considerando para efeito de amostragem o recebimento dos últimos três anos e alguns ajustes, é que a Cotrijuí terá condições de operar com algum superavit.

Caso não fossem alteradas as taxas de capitalização e elas continuassem diferenciadas por regional e por produto — soja e suínos com dois por cento, arroz, trigo, milho, lã, carne, hortigranjeiros e demais produtos com três por cento e o leite com um e meio por cento — a Cotrijuí, de acordo com a estimativa, teria, em 1987, uma capitalização de Cz\$ 66.700.000,00. A partir da redução e unificação destas taxas, a capitalização vai reduzir para Cz\$ 52.024.000,00.

O gráfico ao lado mostra como anda o endividamento da Cotrijuí frente ao seu capital permanente. O patrimônio chega, hoje, a um bilhão e 915 milhões de cruzados, enquanto que a dívida a médio e longo prazos chega a 390 milhões. Em cinco anos a Cotrijuí conseguiu reduzir de 86,5 por cento o comprometimento do seu patrimônio por dívidas para apenas 22,73 por cento. O gráfico mostra também o capital integralizado, no valor de 195 bilhões e 890 milhões de cruzados e o total de recursos captados.

GRÁFICO COMPARATIVO CAPITAL x PERMANENTE GERAL COTRIJUI

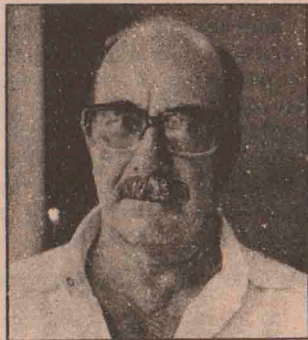


Alívio para o produtor

Darcy Maciel, representante eleito da Cotrijuí pela Regional de Dom Pedrito, concorda que a unificação das taxas de capitalização em dois por cento alivia bastante o produtor nesse momento difícil, de falta de crédito para o plantio da lavoura de verão, de estiagem em algumas regiões e chuvas em excesso em outras. Apesar de aprovar a redução do percentual de descontos para dois por cento, ele se mostrou totalmente contra a sua eliminação. "De maneira alguma podemos ser a favor da liquidação da taxa de capitalização porque entendemos que uma Cooperativa não pode sobreviver sem o seu capital social", disse.

Assim como aconteceu nas demais regionais, a capitalização foi assunto para muita discussão e muita reunião entre os associados de Dom Pedrito. Mas a decisão de redução e unificação das taxas de capitalização só foi tomada, segundo Maciel, depois de um estudo bem aprofundado de seus benefícios aos produtores e suas consequências à Cooperativa. Os produtores associados da Cotrijuí na Regional de Dom Pedrito vinham descontando dois por cento de capitalização sobre a soja e três por cento para

os demais produtos entregues na Cooperativa. "Nós acreditamos que com uma taxa única de capitalização vai ficar muito melhor para o produtor e para a Cooperativa", salientou.



Darcy Maciel

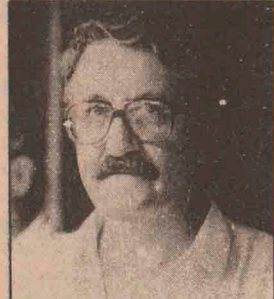
O representante de Dom Pedrito elogiou a proposta apresentada pela Regional do Mato Grosso, "com o trabalho de analisar até pontos relacionados com a cobrança de jôia, maneira de integralização do capital e restituição do mesmo". "Nós, explica, nos preocupamos com o que o associado vem se deparando no seu dia-a-dia. E a capitalização tem sido um destes assuntos, merecedor de toda a nossa atenção durante as discussões".

Diminui um ponto

A situação do mercado agrícola e da agricultura vai ficando, a cada dia que passa, mais difícil. Entendemos que qualquer despesa, por menor que seja, em cima de um produto que hoje está tabelado, tem que ser muito bem analisada. Considerando toda essa situação, o Mato Grosso apresentou uma proposta de redução e uniformização da taxa de capitalização. A declaração é do representante da unidade de Bonito, em Mato Grosso do Sul, Paolo Manno. Essa redução, segundo o representante, vai diminuir em um ponto a taxa cobrada em cima do arroz, do milho, do sorgo e de outros produtos que vinha sendo penalizados com uma taxa de capitalização de três por cento, enquanto que a taxa em cima da soja ficava apenas em dois por cento.

Mas a proposta do pessoal de Mato Grosso não ficou por aí. Além da uniformização das taxas de capitalização, o Mato Grosso está pedindo maior rigor e limitação na entrada de novos associados. Paolo Manno justifica esta proposta, lembrando que a Cotrijuí em Mato Grosso tem uma capacidade de recebimento de produtos que já se encontra praticamente esgotada. "A nossa intenção é receber na Regional de Mato Grosso somente aqueles associados que possam demonstrar que serão os futuros

companheiros nessa caminhada". A sugestão apresentada é que se crie uma ficha de cadastramento de cada produtor interessado em ingressar no quadro social da Cotrijuí.



Paolo Manno

"Com essa ficha cadastral os representantes teriam todas as informações a respeito da propriedade do agricultor, da sua tradição agrícola, da sua situação financeira e bancária" diz.

Para Paolo Manno se faz necessário um aumento da jôia, que é o custo que tem a admissão de um associado. O valor que atualmente tem sido cobrado do novo associado é quase insignificante. Ele também declara que o estatuto da Cooperativa não vem sendo seguido à risca em alguns de seus artigos, principalmente no que se refere a integralização do capital. "Tem produtor que ao se associar na Cooperativa, prometeu integralizar o capital, mas trabalhou um ou dois anos e parou. Nós achamos que esse capital, que ele prometeu integralizar, precisa ser cobrado desse associado".

Prove que você é um agricultor técnico. Use Fusilade.

Fusilade é o mais eficiente herbicida de pós-emergência para o controle das gramíneas anuais e perenes que tanto prejudicam a sua soja.

Sua aplicação correta e planejada vem trazendo excelentes resultados para milhares de sojicultores brasileiros.

Seja você também um produtor técnico; não utilize os herbicidas em "operações de salvamento" de última hora. Planeje Fusilade para sua próxima safra e controle o mato com eficiência.

Com ele, você soma todas as vantagens da qualidade comprovada, mais a experiência da ICI no combate às ervas da soja.

Consulte seu agrônomo ou técnico agrícola e garanta sua produtividade.

Para o controle das ervas de folhas largas, use Flex.



ICI Brasil S.A.

Rua Verbo Divino, 1356 - CEP 04719
São Paulo - SP.



O mato merece.



Produção deslança

Mesmo com preços defasados, o setor leiteiro teve este ano, um significativo aumento de produção. Para o próximo ano, a espera de um reajuste condizente com os custos da produção e a aplicação da política do leite elaborada pela Comissão Interministerial.

Após um ano de grandes dificuldades para manter a atividade de pé, os produtores de leite encerram o ano de 86, com um aumento de 10 por cento em relação ao ano passado, mesmo com o escasso subsídio de 30 por cento concedido pelo governo. Segundo o coordenador técnico da pecuária leiteira da Região Pioneira, João Carlos Schifer, os postos de recolhimento da Cotrijuí receberam 23 milhões e 700 mil litros de leite, superando o total do ano passado em 2 milhões e 800 mil litros.

Lembrando que esse aumento não veio em decorrência de investimentos na propriedade, João Carlos aponta como causas do aumento vertical da produção, as condições climáticas favorecidas por um inverno pouco rigoroso, a frustração da safra de verão que deixou poucas perspectivas para a próxima e também o congelamento de preço nas demais empresas, que ocasionou uma transferência na entrega de leite para a Cotrijuí, por parte de alguns produtores. Sem deixar de salientar o significativo aumento, o técnico da Cotrijuí diz que "bom seria se o aumento viesse em cima da qualidade de alimentação, do manejo do rebanho e consequentemente da melhoria do padrão leiteiro".

CONDIÇÕES

Que esses fatores são fundamentais para uma elevação horizontal, não há dúvidas. Mas é preciso ressaltar que apenas reajustes de preço não aumentam o quadro de rentabilidade da pecuária leiteira. Isso quer dizer, segundo o coordenador João Carlos, que os incentivos destinados ao setor leiteiro até agora, sempre foram conseguidos através de pressão. O resultado disso é uma atividade pecuária movida apenas por linhas de crédito

estanques, que não consideram a estrutura da propriedade. "Só existem financiamentos para o animal, mas não para os alimentos e investimentos tecnológicos", afirma João Carlos.

Não deixando de lado a importância do reajuste de preços, que é acionado pela defasagem dos custos e pela necessidade de consumo — o que caracteriza o leite como uma atividade social —, João Carlos salienta que, somente uma política leiteira, como a que está para ser implantada pode resolver a descapitalização do produtor e também o problema de abastecimento. Melhor do que um tabelamento, uma política de diretrizes básicas que assegure preço mínimo, reajustado conforme a variação dos custos, da progressiva qualidade e também um financiamento amplo para a atividade, entre outros itens, possibilitará um reajuste não mais majorado nos índices da inflação.

FIM DAS IMPORTAÇÕES

Para o diretor técnico da CCGL, Ernesto Krug, o governo tem em mãos todo um estudo para resolver os problemas de abastecimento e pôr um fim nas importações que, segundo ele, representam um crime contra o produtor, o consumidor e a economia. "A importação de mais de 200 mil toneladas de leite significam quatro anos da produção gaúcha", afirma Krug.

Reafirmando a necessidade de implantação da política de diretrizes feita pela Comissão Interministerial, Ernesto Krug diz que, mesmo não sendo colocada em prática na sua totalidade, algumas medidas necessárias para a sua efetivação já estão sendo exigidas pela CCGL. Baseada na planilha de custos, onde alimentação, frete e remuneração do trabalho familiar representam mais de 70 por cento do to-



A espera do preço justo

tal, a CCGL quer a manutenção do subsídio de 30 por cento mais 36 por cento, a partir de 1º de janeiro, quando o preço será novamente reajustado. Analisando o momento atual e reconhecendo o andamento das negociações de reajustes, Ernesto Krug acredita que o preço do leite ao produtor deverá ficar de Cz\$ 3,00 a Cz\$ 3,50. Quanto as diferenciações pagas em relação aos três níveis de perfil tecnológico, o leite A receberá Cz\$ 4,59 por litro, o B, Cz\$ 3,76 e o C, Cz\$ 2,90.

Mas, independente do próximo reajuste, algumas questões devem ser pleiteadas, como a assistência técnica a pelo menos 30 mil produtores durante três anos e a implantação do resfriamento por propriedade, proporcionando a coleta de dois em dois dias. Segundo Krug, essas medidas iniciais são necessárias para a implantação de uma política global.

LEITE QUOTA

Mesmo sendo uma medida técnica legal, o leite quota não foi aplicado este ano, embora o costumeiro desnível de

produção tenha ocorrido, com uma queda bastante acentuada nos meses de abril a junho e um elevado índice de produção de outubro a janeiro. De acordo com o diretor técnico da CCGL, com a instabilidade do mercado de leite, devido ao crescimento do consumo em 10 por cento e a falta de produção, não foi possível cobrar o excedente do produtor já descapitalizado. A médio ou longo prazo, no entanto, essa taxa pode ser cobrada.

O uso do computador

Balanceamento da alimentação do gado leiteiro, de maneira suficiente, resultando uma maior rentabilidade. Essa a função do uso do computador na produção de leite, atividade que está sendo implantada pela Cotrijuí, através do Convênio firmado entre a Universidade de Pelotas e a CCGL.

Segundo o supervisor técnico do setor leiteiro da Cotrijuí, João Carlos Schifer, o uso do computador proporciona que todas as informações a respeito de energia, proteínas e minerais, principais elementos da alimentação dos animais, sejam arquivados e relacionados a todos os alimentos que existem dentro da propriedade. Fazendo um balanceamento mais barato, o computador considera a média de cada animal. Por exemplo, para uma vaca que possui uma média diária de 15 litros, o computador, baseado nas informações que tem sobre os alimentos produzidos na propriedade, dará a quantidade de qual alimento é necessário ao animal, isto é, quanto de ração, de pasto verde, de feno, de cilagem, de cana, batata doce, mandioca ou elefante, entre outros.

ESTABILIDADE

O computador viabiliza realmente uma maior eficiência na alimentação do gado leiteiro, mas é preciso que o produtor saiba que ele não poderá realizar essa atividade, caso a propriedade não responda com uma produção estável de alimentos. Segundo João Carlos, o programa via computador vai atender todos os produtores interessados e que possuem condições de alimentos suficientes. O supervisor do setor leiteiro da Cotrijuí destaca que, para uma produção estável durante todo o ano, é preciso cumprir algumas questões técnicas como armazenagem de reserva para produção de alimentos, principalmente para a época de abril, maio, setembro e outubro, que são os meses em que ocorre maior carência de pastagens. Uma outra saída é a antecipação do plantio, plantando forrageiras diferentes em épocas diferentes, o que oportuniza a alimentação durante todo o ano. Portanto, é preciso estar alerta para as primeiras etapas de uma boa produção leiteira, ou seja, criar uma base de alimentos para adquirir maior produtividade.

Reajuste na entressafra

Depois de um amplo estudo a respeito de todos os aspectos que envolvem a pecuária leiteira, desde os antecedentes até o diagnóstico da situação atual, a Comissão Interministerial para uma política do leite, definiu linhas de ação para preços, produção, indústria e comercialização. Na base desse projeto está a oscilação da produção de leite, que provoca crises cíclicas, resolvidas a partir de maciças importações. Além disso, os preços pagos aos produtores, desde 1945, não consideram os custos da produção, mas sim o desempenho da economia, medido através da inflação, afirma o documento elaborado pela Comissão e entregue ao presidente José Sarney.

Enfatizando a importância social do leite, principalmente quanto ao aumento da demanda para os próximos anos, a Comissão sugere um aumento de 60 por cento para o consumidor para que a produção, indústria e distribuição tenham margens de rentabilidade adequadas. No entanto, a equivalência dos preços de leite pasteurizado, esterelizado e em pó, acabaria, "tão logo as condições econômicas globais o permitam". Até lá, a remuneração do produtor será definida com base nas planilhas de custo, já aprovadas pelo Conselho Interministerial de preços.

REGIONALIZAÇÃO

Pretendendo uma melhoria na planilha de custos do produtor, a Comissão sugere que seja feito um acompanhamento das propriedades de todo o país, o que a médio prazo, possibilitaria uma regionalização dos preços. Também a rentabilidade industrial e a qualidade devem estar incluídos no preço pago ao produtor. Segundo a Comissão, o produtor

deve ter um preço mínimo de garantia e remuneração progressiva, em função da qualidade, sendo recomendado, por enquanto, a classificação atual dos tipos de leite: A, B e C. E, a exemplo do que ocorre com os preços mínimos dos produtos agrícolas, a Comissão também sugere que o leite seja reajustado no período de entressafra e sempre que os custos acumulados superam 20 por cento.

CRÉDITO

"É inegável que nos últimos anos o nível de investimentos na pecuária leiteira caiu assustadoramente, devido a relação entre o preço tabelado e as taxas de juros". Buscando contornar o problema do crédito, a Comissão sugere que o valor do financiamento seja transformado em litros de leite e quando do vencimento das prestações, o valor a ser pago seja calculado de acordo com o preço do litro do momento. Propondo que o crédito atenda o aspecto de regionalização, a Comissão entende que ele deve ser liberado de acordo com as programações de cada estado e que seja mantido o leite quota. Quanto a reforma agrária, a recomendação é de ênfase à pecuária leiteira nas terras desapropriadas.

INDÚSTRIA

Enquanto a liberação dos produtos lácteos não ocorre é necessário que os tabelamentos sejam feitos por um único órgão, com base nas planilhas de custos e que atinjam todos os produtos como, queijos, iogurtes e doce de leite, incluindo também o reajuste automático. Para o consumidor, os preços devem ser unificados por tipo, e não por marca. Segundo documento da Comissão, a liberação futura dos preços dos produtos derivados do

leite tem o objetivo de corrigir as desigualdades de competição no setor, pois as indústrias comprometidas com o abastecimento estão trabalhando com prejuízo, e as que fabricam derivados operam com margens de 30 por cento.

Quanto aos estoques reguladores, a Comissão quer a divulgação dos planos de estocagem para a safra 86 e 87, tanto do setor público como da iniciativa privada. Para esse último, o Governo deve financiar o capital de giro das empresas, principalmente para a estocagem de leite em pó, queijos, manteiga e óleo de manteiga. Além disso, o Governo deve formar estoques estratégicos, a partir da aquisição do estoque excedente na oferta de leite normal das empresas. Em relação ao crédito, a sugestão é de linhas específicas para a modernização das indústrias, ampliação de instalações de processamento, aumento da capacidade de recebimento de leite cru e financiamento para instalações de unidades de coleta e aquisição de veículos para o transporte.

REDUÇÃO DO ICM

Considerando elevado os 17 por cento de ICM sobre os derivados do leite, a Comissão pretende a sua redução e a eliminação sobre o leite pasteurizado, além de incentivos fiscais para importação de máquinas e equipamentos.

Transporte, distribuição, comércio internacional, pesquisa e assistência técnica, são também abordadas pelo documento. Segundo a Comissão, a assistência técnica aos pequenos produtores deve continuar sob responsabilidade do Governo, enquanto que aos médios deve ser feita pela iniciativa privada.

O saldo de 86

Sem cumprir os planos regionais, o ano de 86 trouxe uma solução provisória para o acampamento da Annoni, um dos mais conturbados do Estado

Com poucas alterações no quadro de reforma agrária, o mês de dezembro traz somente a perspectiva de 2.500 hectares de áreas desapropriadas a serem utilizadas para futuros assentamentos. A indicação dessas áreas foi anunciada, no início do mês, pela superintendente regional do Incra, Rejane Fillipi, que não quis mencionar a localização e os proprietários das terras, antes do parecer da Comissão Agrária Gaúcha, o qual deve ocorrer até o final de dezembro. A Comissão, formada por vários setores ligados a questão, também recebeu de Rejane Fillipi, as normas que estabelecem quem tem direito a ganhar terra ou não. Uma das mudanças mais importantes nessas novas normas é a transferência dos reassentamentos, que atualmente pertencem ao governo federal, para os governos estaduais.

DÍVIDAS

Mas se o mês de dezembro traz poucas alterações, o ano de 86 ainda mais,

pois o Plano Regional de Reforma Agrária, que previa o assentamento de 3.800 famílias para este ano, não foi cumprido. Como saldo o Incra conseguiu a posse das fazendas Bela Vista, 978 hectares em Tupanciretã, Annoni, 3.585 hectares disponíveis em Sarandi e São Pedro 1.600 hectares em Guaíba. Outras sete áreas que totalizam 10 mil hectares tem os seus processos de desapropriação trancados no Supremo Tribunal Federal, por força de mandado de segurança. Esse saldo curto, que não significa o assentamento definitivo de nenhuma família no Estado, torna a dívida ainda maior para o próximo ano, porque a essa vai se somar as 7.500 famílias previstas para 87.

ANNONI

Na Annoni, lugar onde o acampamento de colonos sem terra ficou marcado como um dos mais importantes no Rio Grande do Sul, o cumprimento dessas dí-

vidas estão bastante claras. Embora satisfeitos e muito envolvidos com a lavoura coletiva que teve início em novembro, os colonos assentados provisoriamente, tem dois objetivos de trabalho. Além da prova técnica e de capacidade na agricultura, eles procuram manter uma organização política, pois se não houver uma agilização no processo de reforma agrária, as pressões voltarão.

Mas, por enquanto, os colonos estão muito ocupados com o plantio de 2.000 hectares de terra que já estão lavrados. Quando do anúncio do projeto emergencial na Annoni, o Incra tinha aprovado a utilização de 700 hectares de terra, ampliando esse número para mil, alguns dias depois. Dessa forma os colonos tem garantidos a assistência técnica e insumos para o plantio de 700 hectares de milho, 150 de soja, 100 de feijão, 50 de mandioca e 20 de hortas para abastecimento interno. Os colonos, no entanto, pretendem

chegar aos 1.500 hectares, e, através de recursos externos de campanhas de mobilização, conseguir os 500 restantes.

ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A Cotrijuí também está participando na lavoura coletiva da Annoni, através de assistência técnica. Segundo o agrônomo Roberto Carbonera, o acampamento está agora estruturado em 16 áreas, onde estão as 1.385 famílias. Cada uma dessas áreas possui vários grupos que estão ocupando terrenos com acesso a água e terra fértil, e 100 famílias permanecem no lugar do acampamento.

Com toda a terra lavrada, os colonos já tem mais de 500 hectares calcariados, já realizaram a segunda lavra, a gradagem e dão início ao plantio. Além dos técnicos do Incra e da Cotrijuí, a execução da lavoura coletiva conta com o apoio da Emater e da Cotrisal, que está repassando os insumos.

Bons frutos

Distante aproximadamente 20 quilômetros de Erval Seco, a pequena localidade de Cana abriga hoje 22 famílias de colonos assentados em 202 hectares de terra. Oriundos dos municípios de Três Passos, Miraguaí, Erval Seco, Campo Novo e Rodeio Bonito, onde trabalhavam como agregados, essas famílias iniciaram um movimento pela reforma agrária em 1984, quando com outras 60 famílias também dessas localidades, passaram a exigir um pedaço de terra junto ao governo do Estado. Depois de ocuparem a Estação Experimental de Santo Augusto, onde foram duramente reprimidos, e não contaram com apoio da população, parte destas famílias passaram a ocupar um lote de beira de estrada, na propriedade de Francisco Cezar Pereira, no município de Erval Seco, permanecendo 11 meses. Sem condições de trabalho, apenas contando com os "bicos" e doações, os colonos não dei-

xaram de fazer pressões e chegaram até a acampar em frente ao Palácio Piratini, onde realizaram uma greve de fome em abril. Ainda sem uma resposta as suas reivindicações, os colonos tiveram apoio, quando da realização do Grito do Campo, em outubro de 85. Nessa época o Governo resolve, então, assentar as 22 famílias em Erval Seco, e as demais são assentadas em Tupanciretã.

INÍCIO

Cultivar as terras altas de morro, características da região, não foi nada fácil, afirmam os colonos, mas hoje eles fazem questão de mostrar a plantação, os resultados e os projetos. Segundo Geraldo Melher dos Santos, quando eles chegaram ali, existiam apenas dez cabeças de gado e hoje já possuem 200. Plantando quase que exclusivamente para a subsistência, os colonos comercializaram na primeira safra apenas uma pequena quantidade de soja. A maior parte da



Milho, a principal cultura

terra foi ocupada pelo milho, feijão, arroz, batata, mandioca e hortaliças.

Ainda na segunda safra, os colonos continuaram com o plantio para o consumo, sem nenhuma assistência técnica. Logo após o assentamento, os colonos formaram uma comissão que conseguiu crédito junto ao BNDES, com um ano de carência. Os recursos, no entanto, sempre foram tardios, afirma Geraldo. O jeito foi tocar a lavoura na base do sistema troca-troca e da "vaquinha" para comprar sementes. Entrando já na terceira safra, os colonos de Erval Seco estão otimistas com o lugar, apesar das dificuldades encontradas até agora. Tudo é feito com muito esforço, mas eles afirmam que estão provando também o quanto são capazes de manejar a terra, principalmente "aos que nos chamavam de vagabundos".

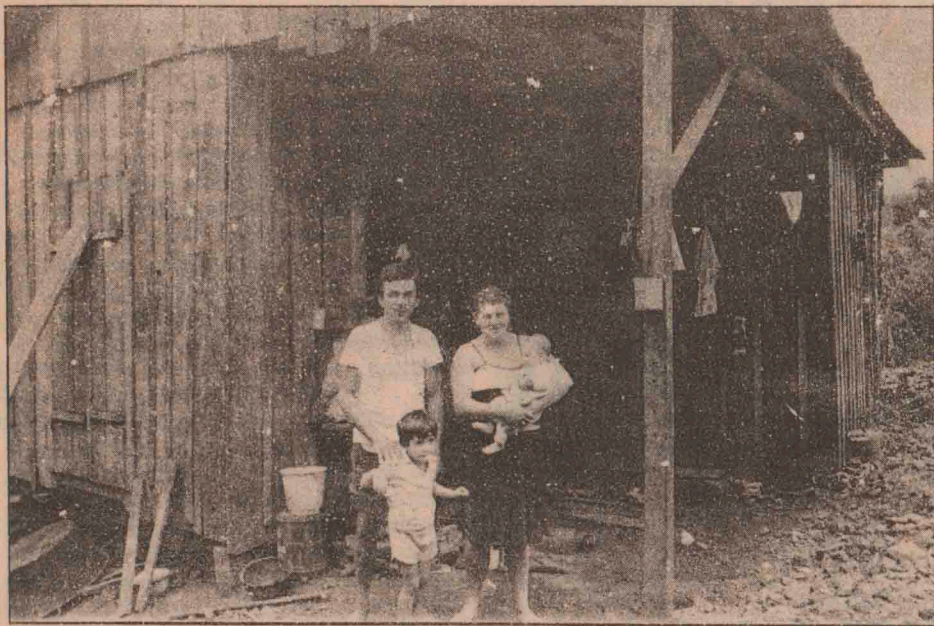
ORGANIZAÇÃO

Ao chegar em Erval Seco foi preciso distribuir a terra em grupos, porém, a maioria preferiu ocupar o seu lote individual, embora até hoje permaneçam em sistema de mutirão. Um grupo de cinco famílias aderiu totalmente a lavoura coletiva, não colocando fronteiras na terra e distribuindo a produção igualmente. Nas reuniões semanais discutem e avaliam o serviço, já prepa-

rando o próximo. Mas, mesmo com as diferenças, as 22 famílias continuam realizando encontros duas vezes ao mês, por onde passam as discussões gerais sobre os projetos.

Para os colonos existe a certeza de que é preciso partir também para uma agricultura comercializável, o que significa obter mais recursos. "Se tivéssemos apoio da prefeitura, teríamos condições de caminhar para a produção de alimentos", diz Geraldo ao falar dos planos dos assentados, como a construção de armazéns na própria localidade, sendo as negociações feitas diretamente com o consumidor. Da mesma forma funcionaria a horta comunitária e o moinho. Se esses são planos, o chiqueiro de tijolos, que possibilitará a criação de um maior número de suínos já é uma realização. Com apenas três matrizes, por enquanto, os colonos pretendem aumentar essa produção no próximo ano.

O assentamento em Erval Seco deve contribuir para o movimento dos sem terra, salienta Geraldo ao falar sobre a reforma agrária e a importância da sua efetivação. Sem muitos elogios e euforia ele ressalta: "a reforma agrária só é viável com o controle dos trabalhadores".



Geraldo e a família: pensando na casa nova

Primeiro a semente

O programa de produção de sementes de forrageiras na região de Santo Augusto pretende resgatar materiais em processo de desaparecimento

"O potencial de produção de forrageiras na região de Santo Augusto é excepcional e precisa ser melhor explorado". A declaração é do agrônomo da Unidade naquela região da Cotrijuí, o Adão Acosta, ao falar do programa de produção de sementes de forrageiras que começa a ser retomado a partir deste ano. "As forrageiras que existem hoje na região, complementa ainda o técnico agrícola Osmar Menegon, responsável pelo trabalho a nível de campo, representam apenas 35 por cento do que já existiu há uns cinco anos atrás. O desaparecimento da maioria desses materiais que o departamento técnico de Santo Augusto está pretendendo recuperar foi acontecendo aos poucos e se deu tanto pela eliminação das forrageiras velhas como pela falta de seqüência do trabalho de produção de sementes com os produtores da região.

Mas se a setária, o Ramires e o Pânico, que são forrageiras perenes, perderam o interesse dos produtores da região, a ponto de se transformarem em subprodutos, os capins elefante e bermuda, tiveram suas áreas ampliadas e até mesmo incentivadas pelo próprio departamento técnico da Cooperativa. Bastava um produtor mostrar interesse em apenas produzir massa verde para alimentar o gado da propriedade, que era aconselhado a plantar o capim elefante, por exemplo, que é inclusive, uma forrageira de manejo mais fácil.

RETOMADA

Essa "retomada" no programa de produção de sementes de forrageiras na região de Santo Augusto mereceu até um debate mais amplo, envolvendo produtores interessados, agrônomos e técnicos da Cotrijuí e pesquisadores das universidades federais de Santa Maria e Rio Grande do Sul. "Todo o trabalho, ressalta Acosta, é dirigido aos produtores, por essa razão, a discussão sobre o programa não poderia deixá-los de fora".

A produção de semente de forrageira é mais uma alternativa de diversificação da produção dentro da propriedade — discussão que a Cotrijuí vem fazendo desde 1976 —, mas que, na verdade, vai envolver médios e grandes produtores da região de Santo Augusto. Além da tradição que a Cotrijuí mantém na área de produção de sementes de forrageiras, o Acosta soma ainda, como fator decisivo para o sucesso do programa que começa a ser retomado, todo um mercado que existe em aberto e que precisa ser preenchido o quanto antes. Um exemplo dessa situação é o fato de que, atualmente, em torno de 50 por cento da semente de milho comercializada na região é proveniente de Mato Grosso.

Garante que o estímulo que vem sendo dado à produção de semente de forrageiras vem ocorrendo dentro do que o mercado pode suportar. De qualquer forma o Acosta não descarta a possibilidade de que no futuro possa acontecer um estrangulamento na comercialização como consequência de um aumento excessivo na produção de sementes. "Esse é um cuidado que precisamos ter, pois um excesso de produção pode acarretar um retrocesso no programa, a exemplo do que já aconteceu em anos anteriores", alerta.

A introdução de forrageiras na re-



Aveia: uma produção de 200 toneladas



A setária ocupa sete hectares

gião foi um trabalho pioneiro da Cotrijuí e mais tarde incorporado por outras empresas de fora. O Acosta diz que é hora de fazer frente a essa situação de concorrência e partir para um trabalho de agressão mais sério ao mercado de semente de forrageiras. O sucesso do programa vai depender do interesse do produtor somada a experiência acumulada pela Cotrijuí nessa área. A produção de sementes, segundo o agrônomo, é um trabalho que precisa de um acompanhamento técnico constante, pois caso contrário, o programa pode frustrar ou então, ficar comprometido.

META DE PRODUÇÃO

Já para este ano a meta de produção de sementes de forrageiras de inverno na Unidade ficará ao redor das 300 toneladas. Destas, 200 toneladas deverão ser de sementes de aveia preta; 100 de azevém; 10 de ervilhaca e uma tonelada e meia dos trevos Yuchi e Vermelho. As forrageiras perenes de verão, implantadas neste ano, estão atingindo uma área considerável. Apenas o capim Pânico está ocupando 25 hectares. A área com setária Kazangula é de sete hectares e a de capim Ramires chega a oito hectares. Soma-se ainda mais três hectares de setária das variedades Narok e Nandi. Essas duas variedades, segundo Osmar Menegon estavam em processo de desaparecimento, pelo menos na região, mas agora, começam a ser resgatadas. "A difusão destas áreas neste ano, explica Menegon, está diretamente ligado a disponibilidade de sementes".

Todas essas áreas visam especificamente a produção de sementes, sendo

que o manejo deverá ser mecânico, sem a presença de animais. "Só depois que tivermos produzido um bom material, diz, é que poderemos voltar a pensar em produzir pastagens para os animais. Segundo os técnicos não se pode negar a importância da presença do animal nas forrageiras até para efeito de equilíbrio da propriedade, "mas em primeiro lugar, dizem, precisamos ter em mãos sementes de boa qualidade e que na região temos condições de produzir".

MELHORAR A QUALIDADE

O novo sistema de armazenagem e secagem a ser implantado na Unidade será decisivo para a melhoria da qualidade da semente produzida na região. "Esse novo sistema vai nos proporcionar receber semente ainda com umidade e melhorar a sua qualidade dentro do armazém, como também reduzir as quebras na lavoura", diz Acosta. A quebra a nível de lavoura chega muitas vezes, a 50 por cento, pois até a semente chegar ao ponto ideal de colheita, muito grão já ficou no chão — caso do azevém e do milho, por exemplo.

Todos estes problemas, segundo os técnicos da Unidade de Santo Augusto envolvidos no programa de produção de sementes de forrageiras, serão resolvidos na medida em que a Cooperativa passar a montar toda uma infra-estrutura necessária e capaz de garantir o recebimento da produção da região. "É claro admite Acosta, que é preciso coletar parâmetros que possibilitem determinar o tempo e a temperatura de secagem ideais para cada tipo de material, já que não existe nenhum tipo de estudo nesse sentido".

Muita competência

A tendência, para os próximos anos, é de que aconteça um aumento no consumo de semente de forrageiras, tanto as de clima tropical como as de clima temperado. A afirmação é do gerente de comercialização de sementes da Cotrijuí na Regional Pioneira, o Auri dos Santos Braga. Ressalta que o Rio Grande do Sul tem se caracterizado como importador de sementes de forrageiras perfeitamente adaptadas e aclimatadas no Estado apesar do potencial de produção. Uma reviravolta na situação vai depender, segundo Auri Braga, de uma melhor exploração dos campos nativos, "principalmente os latifúndios existentes na fronteira". Dentro destas circunstâncias, somadas às necessidades visíveis de um melhor aproveitamento dessas áreas improdutivas é que vai acontecer uma grande explosão das forrageiras.

Ele acredita que o retrocesso que inevitavelmente deverá ocorrer nas grandes áreas atualmente cultivadas com soja, também serão ocupadas, em parte, com espécies de forrageiras. "Se metade destes 270 mil hectares que estão deixando de ser ocupadas com soja em todo o Estado, fosse ocupado com semente de forrageiras, teríamos, na próxima safra, um total de 10 mil toneladas de sementes de aveia e azevém, diz. Essa produção significaria um acréscimo de 100 por cento nas vendas de semente de forrageira em todo o Estado.

ESTRUTURANDO

Mas de qualquer forma, objetivando participar seriamente no mercado da semente de forrageiras, a Cotrijuí já começa a se estruturar tanto em termos de produção como de comercialização. "Mas para tanto, alerta o gerente de comercialização, teremos que ter uma regularidade de fornecimento e muita competência em relação aos nossos concorrentes, estruturados na atividade há mais tempo", finaliza.

**20.000 FONTES DE ABASTECIMENTO
O ALMOXARIFADO COMPLETO
P/ O HOMEM DO CAMPO**

NO GUIA DE INTEGRAÇÃO RURAL
VOCÊ ENCONTRA,
TUDO PARA SUA LAVOURA
E SEUS ANIMAIS.



ADUBOS - DEFENSIVOS -
PROD VETERINÁRIOS - ETC.
400 PÁGINAS DE PRODUTOS &
SERVIÇOS PARA O MEIO RURAL.

SOLICITE SEU EXEMPLAR

CHEQUE NOMINAL/CRUZADO - Cz\$ 150,00 OU PELO REEMBOLSO POSTAL - Cz\$ 150,00
MAIS DESPESAS DE REEMBOLSO. ENVIE AO

Guia de Integração Rural - R. Cecília Maerovitch, 74 - conj. 07 - CEP 02561 - São Paulo - SP

Suínos na campanha

O futuro econômico do suíno numa região típica de pecuária tradicional

Uma questão que vem se colocando nos últimos tempos em Dom Pedrito, é quanto a viabilidade técnica e significação econômica da criação de suínos no município. A pergunta que vem sendo feita com maior frequência é se essa espécie de criação tem futuro numa região típica de pecuária tradicional, onde o gado bovino e a ovelha vêm sendo o centro das atenções dos criadores, faz mais de duzentos anos.

Os técnicos concordam que a pecuária será sempre a diretriz dinamizadora da economia da Campanha, principalmente agora que à mesma vem se somar a agricultura. Mas que, precisamente por consequência da agricultura, também a suinocultura passa a ter futuro, podendo somar ganhos adicionais aos criadores. Há técnicos ainda mais otimistas em relação aos suínos. Argumentam que se a região pretende estabelecer uma indústria de carnes em futuro próximo, precisa se conscientizar "que não é apenas a carne bovina que vai para a lata". A gordura e os temperos das carnes preparadas têm fortes adicionais de gorduras suínas. Os que pensam em cozinha industrial aqui (em Dom Pedrito) — argumentam alguns técnicos, devem se convencer que paralelamente a esse empreendimento, deve ser desenvolvido um programa de criação de suínos.

COTRIJUI ABRE O CAMINHO

O médico-veterinário Noel Eugênio Quadros Leon, coordenador do projeto de suinocultura da Cotrijuí, Regional Dom Pedrito, tem confiança no desenvolvimento desse trabalho. Mas alerta para a necessidade do criatório ser feito de maneira prática e o mais rústico possível.

A sugestão é para que os animais sejam criados a campo, tendo apenas uma pequena cobertura para abrigá-los do sol forte e da chuva, tendo como alimentação principal apenas boas pastagens. O técnico reforça o argumento da boa pastagem, enfatizando "que o que não pode ser racionado é pasto verde e água de boa qualidade para os bichos".

Ele explica que o projeto de suínos teve origem em Ijuí, junto à Regional Pioneira, sendo montado em 1982, no Centro de Treinamento Cotrijuí. A filosofia do programa foi embasada na idéia de criação a campo. Já o estímulo para sua implantação em Dom Pedrito está iniciando agora, visando o abate "aqui mesmo, para ocupar parte do tempo ocioso do frigorífico, principalmente em épocas de entre-safra".

SEMI-CONFINAMENTO OU TÉCNICA MODERADA

Um dos técnicos mais entusiastas pelo projeto é o veterinário Otaliz de Vargas Montardo, também criador, com propriedade nas proximidades da cidade. Ele é conhecedor do trabalho planejado pela Cotrijuí, pois na época (1982) era seu funcionário, lotado no departamento técnico em Ijuí. Hoje, desligado do quadro de funcionários da cooperativa, é associado participativo. Resolveu incluir o projeto de suínos na empresa que administra, no município.

Otaliz concorda que suinocultura nunca vai ser uma atividade de ponta em Dom Pedrito, até mesmo porque nossa tradição é a pecuária. Ele presente que pode haver algumas resistências na implantação do programa, "pois a própria agricultura levou muitos anos para chegar



Suínos criados em regime de semi-confinamento no CTC de Ijuí

aqui", e acha que muitos produtores não irão tomar conhecimento dela. Outros, no entanto, vão aderir.

Ele aconselha o processo a campo, em boa pastagem e boa água. Na terminação, que deve dar-se aos oito meses de idade, os animais devem receber um reforço alimentar de semi-confinamento. Se o criatório se processar dentro das normas da chamada técnica moderada, diz Otaliz Montardo, sem dúvida a atividade significará um bom reforço financeiro, o que vai ser muito bom, especialmente para as propriedades de médio porte.

PESO MÉDIO, 100 QUILOS AOS 8 MESES

Alamir Bianchin Viero é proprietário na região do Upacaray. Pecuário e plantador de arroz, que tem como atividades principais, também já aderiu à criação de suínos, ainda em pequena escala. Está com 20 matrizes no pasto. Adepto das técnicas moderadas, adotou o sistema da cerca eletrificada, para melhor controlar os bichos em espaço "localizado e reduzido".

A finalidade principal do pastoreio, em setores localizados ou livres, é reduzir os custos de alimentação. Em média, aos oito meses os leitões estão a ponto de serem abatidos, com o peso de 100 quilos.

Nos primeiros sete meses os animais podem pastar livremente, devendo ser recolhidos a confinamento apenas no último mês, recebendo suplementação alimentar de terminação.

RAÇAS DE MELHOR MANEJO NO SUL

São consideradas ideais para o criatório livre, as raças Wessex e Duroc. Segundo o veterinário Otaliz de Vargas Montardo, são as de maior rusticidade para nosso clima e meio, além de oferecerem a prolificidade plena.

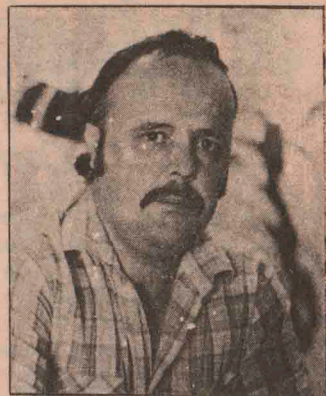
O agrônomo Luiz Severo, responsável pelo escritório da Emater em Dom Pedrito, vê apenas um problema a retardar o desenvolvimento da suinocultura no município. Cita o elevado número de agricultores arrendatários. Sendo a suinocultura uma atividade típica paralela à agricultura, diz ele, ela depende dos resíduos de resteva de lavoura. Sabe-se que, em muitos casos, os arrendamentos são feitos por períodos fixos, pois os pecuaristas reservam-se ao direito de soltar seus gados nas lavouras restevadas. Nesses casos, os suinocultores arrendatários serão prejudicados, diz ele.

A Cotrijuí aposta na evolução da suinocultura em Dom Pedrito e municípios da região. E sua intenção tem o efei-

to de estimular uma nova economia de escala no município, com o aproveitamento industrial sendo feito no frigorífico da cooperativa.

O vice-presidente Tânio José Ban-

deira se manifesta com o maior otimismo a respeito dessa nova perspectiva de crescimento econômico, numa região que tem tudo para acelerar seu próprio desenvolvimento. (Por Raul Quevedo)



Otaliz Montardo



Alamir Viero

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE JÓIA

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 1987

Em cumprimento à legislação sindical vigente, o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TUPANCIRETÁ, com sede em JÓIA-RS, publica sua PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 1987, aprovada em Assembléia Geral Ordinária no dia 07 DE NOVEMBRO DE 1986, nos seguintes termos:

GRUPO DE CONTAS	P/CONTA DA C. SINDICAL	P/CONTA DA R. PRÓPRIA	TOTAL
RECEITA			
11 Renda Tributária	90.000,00	— 0 —	90.000,00
12 Renda Social	— 0 —	400.000,00	400.000,00
13 Renda Patrimonial	— 0 —	30.000,00	30.000,00
14 Renda Extraordinária	— 0 —	350.000,00	350.000,00
Total da Receita	90.000,00	780.000,00	870.000,00
DESPESA			
21 Administração Geral	— 0 —	270.000,00	270.000,00
23 Assistência Social	80.000,00	150.000,00	230.000,00
24 Outros Serviços Sociais	10.000,00	60.000,00	70.000,00
25 Assistência Técnica	— 0 —	50.000,00	50.000,00
Total do Custeio	90.000,00	530.000,00	620.000,00
31 Aplicação de Capital	— 0 —	250.000,00	250.000,00
	90.000,00	780.000,00	870.000,00

Jóia/RS, 07 de novembro de 1986

Batista P. Tonelli	João M. P. da Silva	Mário Zambenedetti
Presidente	Tesoureiro	Contador
CIC n° 130.986.080-72	CIC n° 230.688.410-20	CRCRS 22.514
		CIC 080.510.200-06

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós, abaixo-assinados, membros efetivos do Conselho Fiscal do SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TUPANCIRETÁ com sede na cidade de JÓIA, declaramos haver examinado a PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 1987 e somos de parecer favorável à sua aprovação pela Assembléia Geral, uma vez que a mesma representa a possibilidade de receitas e despesas da Entidade para o exercício de 1987.

Jóia-RS, 07 de novembro de 1986

João M. F. de Abreu	Laurentino Boff Mendes
Conselheiro Fiscal	Conselheiro Fiscal
Mariano Becker Gonzales	Conselheiro Fiscal

Botulismo mata matrizes

Deficiência alimentar é a principal causa

A eliminação das carcaças de animais mortos nas pastagens, a correção da deficiência de fósforo através da mineralização correta e permanente e a imunização do rebanho bovino com a vacina anti-botulínica são as principais medidas de controle apresentadas pela Comissão Multidisciplinar que concluiu tratar-se do botulismo a doença que já ocasionou a morte de mais de cinco mil matrizes em Mato Grosso do Sul.

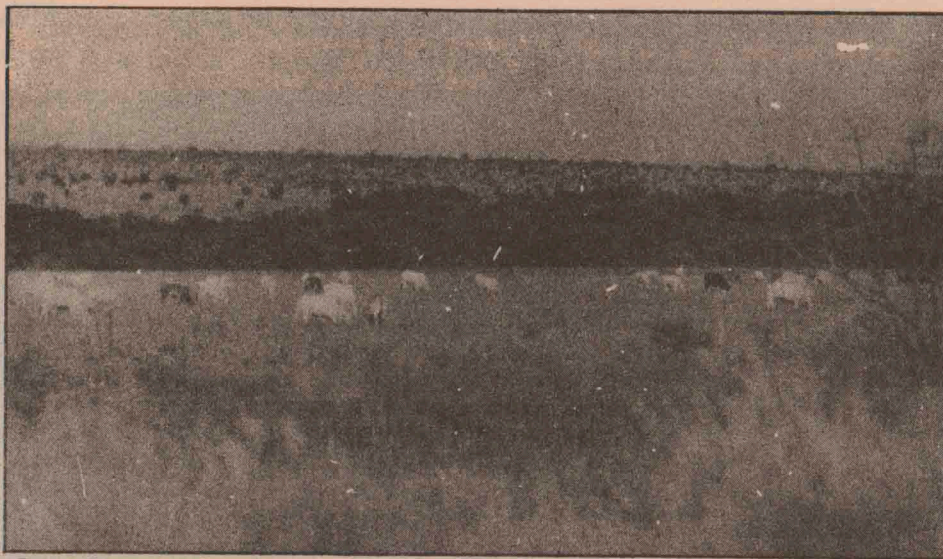
O médico-veterinário Michael Robin Honner, do Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Corte (CNPGC/Embrapa), que presidiu a comissão composta ainda por representantes da Delegacia Federal de Agricultura, Empaer, Somvet, Iagro e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, entende que o botulismo é apenas a consequência de um problema de maior amplitude, que é a deficiência mineral e nutricional dos animais.

As medidas sugeridas pela Comissão devem ser adotadas a curto prazo pelos pecuaristas do Estado, como forma de conter o surto epizótico de botulismo. Além disso, as medidas não devem ser adotadas em caráter isolado, pois se estaria favorecendo o ressurgimento da doença. A longo prazo, a comissão sugere a fertilização do solo através, principalmente, da diversificação e rotação de culturas e pastagens, com o que os animais passariam a ter pastagens que atendam suas necessidades nutricionais.

APENAS VACAS

Levantamento realizado pelos Sindicatos Rurais e fornecido a comissão mostra que cerca de 5 mil animais morreram em consequência da doença hoje identificada como sendo o botulismo (veja artigo nesta página). O pesquisador Robin Honner acredita, entretanto, que esse número possa ser superior, alcançando até 10 mil animais mortos, já que muitos pecuaristas podem não ter informado a morte de animais em suas fazendas.

O botulismo atingiu apenas as matrizes, ou seja, vacas prenhas ou então já com o bezerro no pé. Isto, segundo o pesquisador da Embrapa, se deve ao fato destes animais terem a necessidade de receber uma alimentação equilibrada, rica principalmente em fósforo, cuja ausência



Ossos, frutos e folhas foram encontrados no rúmen dos animais pesquisados

cia no organismo faz com que os animais tenham o "apetite depravado", comendo tudo aquilo que encontram na tentativa de suprir as deficiências apresentadas pelo pasto.

Outra característica do surto de botulismo no Estado é ele ter surgido principalmente na zona do cerrado, onde predominam os solos de campo, cujas análises mostram ter baixos níveis de fósforo, entre outros minerais. Este é, aliás, o motivo pelo qual a Comissão sugere a fertilização do solo, como medida a ser adotada a longo prazo pelos pecuaristas.

PRÁTICAS CONJUNTAS

O pesquisador Robin Honner afirma que os pecuaristas não devem adotar práticas isoladas para conter a propagação do surto de botulismo. A vacinação do rebanho bovino só dará certo, segundo ele, se as carcaças dos animais mortos forem retiradas das pastagens, ou então queimadas ou enterradas. Também não dará certo a vacinação se a deficiência de fósforo não for corrigida através de sal mineralizado.

Quanto ao fornecimento de sal mineralizado ao rebanho, Robin Honner diz que deve ser contínuo. O animal, pelo estado das pastagens, não consegue retirar a suplementação mineral que necessita diariamente, razão pela qual deve ser com-

plementada com o fornecimento diário de sal mineralizado.

Com a adoção destas práticas e mais a correção do solo, acredita o pesquisador da Embrapa, se estará eliminando o botulismo no rebanho bovino de Mato Grosso do Sul. Do contrário, sempre reaparecerá em maior ou menor intensidade, pois este não é o primeiro ano que se tem conhecimento de casos de botulismo. Desde 1979, informa ele, que se tem informações de casos isolados de botulismo em Mato Grosso do Sul, sem que os pecuaristas de um modo geral tenham dado a maior atenção ao problema e, principalmente, a seu rebanho.

Robin Honner diz ainda que se houver fósforo suficiente no solo a tendência é de não haver mais casos de botulismo no Estado. Ainda assim, em função das características climáticas de Mato Grosso do Sul, o pesquisador recomenda a continuidade do fornecimento diário de sal mineralizado como forma de suprir eventuais necessidades dos animais, como é o caso especialmente das vacas prenhas ou com bezerro no pé que necessitam de maiores quantidades de fósforo. Os pecuaristas, conclui, precisam investir mais em seus rebanhos, como forma de evitar o botulismo e outras doenças que atacam geralmente animais mal nutridos. (Por Carlos Bindé)

Problema secundário

"O botulismo existe, mas é um problema secundário por ser uma consequência da superlotação dos campos e da falta de mineralização". Quem faz esta afirmação é o médico-veterinário Marcos Zanini, pesquisador do Instituto Riograndense de Febre Aftosa (IRFA), que esteve em Mato Grosso do Sul no mês de novembro para ver de perto o problema que afeta a pecuária do Estado.

Durante uma semana, Marcos Zanini manteve contatos com os pesquisadores sul-mato grossenses responsáveis pelo diagnóstico da doença e visitou algumas propriedades onde o botulismo se manifestou. Acompanhado pelos médicos-veterinários da Regional MS da Cotrijui, o pesquisador do IRFA esteve em propriedades localizadas nos municípios de Aquidauana, Bonito, Jardim, Maracaju e Dourados, onde coletou material para exames posteriores, em Porto Alegre.

Para o pesquisador, a pecuária de Mato Grosso do Sul enfrenta problemas mais sérios que o botulismo, problemas estes responsáveis pelo seu surgimento. A superlotação dos campos em função dos pecuaristas estarem retendo os animais a espera de um preço melhor é o primeiro problema detectado por Zanini, que aponta também a descalcificação dos animais pela falta da mineralização.

Como medidas de controle, o médico-veterinário do IRFA sugere aos pecuaristas que reduzam o número de animais nos campos e passem a executar um programa adequado de mineralização.

DIAGNÓSTICOS

Nas visitas que fez aos pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e do Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Corte (CNPGC), da Embrapa, que estiveram diretamente envolvidos no diagnóstico da doença, Zanini constatou que os resultados que indicaram tratar-se do botulismo foram obtidos indiretamente, ou seja, através da inoculação em camundongos, prática esta que permitiu um diagnóstico correto somente em alguns casos.

O correto, segundo ele, teria sido fazer uma sorologia, prática esta não adotada em função da falta do soro adequado a este tipo de teste no Estado.

Apesar disso, o pesquisador do IRFA não contesta o diagnóstico da comissão multidisciplinar, cujo resultado foi o botulismo. O material que coletou quando de sua estada em Mato Grosso do Sul também foi aplicado em coelhos do IRFA, mas parte foi repassado a outros institutos onde será feita inclusive a sorologia.

PLANTAS TÓXICAS

Outra coisa que chamou a atenção de Marcos Zanini foi o fato dos animais, em função do período de seca, procurarem qualquer coisa verde para comer. Isto segundo ele, pode fazer com que os animais ingiram algumas plantas tóxicas já que há um grande número delas ainda não identificadas em termos de Estado.

A identificação destas plantas tóxicas e sua eliminação das áreas de campo é, segundo Zanini, outro ponto a ser estudado, evitando-se problemas futuros para o rebanho sul-mato-grossense.

Intoxicação sem cura

O bacilo que provoca a intoxicação conhecida por botulismo é o "Clostridium Botulinum", que se desenvolve em locais onde não exista ar. Qualquer cadáver em decomposição pode desenvolver o bacilo no aparelho digestivo. Hoje são conhecidos sete tipos do bacilo, mas somente os tipos C-beta e D provocam a intoxicação bovina. Nos seres humanos, também sujeitos à doença, a intoxicação ocorre através dos tipos A e B. O bacilo invade os tecidos em decomposição e passa a produzir uma toxina, cujo efeito depende da quantidade ingerida, mas que, na quase totalidade dos casos, é fatal.

A principal condição para que o botulismo ocorra nos bovinos no Brasil é a deficiência de fósforo nesses animais, em decorrência do baixo teor desse elemento químico no solo e consequentemente nas pastagens. Uma das características dessa deficiência de fósforo é a osteofagia, ou seja, o hábito de roer ossos de cadáveres. Este hábito expõe o animal ao botulismo, pois em qualquer cadáver em decomposição pode se de-

envolver o bacilo do "Clostridium botulinum", com a produção de toxinas.

Essa necessidade de comer ossos pode ser facilmente observada nos animais que permanentemente estão com a cabeça erguida, fato que significa que eles estão "cupando" os ossos ou pedaços de ossos ou pedras encontrados nas pastagens.

A toxina botulínica atua no sistema nervoso periférico, ou seja, na ligação entre nervos e músculos. Ela produz um efeito paralisante, provavelmente pela não liberação de uma substância denominada "acetil-colina", que tem importante papel na transmissão dos impulsos nervosos ao sistema muscular.

O efeito paralisante pode ser constatado principalmente nos músculos de locomoção - daí o arriamento do animal -, mastigação e nos músculos necessários ao ato de engolir. Os principais sintomas podem ser assim descritos: inicialmente o animal tem andar duro, desajeitado, tendência acentuada de se deitar e dificuldade em se levantar, até o ponto de não poder erguer-se do chão.

A paralisção dos músculos faciais provoca o lacrimejamento constante e a dificuldade de engolir faz com que o animal passe a salivar mais que o normal.

O botulismo pode até ser confundido com a raiva, mas existem algumas diferenças fundamentais para se reconhecer as duas doenças: enquanto a raiva incide no rebanho não protegido durante todo o ano, e ao se manifestar tem uma evolução rápida, de aproximadamente 5 dias, o botulismo pode levar de poucas horas a um mês para aparecer. Outra característica dissemelhante é que o botulismo ataca os animais conforme sua maior necessidade de ingestão de fósforo (o que leva a um maior ou menor consumo de ossos, na falta da suplementação mineral). As principais vítimas são as vacas em lactação, as prenhas, novilhas e bois de corte. Já a raiva não escolhe vítima.

Praticamente não existe tratamento contra o botulismo. Quando é agudo, mata o animal em poucas horas. Quando são ingeridas pequenas quantidades da toxina a evolução é lenta.

O balancete do mês de outubro

Estamos apresentando novamente aos associados as Demonstrações Contábeis do grupo Cotrijuí, - constituído por suas Regionais e Subsidiárias -, referentes ao mês de outubro de 1986. A publicação destes números reflete a preocupação da direção da Cotrijuí em manter o seu quadro social permanentemente informado, como também permitir uma apreciação mais detalhada a respeito dos mesmos. Mas queremos esclarecer aos associados que os balancetes publicados ao longo do ano são tão somente demonstrações intermediárias das operações efetuadas até a data base (no caso o mês de outubro). Por essa razão, um balancete deve e é diferente de um balanço, uma vez que para as demonstrações mensais não são realizados levantamentos físicos dos estoques. Neste caso, seus custos são apropriados através de percentuais fixados. Fica evidente que deverão ser feitos alguns ajustes a nível de estoques e de custos. Qualquer dúvida do associado a respeito dos balancetes pode ser esclarecida através de um contato com o gerente de sua Unidade, ou então, com a Assessoria da Cotrijuí em Porto Alegre. A direção da Cotrijuí entendeu ser este o melhor procedimento na solução de qualquer dúvida, pois as explicações publicadas, por mais amplas e precisas, não atenderiam aos questionamentos particulares de cada associado.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS COTRIJUI - OUTUBRO/86

Em Cz\$ 1,000

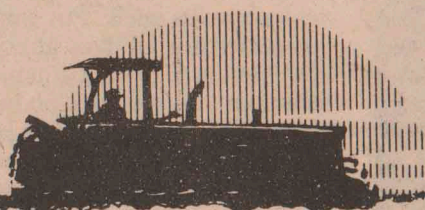
RUBRICAS	COTRIJUI		REG. PIONEIRA		REG. RIO GRANDE		REG. DOMPEDRITO		REG. MATO GROSSO		STAFF	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
ATIVO												
CIRCULANTE	735.480	28,6	353.481	33,1	8.042	1,6	97.948	37,1	331.322	38,1	2.687	0,7
DEPARTAMENTAIS	2.296	0,1	-	-	-	-	-	-	-	-	338.846	84,1
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	56.983	2,4	14.190	1,3	3.712	0,7	2.009	0,8	9.585	1,1	37.492	9,3
PERMANENTE	1.915.639	68,9	700.389	65,6	499.794	97,7	163.734	62,1	528.024	60,8	23.698	5,9
TOTAL ATIVO	2.778.403	100,0	1.068.060	100,0	511.548	100,0	263.691	100,0	868.931	100,0	402.723	100,0
PASSIVO												
CIRCULANTE	870.526	31,3	399.227	37,4	8.039	1,6	99.641	37,8	279.485	32,2	83.864	20,8
DEPARTAMENTAIS	-	-	196.613	18,4	15.531	3,0	48.136	18,3	76.270	8,8	-	-
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	228.248	8,2	3.424	0,3	-	-	5.412	2,1	4.579	0,5	214.830	53,3
RECEITAS DO EXERC. SEGUINTE	37.485	1,3	-	-	-	-	-	-	-	-	37.485	9,3
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.642.144	59,2	468.796	43,9	487.705	95,3	110.502	41,8	508.597	58,5	66.544	16,6
TOTAL PASSIVO	2.778.403	100,0	1.068.060	100,0	511.548	100,0	263.691	100,0	868.931	100,0	402.723	100,0
DEMONSTRATIVO DE RESULTADO												
REC. VENDAS/SERV. TERMINAL	2.518.928	100,0	858.589	100,0	51.447	100,0	267.134	100,0	1.341.250	100,0	508	100,0
(-) CUSTO VENDAS/SERV.	2.206.949	87,6	733.721	85,5	45.009	87,5	209.473	78,4	1.218.533	90,8	423	83,3
RESULTADO BRUTO	311.979	12,4	124.868	14,5	6.438	12,5	57.661	21,6	122.717	9,2	85	16,7
(+) OUTRAS RECEITAS	75.395	3,0	28.372	3,3	570	1,1	6.043	2,3	40.434	3,0	176	34,6
(-) DESPESAS GERAIS	340.859	13,5	142.256	16,6	1.117	2,2	59.737	22,4	129.387	9,6	8.362	16,6
(-) ENC. FINANC. LIQ.	21.317	0,9	33.827	3,3	3.697	7,2	1.442	0,7	2.127	0,2	(19.776)	(3,9)
RESULTADO OPERACIONAL	24.398	1,0	(22.843)	2,7	2.194	4,2	2.025	0,8	31.847	2,4	11.675	2,3

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS

RUBRICAS	COTRICIA		IRFA		COTRIDATA		BOM PASTOR		TRANSCOOPER		COTRISEGURO		COTRICAYMAN	
	Cz\$	%	Cz\$	%	Cz\$	%	Cz\$	%	Cz\$	%	Cz\$	%	Us\$	%
ATIVO														
CIRCULANTE	33.449	48,5	16.130	41,5	4.089	60,1	3.266	43,0	2.736	56,4	694	85,4	2.196	55,6
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	13.921	20,2	4.917	12,6	-	-	-	-	99	2,0	-	-	1.901	46,4
PERMANENTE	21.615	31,3	17.853	45,9	2.715	39,9	4.326	57,0	2.018	41,6	119	14,6	-	-
TOTAL ATIVO	68.985	100,0	38.900	100,0	6.804	100,0	7.592	100,0	4.853	100,0	813	100,0	4.097	100,0
PASSIVO														
CIRCULANTE	30.765	44,6	3.616	9,3	1.603	23,6	742	9,8	984	20,3	91	11,2	6.911	168,7
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	46.705	67,7	12.383	31,8	15	0,2	505	6,6	-	-	-	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(8.485)	(12,3)	22.901	58,9	5.186	76,2	6.345	83,6	3.869	79,7	722	88,2	(2.814)	(68,7)
TOTAL PASSIVO	68.985	100,0	38.900	100,0	6.804	100,0	7.592	100,0	4.853	100,0	813	100,0	4.097	100,0
DEMONSTR. DE RESULTADO														
REC. VENDAS / SERVIÇOS	47.197	100,0	21.345	100,0	13.348	100,0	6.249	100,0	36.455	100,0	1.335	100,0	1.025	100,0
(-) CUSTO VENDAS / SERVIÇOS	1.427	89,9	10.683	50,1	10.552	79,1	5.447	87,2	32.321	88,7	808	60,5	1.027	71,1
RESULTADO BRUTO	4.770	10,1	10.662	49,9	2.796	20,9	802	12,8	4.134	11,3	527	39,5	3	0,3
(+) OUTRAS RECEITAS	690	1,5	1.565	7,3	687	5,1	285	4,6	370	0,8	55	4,1	22	1,1
(-) DESPESAS GERAIS	5.770	12,2	7.065	33,1	1.812	13,6	394	6,3	3.023	8,3	5	0,4	1	0,1
(-) ENC. FINANC. LIQ.	2.437	5,2	4.900	23,0	69	0,5	10	0,2	176	0,5	1	0,1	487	24,1
RESULTADO OPERAC.	2.127	4,6	257	1,1	1.602	11,9	683	10,9	1.215	3,3	576	43,1	(471)	(23,2)
(-) PROV. IMP. DE RENDA	-	-	-	-	386	2,9	-	-	-	-	-	-	-	-
CORREÇÃO MONETÁRIA	2.972	6,3	1.426	6,7	499	3,7	-	-	57	1,8	16	2,2	-	-
RÉDITO	(845)	(1,7)	(1.169)	(5,6)	717	5,3	683	10,9	538	1,5	560	41,5	(471)	(23,2)

COTRIJUI: HÁ 29 ANOS AO NOSSO LADO PARA O QUE DER E VIER.

Quem trabalha na agricultura sabe que pode contar com a Cotrijuí para plantar, colher e comercializar, porque ela está sempre ao seu lado, dando assistência técnica, facilitando crédito, insumos, armazenando seus grãos e mantendo lojas e supermercados, com preços acessíveis aos seus associados.



AIS: um novo desafio

Gustavo Drews

Falar em saúde não significa simplesmente falar em assistência-médico-hospitalar-laboratorial. A Saúde deve ser vista como o estado ideal do indivíduo para atuar no seu papel dentro da sociedade em que vive. Passa a ser a satisfação das necessidades na área de moradia, higiene e saneamento, alimentação, educação, lazer e bem-estar, além de fontes de produção que garantem retorno adequado. É sob este ângulo que o Governo Federal idealizou as Ações Integradas de Saúde. Diretamente envolvidos nestas questões, vemos a nível Federal os Ministérios da Saúde, da Previdência e Assistência Social, Indústria e Comércio e do Trabalho. Numa discussão conjunta dos três primeiros surge a CIPLAN (Comissão Interministerial de Planejamento), como órgão nacional para redefinir as políticas de saúde. Esta redefinição deverá guiar-se por alguns princípios essenciais, como:

— Legitimar a participação da comunidade no encaminhamento de soluções e na avaliação do nível de desempenho da assistência prestada.

— Envolver a comunidade para dignificar suas necessidades e em cima disto montar programas e ações que venham a contemplar estas.

— Responsabilizar o Poder Público em relação à saúde da população, fazendo girar ao seu redor a integração de todos os órgãos públicos que atuam na área, bem como as diversas entidades privadas, direta ou indiretamente ligadas, evitando assim excessos num ponto e omissões no outro, além de evitar desperdícios de recursos financeiros, humanos e materiais.

— Descentralizar o planejamento e administração para as instâncias estadual e municipal, objetivando uma utilização racional dos recursos públicos.

— Valorizar as atividades básicas de saúde, partindo para a prevenção e educação para a saúde, sem desprezar a assistência mais complexa, se necessário.

Considerando estes princípios, a extensão territorial do País e sua divisão em

Unidades Federativas, foram criadas as Comissões Interinstitucionais de Saúde — CIS, em cada Unidade, cuja tarefa será planejar as atividades na área a nível de Estado, encaminhando as providências. A exemplo da CIPLAN que surge a partir da união de esforços dos Ministérios da Saúde, Educação e Previdência e Assistência Social, além do presidente do Conselho Nacional de Secretários da Saúde, também as CIS, em cada Estado, vão estar integradas de representantes da Secretaria Estadual da Saúde e Meio Ambiente, Superintendência do INAMPS, Delegacias Estaduais da Saúde e da Educação.

O Estado, por sua vez está dividido em Regiões de Saúde. Segundo sua área de atuação, criam-se ali as Comissões Regionais Interinstitucionais de Saúde, integradas pelos representantes das Delegacias Regionais de Saúde, agências do INAMPS e as instituições que firmam os convênios. E em especial, atendendo ao princípio da participação comunitária, deve, a partir da movimentação de cada comunidade municipal, surgir a Comissão Interinstitucional Municipal de Saúde — CISM, que passa a ser o fórum de debates das questões que envolvem saúde. A representatividade comunitária acontece com a adesão à CIMS, do maior número possível de entidades que brotaram no meio da população e de uma ou outra forma se envolvem com uma ou outra das áreas citadas neste novo conceito de saúde.

Na prática, o Poder Público a nível Federal contempla a população com cuidados médicos-assistenciais e previdenciários. A nível Estadual a questão fica mais nas campanhas sanitárias, e a nível municipal cada prefeitura desenvolve programas assistenciais dentro das suas limitações orçamentárias e até de recursos humanos e materiais.

Como primeira medida prática vieram as Ações Integradas a nível municipal, que nada mais é do que o repasse de algum valor oriundo do Ministério da Previdência Social, para dar incremento ou



A valorização da saúde através da prevenção e educação da população

início a um trabalho municipalizado de saúde. A critério de cada prefeitura poderá ela firmar o termo de adesão com o INAMPS, onde são aceitas as condições que regem o repasse. Importante salientar que esta adesão já parte do pressuposto de que foi sentida a necessidade comunitária dentro da CIMS, e na eventualidade de alguma prefeitura entender-se impossibilitada de aderir, poderá outra instituição no município firmar o termo dentro de critérios estabelecidos pela CIPLAN. Ao assinar o termo são ajustadas uma série de condições, dentre as quais destacamos:

— A opção pelo tipo de atendimento a que se propõe, que vai dentro dos portes adiante descritos.

— A quantidade de atendimentos a serem prestados, que obedece a um critério de apurar-se a população do município, atribuir-lhe duas consultas ao ano e dividir este resultado por doze meses. Deste valor excluem-se os serviços já prestados no local por entidades Federais e Estaduais.

— O compromisso de valorizar o atendimento básico, razão porque o número destes será 50 por cento a mais do que os de consultas médicas.

— Creditar o valor recebido em conta separada na Contabilidade Pública, do que a CIMS poderá negociar prestação de conta.

— Prestar contas da quantidade de serviços produzidos para então receber o repasse do INAMPS.

— Propiciar a maior participação comunitária possível, incentivando, se necessário, a criação de comitês comunitários de saúde.

— Manter os serviços já anteriormente de-

envolvidos, incrementando-os com esta verba e prestando serviços de apoio às CIMS.

— Servir de personalidade jurídica para a contratação de recursos humanos para desenvolver as Ações Integradas de Saúde. Quanto aos portes mencionados acima temos:

Porte 1 — Atendimento básico, remunerado hoje à base de Cz\$ 6,80.

Porte 2 — Somente consultas médicas.

Porte 3 — Consultas com exames complementares de rotina, como fezes, urina, sangue. Remuneração atual em Cz\$ 34,90.

Outros Portes — Sempre consultas com grau de especialidade maior, bem como com exames mais complexos.

Porte Odontológico — Prevalece atendimento não especializado, como obturação, extração, tratamento e limpeza.

A estruturação destes serviços deve contemplar tanto a população urbana como a rural, cabendo a CIMS traçar o melhor rumo, em perfeita consonância com o órgão executor, geralmente a prefeitura, que também é integrante da mesma.

Dependendo do grau de maturidade das discussões, o entrosamento das diversas entidades e a organização da CIMS, obter-se-á recursos financeiros, humanos e materiais, oriundos das próprias entidades integrantes ou mesmo de organismos externos, podendo assim enriquecer o trabalho.

● Gustavo Drews é administrador de empresas, atuando na administração da área de Saúde da Cotrijuf e dos hospitais da rede Bom Pastor S/A.

Lubrificação de Máquinas Agrícolas

Aqui estão os óleos do seu dia-a-dia.



Shell Rimula CT

É o mais recomendado para motores diesel turbinado ou de aspiração normal que operam em condições extremamente severas. Modernos aditivos detergente-dispersantes reduzem ao mínimo a formação de lacas e vernizes nos êmbolos, cilindros, válvulas e a colagem dos anéis. Por sua vez, os poderosos aditivos antioxidantes do Rimula CT praticamente eliminam ou reduzem ao mínimo a formação e o depósito de lacas e borras resultantes da oxidação do lubrificante e do combustível.

Shell Spirax

Óleo lubrificante para engrenagens tipo hipóide. É recomendado para caixas diferenciais, caixas de redução, de câmbio, caixas de direção e juntas universais.

Proteção contra a corrosão e umidade.

Spirax HD oferece proteção adequada contra a corrosão das engrenagens e outros componentes de eixos sujeitos à ação prejudicial da umidade. Apresentam também excepcional resistência à deterioração por uso prolongado.

Shell Tellus 68

Óleo lubrificante para sistemas hidráulicos. É fabricado com básicos parafínicos altamente refinados e contém aditivos antioxidantes, antiferrugem, antidesgaste e antiespuma.



Você pode confiar

Mais saúde para Ijuí

O alto índice de contaminação da água consumida, principalmente no meio rural, leva a SMEC e Emater, através da Cismi, a promover campanha pela melhoria da qualidade da água no município

Que a água é uma das mais importantes fontes de vida todo mundo sabe, mas parece que a maioria das pessoas esquece que, para mantê-la viva, é preciso cuidá-la adequadamente, limpando e tratando as fontes e os reservatórios. Devido a necessidade de mostrar a situação da água utilizada no meio rural e na cidade, e principalmente de melhorar a sua qualidade, foi lançada no dia 11 de dezembro, o Projeto Água, coordenado pela Secretaria Municipal de Educação e Emater, com o apoio da Comissão Interinstitucional de Saúde do Município de Ijuí.

Depois de uma ampla pesquisa sobre as condições da água nas escolas rurais, a Emater e a SMEC constataram que todas as caixas d'água precisavam de desinfecção, pois não são poucos os reservatórios e fontes que apresentavam desde poeira acumulada até animais mortos, como ratos e pássaros. Os resultados da preocupação com o cuidado da água, especialmente no meio rural onde os reservatórios são abastecidos por fontes, apresentaram nada menos que 96 por cento de germes coleiformes fecais, isto é, bactérias provenientes de fezes humanas e animais, em 232 amostras de água analisadas.

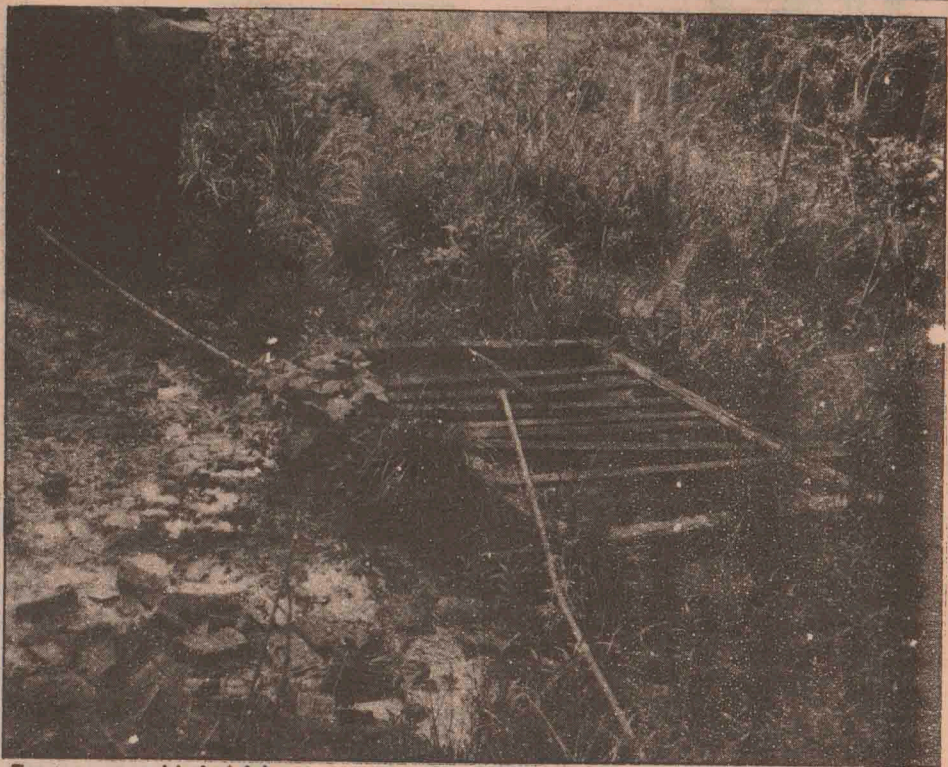
SUCO DE FOSSA

Estão tomando um verdadeiro suco

de fossa, diz uma pesquisadora, ao relatar a presença de 240 coleiformes em apenas um mililitro de água. Esse alto índice de contaminação, que pode parecer inexistente na água, traz um variado número de doenças, transmitidas pela ingestão do líquido, das frutas lavadas por essa água, ou simplesmente pelo contato da pele. Quem bebe água contaminada tem grandes possibilidades de adquirir febre tifóide e paratifóide, hepatite, tuberculose, verminose, diarreias, paralisia infantil, cólera (raiva) e infecção de olhos e ouvidos.

Segundo os representantes da SMEC e Emater, a água pode ser contaminada pela infiltração de águas da chuva e águas contaminadas pelas paredes dos poços ou fontes. Também a presença de objetos contaminados e a falta de proteção correta — tampas e bocais — são outros meios de contaminação, assim como a do próprio lençol d'água. Fazendo todos os alertas necessários, o Projeto Água mostra ainda os focos de contaminação, como esterqueiros, fossas (privadas e poço negro), pocilgas, galinheiros, banhados, lixos, poeiras e defensivos agrícolas.

Desenvolvida em duas etapas, a campanha por melhoria da qualidade da água passa, nesse primeiro momento, pela



Fontes sem cuidado básico

divulgação e esclarecimento público sobre as análises coletadas no interior do município. Estarão sendo distribuídos nas escolas, folhetos explicativos a respeito de proteção e procedimento para limpeza e desinfecção de reservatórios. Custeado pelo Ministério da Educação, o Projeto Água prevê trabalhos junto as escolas municipais do meio rural, para colocar em condições de uso todos os reservatórios e fontes de água.

CUIDADOS

De acordo com o folheto da campanha, poços, fontes e caixas d'água devem estar em terrenos mais altos que o dos focos de contaminação e distante das fossas, estábulos e chiqueiros. Os poços e vertentes devem ser calçados até três metros de profundidade, com bocal alto de, no mínimo, 50 centímetros e com tampa bem fechada. Calçadas devem ser feitas ao re-

tor dos poços e cercadas para evitar a aproximação de animais, sem deixar de estar em local que facilite a limpeza.

A limpeza e desinfecção das caixas d'água deve ser feita logo depois da construção, e após, de seis em seis meses. Para a desinfecção, o folheto indica como primeira etapa, o despejo de um litro de água sanitária para mil litros de água. Após deixar em repouso por duas horas, esfregar as paredes internas com uma vassoura nova. Depois de retirada essa água é necessário tomar a encher, e em seguida esvaziar. A próxima água estará pronta para ser consumida.

Efetivado pela Cismi, o Projeto Água tem o apoio da Corsan, da Cotrijuí, do Instituto Desidério Finamor, Centro de Saúde, 36a. Delegacia de Educação, além da participação das escolas, Conselho de Bairros e órgãos de imprensa de Ijuí.

Educação popular na América Latina

As experiências da educação popular, a sua dimensão social e política e a importância para a América Latina. Essas foram questões centrais abordadas no Encontro Latino Americano de Educação Popular, Sociedade Civil e Desenvolvimento Alternativo, realizado de 1º a 6 de dezembro em Montevideu. A alfabetização, comunicação, sistematização, cooperativismo, teatro, saúde, direitos humanos e feminino foram os temas do Encontro, promovido pelo Conselho de Educação de Adultos da América Latina, CEAAL, com sede no Chile. Contando com a participação da maioria dos países da América Latina, entidades e instituições brasileiras, o encontro teve também a participação de Noemi Huth e Terezinha Weiller, do Departamento de Comunicação da Cotrijuí e Alvaro Heidrich, Agueda Kopf e Heloisa Kopf, da Unijuí.

EXPERIÊNCIAS

O grande desenvolvimento do capitalismo na América Latina, que ocasionou a perda das bases econômicas de certos grupos, é o fato determinante da educação popular. A afirmação é do professor Alvaro Heidrich ao caracterizar as organizações populares como uma grande alternativa de mudança social, devido a participação das bases e entidades que asseguram estas organizações. Como exemplo, o professor cita a Organização Comunitária para Soluções de Passo Carrasco, formada por moradores

do bairro do mesmo nome, que está situado entre as cidades de Montevideu e Canelones. Sem nunca ter suas reivindicações atendidas pelas duas administrações, o bairro periférico possui hoje uma organização própria. A partir da construção da sede social, os moradores passaram depois a uma cooperativa de doces, uma olaria e um posto de saúde, sempre assessorados pelo Movimento de Vizinhos de Montevideu e MOVEMO e Movimento Pró-Vida Digna, MOVIDE.

No México, a Organização Ribeirinha Contra a Contaminação do Lago Patzquaro é um exemplo do trabalho de alternativa política frente ao Estado. Segundo Alvaro Heidrich, a ORCA é assessorada pelo Centro de Estudos Sociais e Ecológicos e congrega todos os moradores da região, que na maioria vivem da pesca do lago. Estes exemplos, junto com os inúmeros projetos desenvolvidos em toda a América Latina provam, segundo o professor, que o popular tem projetos é que é um processo em termos de continente, através da negação de todos os governos, mesmo os aparentemente democráticos, que não respondem às camadas populares.

COOPERATIVISMO

Um outro exemplo da autonomia popular é citado pela comunicadora Noemi Huth, em relação a Federação Unificadora de Cooperativas de Vivenda para Ajuda Mútua, com sede em Montevideu, onde todos os setores são atendi-

dos, inclusive a casa própria, com aquisição e construção feita pelos associados. Além dessa, a Associação de Consumidores de Santo André, em São Paulo, pioneira no uso do sacolão, que possui apenas 12 funcionários e um capital de giro no valor de Cz\$ 300 mil. Proporcionando um melhor abastecimento para o operariado, a associação tem vários outros projetos como, agricultura orgânica e menores de rua.

Fora do Brasil, aparece a Cooperativa Agrária, na Nicarágua, originária da reforma agrária implantada após a revolução de 79. Com 25 sócios, que trabalham uma área de 150 hectares, em exploração coletiva, a cooperativa é uma espécie de assembleia permanente. Voltada à produção de alimentos para o mercado interno, cada agricultor tem um hectare, onde parte é para consumo próprio e outra parte para venda.

AMÉRICA CENTRAL

Segundo a avaliação de Alvaro Heidrich, o processo de educação popular ganha muito espaço na América Central e México. Isso pode ser explicado pelo evento da revolução sandinista, com um estado novo de participação popular. Para Noemi Huth, as experiências em cooperativismo servem para mostrar que existe um espaço concreto de educação popular, dentro das cooperativas, porém, "não se pode afirmar que exista em todas, pois são diversos os entendimentos sobre o próprio cooperativismo". Ter uma estrutura for-

mal de participação, diz Noemi, não garante a existência da educação popular. Esta passa pela educação informal, que consiste num processo permanente de discussão sobre os problemas locais e da sociedade global. Para os dois participantes, o encontro serviu como um intercâmbio de experiências que serve como reflexão e auto-avaliação do trabalho, enriquecendo e corrigindo falhas. "É uma auto-alimentação do grupo", afirmam.

Ao se falar em educação popular no Rio Grande do Sul, logo se pensa em Ijuí e os trabalhos desenvolvidos pela Cotrijuí e Unijuí, constata Alvaro e Noemi ao relatar a recepção dos trabalhos divulgados. "É um saldo positivo frente a todo o trabalho histórico de educação popular desenvolvido na região", afirma Noemi, uma das realizadas do estudo sobre Educação Formal e Informal da Cotrijuí, apresentada no encontro. Este trabalho foi pedido pelo próprio CEAAL, onde o cooperativismo é um tema em desenvolvimento.

A Unijuí, como uma das poucas universidades brasileiras que possui projetos de extensão comunitária a serviço da população, apresentou um trabalho de saúde comunitária, desenvolvido na região. Como reconhecimento da sua atuação, recebeu o certificado de membro do CEAAL, o que lhe garante o direito a voz e voto nas decisões do Conselho.

O capital nas cooperativas

Walter Frantz

A acumulação de capital, enquanto instrumento de trabalho, é um fenômeno social antigo, ligado à necessidade do homem construir o seu espaço de vida e ao desejo de melhorar esse espaço constantemente. Graças à acumulação, não só evidentemente, foi possível ao homem sair das cavernas e construir melhores condições de vida. O progresso dos povos depende diretamente da capacidade de acumular capital e do controle da propriedade dessa acumulação depende a distribuição justa dos resultados desse progresso.

Acumular, grosso modo, significa não consumir de todo o que se produziu em bens e riquezas pelo trabalho, mas recolocá-lo no processo produtivo, visando novos bens e riquezas. Nos povos antigos a guarda de sementes ou a seleção de animais, destinados à reprodução, representavam as duas formas de acumulação, sem o qual não teria sido possível assegurar ou melhorar o seu futuro imediato ou remoto. De uma forma ou de outra, acumular significa proter o consumo, prover o futuro.

Os milhares de anos de acumulação de centenas de milhares de gerações permitiram que tivéssemos nós hoje, melhores condições de vida que nossos antepassados. Foi pela capacidade de gerar excedentes e de acumulá-los pela proteção de seu consumo que se criaram as condições de progresso. Sob essa ótica aparece a dimensão social da acumulação, que muitas vezes é ignorada ou não percebida, aparecendo apenas a dimensão do retorno imediato. O enfoque histórico e sociológico da acumulação de capital revela a sua dimensão social.

Porém, sendo a acumulação de capital um processo social, vivenciado de forma diferente ao longo da história da humanidade, de acordo com a natureza de cada modo de produção, este vem marcado por uma luta social constante pelo seu controle. Dos resultados dessa luta depende a justiça na distribuição dessas riquezas produzidas. A história do cooperativismo revela uma das facetas dessa luta pela justiça social. É, exatamente, pela acumulação de capital e pelo seu controle grupal e democrático, em bases associativas, que o cooperativismo se estruturou nas diferentes etapas do desenvolvimento da economia dos povos.

A nós, interessa, especificamente, a questão da acumulação pela organização cooperativa na economia de mercado. Na economia de mercado, a organização aparece como um espaço de poder, conquistado associativamente. A razão de fazê-lo assim se deve ao fato de que, individualmente, o jogo concorrencial e competitivo não é mais possível, eliminando as economias individuais das vantagens e resultados positivos da oferta e procura. O quadro abaixo serve para clarear essa situação. (ver quadro 1).

O quadro mostra três caminhos ao mercado. Primeiro, o caminho individual, direto, sem intermediação. Esse caminho é escolhido geralmente quando o mercado fica perto e o volume de produção é pequeno. Quando o mercado é distante e a produção é volumosa, os custos podem inviabilizar o caminho individual, tornando-se mais racional os serviços de intermediação.

Historicamente, os serviços da intermediação na economia de mercado foram assumidos por terceiros, fazendo desse ato um negócio. Essa intermediação racionalizou os custos de um lado, porém de outro lado, concentrou as informações sob o controle dos interesses do intermediário. Sendo a acumulação do capital privado e a serviço dos interesses do seu dono, os que fizerem uso dessa intermediação privada e concentrada podem não sair satisfeitos nas relações econômicas, obrigando-os a outras alternativas.

A alternativa escolhida tem sido, historicamente, a organização cooperativa. Aparece a organização cooperativa como espaço de poder. Um poder de ação no mercado. A base desse poder é a participação política e econômica de todos que dele quiserem fazer uso. Enquanto a participação política é garantida pelo conhecimento e clareza sobre a natureza do ato cooperativo e suas exigências, por todos os envolvidos, a participação econômica se dá, fundamentalmente, pela capitalização e pelo uso dos serviços do instrumento cooperativo. Sendo a cooperativa uma associação e uma empresa (instrumento de ação no mercado), exige as duas formas de participação: política e econômica. (ver quadro 2).

Pela associação abre-se o espaço do poder político de inserção, isto é, de participação no contexto sócio-econômico maior. Pela empresa instrumentaliza-se o grupo associado para sua inserção no quadro competitivo do mercado. A inserção econômica tem um custo que poderá ser assumido cooperativamente, quando de forma individual ou via intermediação de um terceiro esta se torna muito cara.

Porém, o fato de fazê-lo cooperativamente traz consequências aos cooperados. Primeiro, exige um novo comportamento dos indivíduos: um comportamento grupal. A associação exige uma ressocialização dos indivíduos, capacitando-os à ação grupal cooperativa. Segundo, o caminho escolhido exige uma acumulação de capital como instrumento de ação no mercado. É o custo da cooperação.

Na cooperativa a necessidade da acumulação se dá da mesma forma como em qualquer outra alternativa de inserção ao mercado, porém apenas associativamente sob o princípio de que o poder de participação política no empreendimento está vinculado não à quota capital, mas à pessoa, proprietária do capital. A acumulação cooperativa do capital confere poder ao grupo no

sentido de atender aos interesses e necessidades das condições de vida, na medida em que esta depende do sucesso econômico dos cooperados no processo competitivo do mercado.

Pela necessidade de atuação, o capital acumulado na cooperativa se transforma em máquinas, imóveis, etc., sujeitos a depreciação. Isto significa que a acumulação deve ser um processo contínuo. A capitalização na cooperativa representa uma das formas de acumulação sob o controle de seus associados. Toda a acumulação que se dá apenas pela "reprodução" do capital, no cooperativismo, é politicamente perigoso, pois insere uma tendência de marginalização política do associado. Na cooperativa deveria ser evitado, por isso, a "reprodução" do capital acumulado, mas acumular pela capitalização direta de cada associado. Essa é a base material do controle democrático da associação sobre a empresa cooperativa.

Sendo a cooperativa uma opção política no sentido de democratizar o poder econômico, quanto menos se mexe na base material desse poder (na acumulação), maior estabilidade e força terá esse espaço de poder. Poderíamos comparar a cooperativa a uma propriedade, onde a capitalização é a inversão na preservação do solo e de todo o meio ambiente. Sem essa preservação não há como obter resultados seguros da terra. O proprietário não pode viver do consumo dos recursos naturais, mas de seus resultados. Estes são tanto maiores, quanto melhor forem os recursos naturais. A dimensão social da propriedade exige investimentos (planta de árvores, conservação do solo, etc) que ultrapassam a expectativa utilitarista do proprietário. A dimensão social tem um custo: plantar árvores, preservar a terra, etc. Assim também na cooperativa.

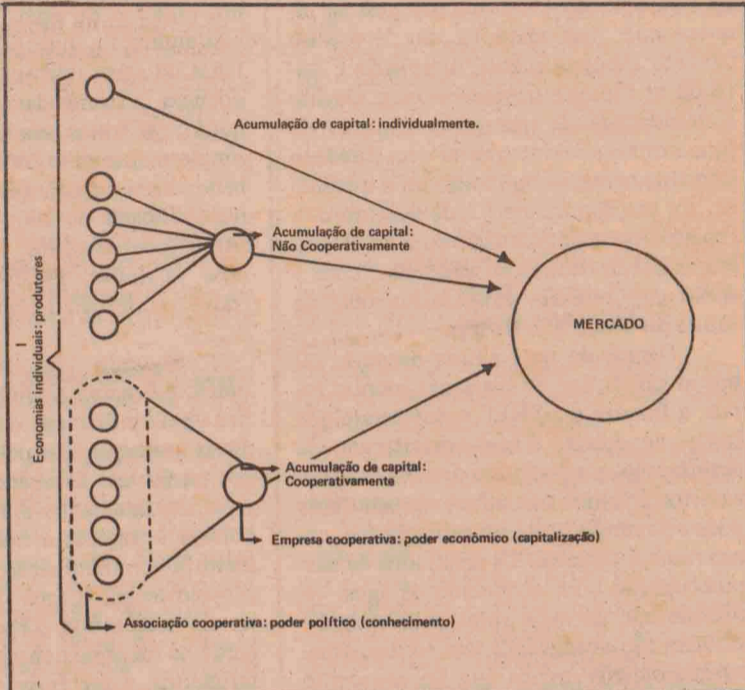
A capitalização é a forma de preservar o caminho, de garanti-lo também aos outros, pois somos também responsáveis socialmente. A dimensão social do cooperativismo também consiste em repassar a organização às gerações futuras em condições de prestar os mesmos serviços que através dela se obtive.

A organização cooperativa

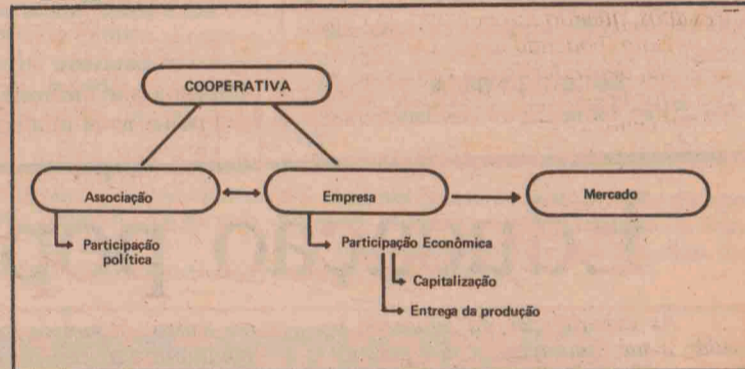
de nossa economia é uma forma superior de organização econômica. Exige, por isso, uma cultura superior, sem o qual tanto a sua administração ou a participação dela passa a ser truncada. A acumulação do capital deve ser procedida sob essa ótica.

Walter Frantz é assessor de Desenvolvimento em Recursos Humanos da Cotrijuf, na Região Pioneira.

QUADRO 1



QUADRO 2



Este caminhão já rodou 1 milhão de km sem abrir a máquina.



Caminhão - Mercedes 77. Proprietário: Cláir Marques Correia - Motorista: Derval Batista de Sousa.

Adivinhe qual é o óleo?

MD-400, o lubrificante da Petrobras, continua dando shows e mais shows nas estradas da vida. Desta feita, um caminhão pertencente à Transmarques, de Volta Redonda, já rodou nada mais, nada menos que 1 milhão de quilômetros sem abrir a máquina, e ainda tem muito chão pela frente. Ninguém precisa pensar muito



para descobrir que o óleo usado foi o consagrado MD-400 da Petrobras. Este é mais um exemplo da alta qualidade do MD-400, uma garantia para os motores diesel. Você também pode atingir essa marca. E só usar no motor do seu caminhão MD-400 para uma boa e tranquila viagem.



MD-400. Esta é a sua nova roupa de briga.

CALENDÁRIO

Incentivos à correção do solo

Cerca de 90 por cento dos solos da região Cotrijuí em Mato Grosso do Sul apresentam problemas relacionados com a toxidez de alumínio e baixos teores de fósforo e potássio, fatores altamente limitantes da produtividade. Diante deste quadro, a Cooperativa elaborou projeto para aquisição e posterior repasse aos associados de 200 mil toneladas de calcário, 15 mil toneladas de fósforo e cinco mil toneladas de potássio, suficientes para a correção de 50 mil hectares. Através do projeto pretende-se estimular os produtores a utilizarem-se da calagem e da adubação corretiva como fatores de aumento da produtividade dos solos de cerrado, individualizando os casos através de projetos técnicos com análises de viabilidade técnica e econômica de cada propriedade beneficiada. Do levantamento da realidade agrícola da região a ser beneficiada pelo projeto, espera-se um incremento de aproximadamente 52 por cento na produção, que representaria um total de 846 mil toneladas de arroz, soja, milho, feijão ou trigo.

O programa de repasse elaborado pela Cotrijuí prevê um prazo de pagamento de três anos, quando normalmente o prazo é de um ano, podendo haver até um ano de carência, dependendo das condições do produtor beneficiado. A taxa de juro é de 10 por cento ao ano.

O cronograma de aplicação dos recursos obtidos junto ao Banco Nacional de Crédito Cooperativo - BNCC -, para o calcário, e Banco do Brasil para os corretivos, prevê a correção de 25 mil hectares já no ano agrícola 86/87 e os 25 mil restantes no ano agrícola 87/88.

Distribuição de alevinos

Os associados interessados em povoar seus açudes ou aqueles que estiverem envolvidos no Programa Cooperado de Peixes da Cotrijuí e que quiserem adquirir alevinos de carpa espelho, devem fazer seus pedidos junto as unidades onde operam ou no próprio Centro de Treinamento. Segundo Altamir Antonini, responsável pelo programa de piscicultura da Cotrijuí, já foram distribuídos, só nesse ano, em torno de 250 mil alevinos de carpa espelho, tendo ainda, à disposição dos associados mais 250 mil para distribuição imediata.

PRECISA-SE

De um casal, sem filhos e com idade entre 40 a 55 anos, para trabalhar como caseiro em uma fazenda localizada no interior do município de Jóiá. Os serviços compreendem cuidados com: horta, pomar, jardim, animais domésticos e o abastecimento da residência. Necessita-se, também, de uma empregada para serviços domésticos. Interessados devem dirigir-se, por carta, apresentando referências e informações, ao seguinte endereço: Caixa Postal 9, Ijuí.

Controle as pragas sem contaminar

Se a ocorrência de pragas em pequenas lavouras e jardins prejudica a produção, o controle com inseticidas pode contaminar os alimentos e o meio ambiente. Para solucionar os dois problemas, basta utilizar os produtos de fabricação caseira

Para os pulgões, cochonilhas e trips pode se usar a seguinte formulação. Dissolver 500 gramas de sabão neutro em cinco litros de água quente, e depois, este líquido em 90 litros de água. Enquanto isso, um quilo de fumo (se for de rolo, deve ser picado) deve ser colocado num recipiente com álcool durante três ou quatro dias, sendo, então, peneirado o fumo. As duas soluções devem ser misturadas lentamente. Depois é só aplicar nas áreas infestadas.

Para prevenir doenças, repelir o burrinho da batata e eliminar insetos como pulgões e trips em tomateiro, batata, fumo e outras solanáceas tem-se a formulação: 100 centímetros cúbicos de sulfato de nicotina ou um quilo de fumo em corda picado, já dissolvido anteriormente. Depois, misturar a esta solução 100 litros de calda bordalesa e aplicar nos locais desejados.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS - CHIAPETTA - RS

PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 1987

Em cumprimento à legislação sindical vigente, o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CHIAPETTA publica sua PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 1987, aprovada em Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 11 de novembro de 1987, nos seguintes termos:

Grupo de Contas	P/Conta da C. Sindical	P/Conta da R. Própria	Total
RECEITAS			
11 Renda Tributária	60.000,00	- o -	60.000,00
12 Renda Social	- o -	300.000,00	300.000,00
13 Renda Patrimonial	- o -	10.000,00	10.000,00
14 Renda Extraordinária	- o -	280.000,00	280.000,00
Total da Receita	60.000,00	590.000,00	650.000,00
DESPESAS			
21 Administração Geral	- o -	250.000,00	250.000,00
23 Assistência Social	50.000,00	200.000,00	250.000,00
24 Outros Serv. Sociais	10.000,00	50.000,00	60.000,00
25 Assistência Técnica	- o -	40.000,00	40.000,00
Total do Custeio	60.000,00	540.000,00	600.000,00
31 Aplicação de Capital	- o -	50.000,00	50.000,00
Soma	60.000,00	590.000,00	650.000,00

Chiapetta, 11 de novembro de 1986

Clarimundo Derlan
Presidente
CIC 093.334.010-91

Alfredo Blass
Tesoureiro
CIC 043.124.060-49

Mário Zambenedetti
Contador CRCRS 22.514
CIC 080.510.200-06

Guandu: leguminosa tropical

João Miguel Souza

É interessante observar que apesar do grande potencial das leguminosas tropicais com capacidade de fixar, transferir nitrogênio e aumentar a produção animal, quando associadas com gramíneas, bem poucas consorciações tem sobrevivido ao tempo. Na Austrália, onde a pesquisa tem dado atenção às leguminosas tropicais e sua associação às gramíneas, elas representam, segundo alguns pesquisadores, em torno de cinco por cento da área total com forrageiras.

O que ocorre é que, numa consorciação de gramíneas e leguminosas tropicais, tenta-se associar duas plantas que respondem diferentemente à luz, à temperatura, à disponibilidade de água e também a necessidade de nutrientes. Segundo alguns autores, as consorciações entre gramíneas e leguminosas tropicais mantêm-se em equilíbrio em regiões de altas precipitações e nebulosidades. Nestas regiões, especialmente as leguminosas com hábitos de crescimento trepador, dominam totalmente a gramínea, chegando mesmo a abafá-la. No entanto, apesar dos "percalços fisiológicos", há o reconhecimento da importância das leguminosas como alternativa mais econômica para incorporar nitrogênio ao sistema solo-planta-animal e aumentar a qualidade das pastagens. Das leguminosas tropicais em utilização, algumas variedades de guandu e leucena vêm sendo avaliadas e até recomendadas. No centro de Treinamento da Cotrijuí, o guandu comercial tem se destacado pela produção, qualidade, facilidade de estabelecimento e manejo.

O GUANDU

O *Cajanus cajan*, ou simplesmente o guandu, é uma planta encontrada com

freqüência em todo o Brasil Central. Vem sendo usada para o arraçoamento animal, adubação verde e consumo humano de seus grãos verdes - em substituição a ervilha - ou seca, da mesma forma que o feijão. Foi introduzida no Brasil pela rota dos escravos vindos da África.

É uma planta anual, bianual ou perene de vida curta. A duração de seu período de vida depende da variedade, das condições ambientais e do manejo a que é submetido. Como existe um grande número de variedades, as plantas apresentam variações de porte, hábito de crescimento, características de sementes e respostas a fotoperíodos. A maioria das variedades florescem quando os dias apresentam de onze a doze horas de comprimento. Algumas florescem em qualquer época do ano. O guandu se desenvolve bem em diversos tipos de solos, desde os arenosos até os pesados, tolerando pH próximo a 5,0. No entanto, produzem melhor em solos com pH próximo a 7,0 (Seiffert & Thiago, 1983; Seiffert & Salerno, 1986; Garcia, R. 1986). O solo destinado ao seu cultivo deve apresentar teores de fósforo não inferiores a 3 ppm (partes por milímetros) e de teores superiores a 50 ppm de potássio (Seiffert & Salerno, 1986).

COMO PLANTAR

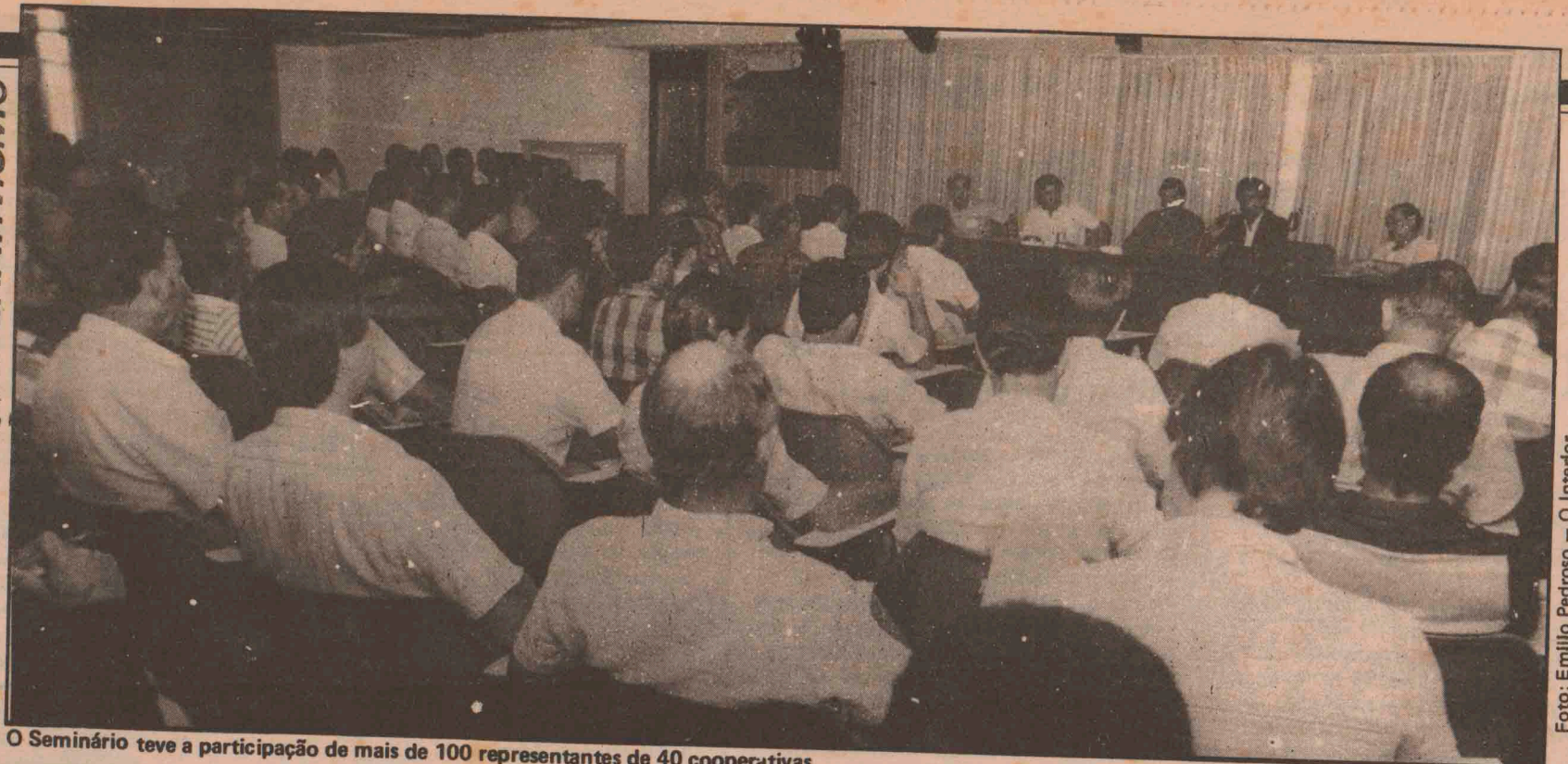
Esta leguminosa pode ser estabelecida na primavera e verão, em linhas espaçadas de um metro, usando o máximo de 10 plantas por metro linear. São gastos até 10 quilos por hectare de semente, dependendo da variedade empregada. As sementes não apresentam problemas de dormência, tornando-se desnecessário qualquer tipo de escarificação. Apesar de nodular com várias estirpes de rizóbium, recomenda-se a inoculação.

O corte deve ser feito quando as hastes apresentarem pouco menos de um centímetro de diâmetro. Recomenda-se o corte na altura de 50 centímetros acima do solo. Cortes abaixo de 50 centímetros provocam grande mortalidade nas plantas. Em Santa Catarina, a Empasc recomenda plantios de 1.000 metros quadrados de guandu para suplementar vacas leiteiras com 10 quilos de forragem verde por dia e mais meio quilo de proteína bruta (Seiffert & Salerno, 1986). Prefere-se o corte porque existem várias indicações de que o guandu tem pouca resistência ao pastejo, especialmente com altas lotações.

No que diz respeito a produtividade e a qualidade desta espécie, já existem alguns resultados obtidos no CTC. Com quatro cortes anuais, foram obtidos 14 toneladas de massa seca por hectare com 16 por cento de proteína bruta. Este rendimento de matéria seca proporcionou, ao longo da estação de crescimento, 2.240 quilos por hectare de proteína bruta. Isso corresponde a proteína bruta contida em 448 sacos de ração com 20 por cento de proteína bruta.

Na Austrália, segundo relato de Pedreira - 1979 -, estão sendo estudadas épocas de plantio do guandu, tendo em vista obter plantas menores e de possível colheita mecânica dos grãos. O objetivo é a escolha de materiais para a produção de grãos para os países asiáticos, os quais deverão ser utilizados para o consumo humano.

João Miguel Souza, é agrônomo e responsável pela área de Forrageira do Centro de Treinamento da Cotrijuí.



O Seminário teve a participação de mais de 100 representantes de 40 cooperativas

Foto: Emílio Pedroso — O Interior

Hora de refazer alianças

Textos: Molsés Mendes

O cooperativismo de produção do Estado terá, a partir de agora, que abrir ainda mais os olhos, para enxergar o país como um todo e ver de perto o próprio umbigo. Essas visões deverão redirecionar o sistema, com revisões internas decisivas para que as cooperativas entendam o meio em que atuam e possam interferir nas políticas do Estado. Mais do que isso, dependem, em primeiro lugar, de uma clara opção em favor da grande maioria de pequenos e médios produtores, que por quase três décadas estiveram agastados da efetiva condução do associativismo.

As bases desses compromissos — já definidos como tarefas para o setor — estão no documento "por uma opção progressista", que o presidente da Fecotriço, Jarbas Pires Machado, apresentou na abertura do seminário conjunto Fecotriço-Centralsul, realizado nos dias 17 e 18 últimos em Porto Alegre. O texto é a nova cartilha do sistema trigo-soja, e obteve ressonância durante o próprio seminário, com o reforço de suas teses essenciais pela maioria dos

mais de 100 representantes de 40 cooperativas.

DIREITA, NÃO

A opção progressista é definida por Jarbas como a única alternativa capaz de fazer com que o cooperativismo reassuma — como um novo projeto econômico — seus compromissos sociais em nome da maioria de seu quadro social. Ele analisa o pacto social interno — conduzido até agora pela minoria dos associados —, propõe uma nova aliança com o estado e dá as linhas gerais do que deve ser a nova matriz produtiva (veja matéria nesta página). "Os pequenos e médios produtores — afirmou ele na abertura do encontro — devem deixar de pegar a carona e assumir a condição do processo", pois "a aliança com a direita não mais serve a esta maioria".

Tanta clareza deve ter provocado espantanto em alguns dos dirigentes de cooperativa que estavam no auditório da Fecotriço. Mas logo depois, durante o trabalho de cinco grupos, ficou confirmado que o texto ganharia apoio. Um dos grupos alertou, no entanto, que a revisão do pacto social,

com a opção pela maioria, pode provocar um confronto de interesses, a partir de uma reação dos grandes produtores. Isso não ganhou espaço para discussão, na plenária realizada no dia seguinte pela manhã, porque os próprios defensores das idéias não se interessaram pelo debate.

CONSTITUINTE

"Os núcleos não devem existir apenas para discutir balelas, mas sim para servir de fato aos interesses econômicos do produtor. Trabalhando em favor da maioria", disse Helio Zavatski, presidente da Cotrimaio, nessa plenária. As posições contrárias a esta — que certamente existem mas estão camufladas — não se manifestaram durante a discussão dessa proposta básica que passa a ser seguida. Assim, o debate foi concentrado em torno da assembleia constituinte cooperativa, que será instalada no dia 3 de fevereiro.

A Constituinte dos produtores irá debater a legislação ordinária das cooperativas (as leis que disciplinam as atividades do sistema), e propor ao congresso um novo texto. Ela será formada por representantes de

cada uma das 76 filiadas, na proporção de um delegado para cada fração de 2 mil associados, e deverá contar com mais de 100 constituintes.

NOTÁVEIS

A próxima tarefa das cooperativas será encaminhar a escolha desses delegados, que formarão um grupo de trabalho inédito no país. Para a maioria das lideranças presentes no seminário, esta é a melhor alternativa para que também as cooperativas não caiam na armadilha de formar "uma comissão de notáveis" para propor mudanças na legislação do setor.

O Seminário da Fecotriço teve, na sua abertura, a participação do senador eleito José Fogaça, que representou o governador Pedro Simon. "Estou aqui para dizer que o governador não abre mão do compromisso assumido com os senhores", disse Fogaça. Segundo ele, ao mesmo tempo em que as propostas do sistema estiverem sendo defendidas na Constituinte o governo do Estado irá se basear nas posições do cooperativismo para redirecionar a política agrícola no Rio Grande do Sul.

Esta é a nova cartilha

Os participantes do seminário acompanharam, enquanto Jarbas Pires Machado lia o documento "Por uma opção progressista", cada uma das 22 páginas do texto. Mas certamente muitos farão uma releitura em casa, para melhor entender essa cartilha. Abaixo, uma síntese das idéias contidas no documento, que passa a funcionar como eixo da linha de ação das cooperativas filiadas a Fecotriço:

● MODELO

É uma ilusão muito grande manter-se posições que visem um desenvolvimento do setor primário brasileiro, como se esse fosse apart. do modelo econômico brasileiro atingido atualmente em processo de ruptura, em que não tem mais como manter uma taxa de rentabilidade, pela sua matriz produtiva, adequada aos interesses do capital financeiro internacional. A indústria de bens — altamente dependente do fornecimento e do investimento externo — deve deixar de ser o carro-chefe do desenvolvimento brasileiro, para ser a agroindústria a sustentadora do desenvolvimento da atividade primária, formadora da base essencial para um caminho menos dependente.

● OS INTERESSES

Nessa discussão sobre o modelo econômico e a questão primária, duas correntes seguramente irão se estabelecer. Uma das correntes — que teve seus interesses ligados ao do capital financeiro internacional — é formada notadamente pelo grande latifúndio. São os interesses da direita rural brasileira, que se organiza de uma maneira muito rápida e acentuada, porque enxerga claramente o confronto que se dará a seguir. A outra corrente, a corrente maior, e a do grande número de

peças, a imensa massa de pequenos e médios agricultores. A aliança com a direita não mais serve a esta maioria, e eles tem expressado isso de todas as formas.

● O COOPERATIVISMO

O cooperativismo não foi, não é e nem será outra coisa que não um instrumento admitido numa política de estado apesar de muitas vezes ter sido analisado de forma romântica, como se fosse uma espécie de doutrina acima do bem e do mal. Desde seu surgimento, na Inglaterra,

foi assim, e no Brasil não foi diferente. Hoje, é preciso ao cooperativismo dizer o que quer. E se tem de caminhar muito mais fundo para enxergar que, além dos armazéns, da diretoria, além das organizações secundárias das cooperativas, existe o principal, existe o objeto, existe o sujeito de toda a atividade cooperativa, que é seu quadro social. Assim, além da nova aliança com o Estado, o cooperativismo precisa saber qual é o pacto social interno existente.

● A ALIANÇA

O cooperativismo pode manter — e deve manter — a neutralidade partidária, mas não sobreviverá se quiser esconder-se sob a omissão política. O cooperativismo precisa definir-se politicamente. Deve dizer a tudo e a todos que tipo de interesses defende, onde quer chegar, que tipo de país quer ajudar a construir, que tipo de direcionamento quer ver na economia, no setor primário, e que tipo de reconhecimento quer ver, do Estado, para o conjunto do seu quadro social. Esta questão, da definição política, é de importância vital para que o cooperativismo deixe de ser o que foi até aqui, como elemento passivo, de braços cruzados, à espera que o Estado lhe diga o que fazer.



Cinco grupos de trabalho reforçaram as teses contidas na cartilha

Foto: Marçal Popovic — O Interior